

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ANNA RAQUEL DE LEMOS VIANA

**ESPAÇOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE FEMINISTA NO
INSTAGRAM: análise a partir de coletivos feministas**

João Pessoa
2021



ANNA RAQUEL DE LEMOS VIANA

**ESPAÇOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE FEMINISTA NO INSTAGRAM:
análise a partir de coletivos feministas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para o desenvolvimento da dissertação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Izabel França de Lima

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade

JOÃO PESSOA
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V614e Viana, Anna Raquel de Lemos.

 Espaços de memória e identidade feminista no Instagram
 : análise a partir de coletivos feministas / Anna
Raquel de Lemos Viana. - João Pessoa, 2021.
 129 f.

 Orientação: Izabel França de Lima.
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

 1. Informação. 2. Memória - representações sociais. 3.
Identidade - comportamento. 4. Feminismo. 5. Instagram.
I. Lima, Izabel França de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(043)

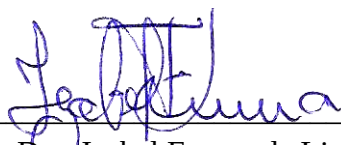
ANNA RAQUEL DE LEMOS VIANA

**ESPAÇOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE FEMINISTA NO INSTAGRAM:
análise a partir de coletivos feministas**

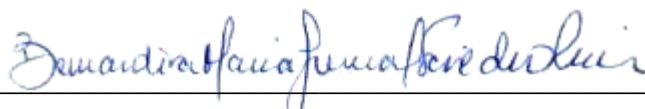
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para o desenvolvimento da dissertação.

Aprovada em: 25/02/2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Izabel França de Lima
(Orientadora)



Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Membro interno – PPGCI/UFPB)



Dra. Gilberta Santos Soares
(Membro externo)

Profa. Dra. Gisele Rocha Cortês
(Suplente interno – PPGCI/UFPB)

Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo
(Suplente externo – DEJOR/UFPB)

A mãinha Vitória Régia Vasconcelos de
Lemos Viana (*in memoriam*), minha
rainha e minha eterna educadora feminista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que, através do seu amor, escolheu-me desde o princípio e me guiou até aqui. A Nossa Senhora, como mãe acolhedora, que cuidou e intercedeu por mim nos momentos difíceis. Ao universo, pela oportunidade de aprendizados e evoluções que me trouxeram até aqui.

A mãeinha, Dona Vitória Régia Vasconcelos de Lemos Viana. Gostaria de dizer que esta dissertação é nossa. A senhora sempre foi exemplo de mãe, filha, esposa, mulher e feminista. Ensinou-me, desde cedo, os princípios de igualdade e justiça. Obrigada por ter me permitido enxergar o mundo com sua visão. E apesar de desejar muito sua presença física nesse momento, eu a sinto presente, como você sempre foi minha luz-guia. Lembro-me do teu sorriso estampado, vibrando em cada conquista acadêmica minha, na apresentação do TCC, na colação de grau, na aprovação de seleção do Mestrado, na qualificação... Não foi fácil terminar essa etapa sem seus conselhos, sua calma e paz, mas eu respirei fundo e lembrei de tudo o que me ensinou. Que eu consiga ser um pouquinho do ser de luz, de amor ao próximo, de caridade e de entrega que a senhora foi. Se há algo disso em mim, tenho certeza de que foi a senhora que me ensinou. Eu a amo e a levo para sempre comigo, mãeinha.

A todas as mulheres que lutaram antes de mim e que continuam defendendo, militando e desenvolvendo pesquisas que contribuem para o fim das desigualdades sociais. *“Toda vez que uma mulher se defende, sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres”* (Maya Angelou).

Ao meu pai, Francisco Ribeiro Viana (Mestre Chico); ao meu irmão, José Victor Loic de Lemos Viana; as minhas irmãs Maria Alice e Paula Marianna (minhas feministas favoritas) e ao meu cunhado, Yago Rodrigo. Obrigada por terem segurado a barra nos momentos mais difíceis de nossa vida, por todo o cuidado, apoio e amor. Obrigada por me incentivarem e acreditarem em mim e por terem me possibilitado alcançar coisas incríveis. Gratidão pela segurança e pela harmonia que me deram, tornando tudo possível, mesmo quando eu acreditava não dar conta. Sem dúvidas, vocês são meus/minhas melhores amigos/as. Eu amo vocês 3.000!

As minhas avós e tias, obrigada por terem me ensinado através de exemplos de mulheres fortes, guerreiras, que, apesar das lutas diárias, não se esquecem do mais importante: o amor ao próximo. Aos meus avôs, tios e primos, pelo apoio, pela convivência, por terem sempre tanto a compartilhar comigo. Família, eu amo muito vocês!

A minha orientadora, a Professora Doutora Izabel França de Lima, a quem me dirijo de maneira íntima como chefe, fessora, minha orientadora e, sobretudo, minha amiga. Te admiro demais pela profissional extremamente humana e competente. Obrigada pela dedicação, quando, em muitas vezes, deixou de lado os momentos de descanso e as férias, para me ajudar e orientar. Obrigada por acreditar e confiar em mim desde o estágio na Editora. Obrigada pelas palavras de conforto e de calma quando precisei. Sem sua orientação, inspiração, confiança e amizade, não somente esta pesquisa como também todo o caminho percorrido até aqui não seria possível.

A todos os professores do PPGCI, obrigada pelas contribuições pessoal e acadêmica durante esses dois anos. Levarei os seus ensinamentos comigo! A Aline e Franklin, da Secretaria do PPGCI, por terem sido sempre gentis nas solicitações de minhas demandas.

Às mulheres e professoras inspiradoras, Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e Profa. Dra. Gilberta Santos Soares, membros da banca de qualificação e defesa do Mestrado, pelas sugestões, pelos conselhos, pela disponibilidade e pelo interesse em contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os colegas da turma do Mestrado, por tornarem essa jornada mais leve e enriquecedora. Em especial, a Gigliola Moura e Levi Cadmiel, gratidão por tudo o que foi compartilhado até aqui: as conversas, os cafezinhos, os passeios e as discussões. Obrigada por ouvirem minhas frustrações e por estarem presentes na minha vida me fazendo chegar até com muito mais entusiasmo. Tenho muito orgulho de todo o caminho que percorremos e de tudo o que ainda vamos conquistar.

A todos os meus amigos – Eitor Rocha, Carolina Lopes, Bárbara Barruffini, Ilza Helena, Andressa Cunha, Bruna Helayne, Andréa Karinne Albuquerque, Victor Maia, Mailson Bento, Letícia Campos, Bartolomeu Júnior, Geovane Oliveira – com quem compartilhei tantos momentos de minha vida. Obrigada por me tornarem uma pessoa melhor, aprendi muito com cada um de vocês.

À equipe de mulheres superincríveis da Editora UFPB – Geisa Fabiane (Geisita), Fabiana França (Fabi Fly), Heudja Varela e Mônica Câmara – por terem feito parte dessa instituição e por ter a honra de trabalhar com vocês. Tenho uma bagagem enorme de experiências tão enriquecedoras nos âmbitos acadêmico, profissional e pessoal graças a vocês. Eu amo vocês, e nada seria suficiente para expressar o quanto eu admiro cada uma como profissional e como pessoa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPS), pela concessão da bolsa durante todo o período de realização do Mestrado.

Às mulheres do coletivo – Nossa Fala, EmpodeRI e Leia MulheresJP-, obrigada pela disponibilidade e pela contribuição fundamental para a pesquisa, com respostas sinceras sobre suas experiências.

Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos ou algo parecido?” Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e a particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato.

(Chimamanda Ngozi Adiche)

RESUMO

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, sobretudo devido à convergência das mídias e ao surgimento de novas sociabilidades e possibilidades com o advento das tecnologias, percebem-se a influência e as rupturas na organização social. Para acompanhar o desenvolvimento social, informacional e digital, as mulheres – em sua dimensão subversiva – buscam romper fissuras para modificar o espaço público e construir novos papéis sociais por meio de novas competências e habilidades com as tecnologias e com a Internet, que cada vez mais faz parte do cotidiano dos sujeitos, embora de maneira ainda desigual e excludente. Nesta pesquisa, propôs-se compreender a rede social digital *Instagram* como um espaço de memória e identidade de três coletivos feministas na cidade de João Pessoa/PB, com diferentes inserções: mulheres vinculadas à universidade; ao mercado; sem vínculo estrutural. Guia-se pelo interesse de possibilitar novos pontos de vista sobre o complexo fenômeno da memória que se relaciona intrinsecamente com a identidade. Considera-se espaço da memória o espaço de resignificar, de construir e reconstruir representações e identidades atravessadas pelas representações sociais, historicamente engendradas na sociedade. A dimensão teórica que sustenta a investigação está centrada em quatro eixos que se entrelaçam: a memória como campo de estudo; a Internet – especificamente o *Instagram* – como uma tecnologia que está mudando comportamentos e possibilitando novos espaços de memória; e a identidade, que vem sendo afetada por esses novos comportamentos, somada com as noções de gênero, feminismo e interseccionalidade. A partir da perspectiva feminista, são analisados coletivos de mulheres que atuam para construir uma sociedade democrática e com igualdade de gênero, com base em novas narrativas. Para alcançar o objetivo, a metodologia de abordagem qualitativa foi estruturada quanto à fonte como pesquisa de campo, por meio da etnografia virtual, para entender as características específicas dos coletivos feministas de João Pessoa no *Instagram*. Quanto ao objetivo, descritiva. Para isso, utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas individuais com mulheres que compunham a coordenação e o gerenciamento dos perfis no *Instagram*. Para analisar e tratar os dados, optou-se pela Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), um método que consiste em resgatar representações sociais significativas presentes. O estudo indicou que o *Instagram* corresponde aos pontos expostos e abordados por Pierre Nora (1993), é compreendido como um lugar de memória e que os coletivos serviram para dar voz à identidade das mulheres como feministas e maximizar suas ações no *Instagram*, possibilitando um espaço de representação e agenciamento coletivo, em que utilizam a informação e a memória como imperativo para a relação de uma subjetividade política e social com ações de conscientização promovendo o empoderamento das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Memória. Identidade. Feminismo. Instagram.

ABSTRACT

With the changes that occurred in the last decades, mainly due to the convergence of the media and the emergence of new sociability and possibilities with the advent of technologies, the influence and ruptures in the social organization are perceived. To accompany social, informational, and digital development, women - in their subversive dimension - seek to break fissures to modify the public space and build new social roles through new skills and abilities with technologies and the Internet, which increasingly is part of the subjects' daily lives, although still unequally and exclusively. In this research, it was proposed to understand the digital social network Instagram as a space of memory and identity of three feminist collectives in the city of João Pessoa / PB, with different insertions: women linked to the university; to the market; without a structural link. It is guided by the interest in enabling new points of view on the complex phenomenon of memory that is intrinsically related to identity. The space of memory is considered to be the space to re-signify, construct, and reconstruct representations and identities traversed by social representations, historically engendered in society. The theoretical dimension that supports the investigation is centered on four intertwined axes: memory as a field of study; the Internet - specifically Instagram - as a technology that is changing behaviors and enabling new memory spaces; and the identity, which has been affected by these new behaviors, added to the notions of gender, feminism, and intersectionality. From the feminist perspective, collectives of women who work to build a democratic society and with gender equality are analyzed, based on new narratives. To achieve the objective, the qualitative approach methodology was structured as to the source as field research, through virtual ethnography, to understand the specific characteristics of João Pessoa's feminist collectives on Instagram. As for the objective, descriptive. For this purpose, individual semi-structured interviews with women who made up the coordination and management of profiles on Instagram were used as data collection instruments. To analyze and treat the data, we opted for the Collective Subject Discourse Analysis (CSD), a method that consists of rescuing significant social representations present. The study indicated that Instagram corresponds to the points exposed and addressed by Pierre Nora (1993), it is understood as a place of memory and that collectives served to give voice to the identity of women as feminists and maximize their actions on Instagram, allowing a space of collective representation and agency, in which they use information and memory as an imperative for the relationship of a political and social subjectivity with awareness actions promoting the empowerment of women..

Keywords: Information. Memory. Identity. Feminism. Instagram.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Feed</i> do <i>Instagram</i>	32
Figura 2 – <i>Stories</i> do <i>Instagram</i>	33
Figura 3, 4 e 5 – Ferramentas do <i>Instagram</i>	34
Figura 6 – Tela do <i>Instagram</i> para baixar dados	35
Figura 7 – Tela do <i>Instagram</i> com <i>swipe up</i>	37
Figura 8 – Tela do <i>Instagram</i> com <i>hashtags</i>	38
Figura 9 – Tela do <i>Instagram</i> sobre menções	37
Figura 10 – Tela do <i>Instagram</i> com o recurso do IGTV	38
Figura 11 – Tela do <i>Instagram</i> com o recurso de arquivar	41
Figura 12 – Tela do <i>Instagram</i> com informações sobre anúncio.....	41
Figura 13 – Atividades desenvolvidas por mulheres	54
Figura 14 – Períodos históricos do Brasil aliado à luta das mulheres.....	60
Figura 15 – Exemplos de formato de linguagem	85
Figura 16 –Análise dos comentários nas postagens.....	86
Figura 17 – Análise das interações	87
Figura 18 – Nuvem de palavras criada a partir das <i>hashtags</i> usadas no coletivo.....	89
Figura 19 – Redes de coocorrência dos assuntos do coletivo Nossa Fala	90
Figura 20 – Redes de coocorrência dos assuntos do coletivo Leia Mulheres	91
Figura 21 – Redes de coocorrência dos assuntos do coletivo EmpodeRI.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas da pesquisa.....	26
Quadro 2 – Coletivos feministas.....	28
Quadro 3 – Características do <i>Instagram</i>	40
Quadro 4 – Terminologias utilizadas nos procedimentos de busca.....	61
Quadro 5 – Trabalhos recuperados do ENANCIB 2019 com o termo gênero	63
Quadro 6 – Trabalhos recuperados do ENANCIB 2019 com o termo feminismo	64
Quadro 7 –Trabalhos recuperados do ENANCIB 2019 com o termo mulher.....	65
Quadro 8 – Caracterização do perfil dos sujeitos da pesquisa.....	81
Quadro 9 – Pergunta - Motivação para participar do coletivo.....	93
Quadro 10 – Pergunta: Por que usar o <i>Instagram</i> ?.....	94
Quadro 11 – Pergunta: Como você chegou até aqui? Quando e quais circunstâncias?.....	95
Quadro 12 – Como você era antes? O que aconteceu desde então?	97
Quadro 13 – Teve ajuda ou empecilhos para chegar até aqui? Quais?.....	99
Quadro 14 – Você se considera feminista? Como você descreveria o feminismo?	101
Quadro 15 – Você considera que contribui para o fortalecimento de sua identidade como mulher? Se sim, de que forma?	102
Quadro 16 – Quais as qualidades do coletivo? De que forma isso afeta você?.....	104
Quadro 17 – Quais desafios? De que forma isso afeta você?	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ancoragem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões-chave
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
IAD	Instrumento de Análise de Discurso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LISA	Library and Information Science Abstracts
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
2.1 A etnografia virtual	21
2.2 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo	23
2.3 Coleta de dados	28
2.4 Universo da pesquisa	29
2.5 O Instagram como campo empírico	33
2.5.1 Story (estória, em português)	35
2.5.2 Recuperação de dados	36
2.5.3 Destaques no Instagram	37
2.5.4 Swipe up	38
2.5.5 Hashtag	38
2.5.6 Menções	38
2.5.7 IGTV	39
2.5.8 Instagram Insights	39
2.5.9 Arquivar/Desarquivar	39
2.5.10 Anúncio	40
2.6 Sujeitos da pesquisa	42
2.7 Tratamento e análise dos dados	43
3 O CAMPO DA PESQUISA PELO OLHAR FEMINISTA	46
3.1 Formação do Brasil e organização do movimento feminista no Brasil	57
3.2 Temática de gênero na Ciência da Informação	61
3.3 Feminismo nas redes sociais	67
4 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE	73
4.1 Memória e identidade na Ciência da Informação	79
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	83
5.1 Análise do perfil sociodemográfico	83
5.2 Análise da pesquisa etnográfica virtual	86
5.2.1 Análise da interação	88
5.2.2 Análise das hashtags	90
5.2.3 Análise da coocorrência dos assuntos	92
5.3 Análise das entrevistas	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A- Roteiro do questionário	126
APÊNDICE B- Roteiro da entrevista	127
APÊNDICE C- Termo de consentimento	128
ANEXO A- Comprovante de submissão ao Comitê de Ética	129

1 INTRODUÇÃO

A gente é criada para ser assim, mas temos que mudar. Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.
(Elza Soares)

Empiricamente, a tradição do pensamento moral e político moderno parte do pressuposto de que deveríamos ser autossuficientes. Porém esse pressuposto anula que fomos e somos porque sofremos impactos dos padrões e expectativas que a sociedade nos impõe e anula a formação em relação aos contextos culturais e institucionais.

Desfazer esse mito é uma tarefa assumida pelas teóricas feministas, ao proporem ampliar a democracia, torná-la menos excludente e mais plural e rever a concepção moderna de sujeito, que não permite que nos vejamos como seres corporificados. Apesar das conquistas históricas do movimento feminista ocidental, a fim de promover justiça social e igualdade de gênero – inclusive materializadas nas formas de leis e políticas de assistência – ainda persistem os padrões machistas que inferiorizam as mulheres e limitam seus espaços éticos e sociais. Mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias e de todos os níveis de escolaridade, em maior ou menor grau, são submetidas a essas questões.

Raça, classe e gênero são marcadores sociais estruturantes na formação da sociedade brasileira, apesar de essa construção ser baseada em critérios excludentes e de inferiorização de certos grupos. Contudo, há resistência, há sujeitos que reagem à opressão, lutam contra o disciplinamento da dominação, por meio da contranarrativa, contando a própria história e suas ideias. Sob essa referência, associam-se perspectivas inclusivas direcionadas ao entendimento e ao reconhecimento de sujeitos pertencentes aos grupos distintos, diferentes classes sociais, como também influenciados e sendo influenciadores de marcadores identitários, como: gênero, raça, sexualidade, geração histórica, localidade e outros.

A organização social das mulheres, na luta por reduzir a desigualdade de gênero, fez denúncias, questionamentos e proposições de mudanças no acesso a direitos e conquistas como a escola, o trabalho, as tecnologias e a autonomia. Trata-se de uma organização provocativa e fundamental no processo histórico de resistência, de denúncia do machismo e de busca pela igualdade de gênero, todavia não de forma direta e rápida, visto que ainda há muito reacionarismo em agentes públicos e sociais, como imprensa, governos, empresas, famílias etc. (BRAZ, 2017).

No Brasil, o feminismo se consolidou na articulação das mulheres contra o regime militar. A partir de um lugar de exclusão, aumentaram os movimentos sociais, e o feminismo

foi articulado no seio da militância e da ação, discutindo sobre os paradigmas impostos na política (DELGADO; SOARES, 1995).

Com a convergência das mídias e o surgimento de sociabilidades e possibilidades a partir da tecnologia, houve influência e rupturas na organização social. Para acompanhar o desenvolvimento social, informacional e digital, as mulheres – em sua dimensão subversiva – buscam romper fissuras para modificar o espaço público e construir novos papéis sociais com novas competências e habilidades para lidar com as tecnologias e com a Internet. Isso vem se intensificando porque a Internet, cada vez mais, faz parte do cotidiano dos sujeitos, embora ainda de maneira desigual e excludente.

As tecnologias – com destaque para o *Instagram*, rede social para compartilhamento de fotos – apresentam reflexões sobre os sentidos da materialidade e os processos contemporâneos de comunicação e uso da informação, o que vai além de mero suporte para um conteúdo (MOUILLAUD, 2002). Elas passaram a possibilitar novas formas de interações e construções de sentidos nas relações sociais. Além de promover a conexão entre pessoas de diferentes localidades, possibilita o compartilhamento de informações instantâneas, com espaços para organizar pautas de lutas e militância com foco em interesses em comum.

Entretanto, apesar da possibilidade de armazenamento e compartilhamento orgânico, os poderes se mesclam e criam obstáculos para que os sujeitos não tenham autonomia informacional nem possam interferir na sociedade promovendo mudanças necessárias para participar efetivamente da cidadania e ir além da mera replicação hegemônica. É necessário um esforço por parte de grupos e dos coletivos para produzir conteúdos contra-hegemônicos. Como estratégia para enfrentar as condições de opressão/submissão às quais as mulheres são submetidas, coletivos feministas utilizam o *Instagram* a fim de construir uma memória diferente da contada por grupos dominantes e opressores.

A memória é uma reconstrução do passado, a partir da inteligência individual e social. Isso implica dizer que é por meio do coletivo que lembramos. Assim, a linguagem seria o elemento fundamental, socializador da memória, capaz de possibilitar as relações de comunicação e subjetivação da experiência (HALBWACHS, 1990). As redes sociais digitais descerram um acesso específico à memória (ASMMAN, 2011). Então, ao estudar a memória sobre os estudos feministas, é imprescindível considerar os meios culturais e técnicos.

De acordo com o pressuposto de Nora (1993), o lugar de memória é a memória que perdura em lugares com a história em acontecimentos. O *Instagram*, por meio do armazenamento e do compartilhamento, possibilita que se registrem as memórias de modo a ficar “já organizado em escala coletiva e planetária, mesmo que em um modelo não-linear”

(CUNHA, 2011, p. 356). Por esse motivo, constitui-se como um lugar de memória, ou seja, um lugar onde a memória pode perdurar, algo recuperável por princípio e que constrói o presente e pelo presente, sendo organizada de forma orgânica com a sociedade. Além disso, a memória é um componente integrador da identidade, seja individual ou coletiva, visto que é um fator importante para dar continuidade e coerência a uma pessoa e/ou a um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992). Assim, para entender a forma como um grupo de mulheres feministas se organiza na contemporaneidade, por meio das redes sociais, questiona-se: *Como a rede social digital Instagram se constitui um espaço de memória e identidade feminista?*

Considerando a questão central da pesquisa, esta investigação tem como objetivo geral: Compreender a rede social digital *Instagram* como um espaço de memória e identidade de três coletivos feministas na cidade de João Pessoa/PB. Para alcançar esse objetivo, quatro objetivos foram delineados a fim de instrumentalizar as etapas intrínsecas: 1. Traçar o perfil socioeconômico de feministas que gerenciam os coletivos de João Pessoa no Instagram 2: Caracterizar a rede social digital Instagram como espaço de memória e identidade feminista; 3. Mapear as dinâmicas do ativismo na apropriação do Instagram; e 4. Avaliar as contribuições de três coletivos feministas de João Pessoa na construção de memória e as representações sociais que envolvem a ação feminista no espaço do Instagram.

No que diz respeito aos estudos de gênero na Ciência da Informação, Leta (2003) acentua que, apesar do aumento pelo interesse em estudos de gênero, ainda são tímidas as reflexões, e a informação é condição primordial para o empoderamento feminino. Logo, a Ciência da Informação deve assumir a responsabilidade de promover a igualdade de gênero.

As implicações políticas, culturais e científicas das questões de gênero, sobretudo na Ciência da Informação, contribuem tanto para o campo das pesquisas quanto para os debates públicos para uma equidade de gênero. Além disso, é relevante para reconhecer a diversidade e desenvolver estudos relacionados a essa temática para analisar as relações de poder que perpassam a informação como fator significativo para eliminar as desigualdades e maximizar o reconhecimento de possibilidades de políticas públicas, abrangendo tanto a minimização das desigualdades sociais quanto do sistema binário de gênero (LETA, 2003).

A relevância acadêmica para a Ciência da Informação desdobra-se em dois eixos. O primeiro é caracterizado pela urgência em construir um campo científico com novas perspectivas, o que requer mudanças científicas que envolvam novas pesquisas e espaços onde se possa tratar das desigualdades e apontar possibilidades e construções de novos discursos que envolvam interesses sociais, políticos e econômicos.

Embora a Ciência da Informação tenha se preocupado, desde sua gênese, em desenvolver estudos que contribuam para reduzir as desigualdades sociais e, conseqüentemente, para uma sociedade com mais equidade, ainda são tímidas as produções que articulam o campo informacional com os estudos de gênero (BUFREM; NASCIMENTO, 2012).

O segundo eixo é a importância de se observar a virtualização da memória e da identidade e suscitar pesquisadores e pesquisadoras para compreenderem sua importância e os paradigmas futuros de usabilidade, transmutações e inovações no campo da Informação. Resultados obtidos nos estudos de Cazajeira e de Souza (2019) apontam que as práticas de memória e virtualização no ano do estudo ainda não são uma realidade em determinadas regiões e/ou instituições e que isso prejudica o desenvolvimento de novos espaços da memória sob a potencialidade das mídias digitais.

Por isso, guia-se no interesse de possibilitar novos pontos de vista sobre o complexo fenômeno da memória que se relaciona intrinsecamente com a identidade. O espaço da memória é o espaço de ressignificar, de construir e reconstruir representações e identidade, atravessadas pelas representações sociais, historicamente engendradas e que concernem ao todo na sociedade, apoiado por três perspectivas. A primeira é a de mulheres vinculadas à universidade; a segunda, ao mercado; e a terceira perspectiva, sem vínculo estrutural, a fim de refletir sobre as memórias do feminismo.

A motivação pessoal para o desenvolvimento da pesquisa foi devido ao meu lugar de fala de mulher, branca e heterossexual, e minhas vivências decorrentes desse lugar como marcas na produção desse conhecimento. O estudo foi feito considerando a importância de focar nas questões de cultura e de sujeitos subalternos, sobretudo das mulheres, a fim de contribuir para promover a igualdade de gêneros, principalmente no que diz respeito aos impactos da informação para essa condição.

Sinalizo, ainda, que, ao me aprofundar no feminismo, percebi que universalizar a categoria mulher nas discussões é excluir a possibilidade de visibilizar as diferenças e a diversidade de mulheres, que é marcada também por outros marcadores sociais como raça, opção sexual, idade, identidade de gênero etc. A intersecção entre os marcadores sociais deve ser considerada. Para isso, foi necessário conhecer e ler sobre essas mulheres, para que eu conseguisse expor suas vivências.

Para facilitar a compreensão, o texto foi dividido em três partes. Na primeira, apresentamos o percurso metodológico traçado por meio de uma metodologia interdisciplinar, os critérios de recorte e seleção temporal, o campo empírico, os sujeitos da pesquisa, a forma

de coletar, tratar e analisar os dados, bem como a forma de estruturar e representar os resultados.

No segundo capítulo, discutimos sobre a condição de subalternidade feminina baseada na hierarquia de gênero e a reprodução das imagens de homens e de mulheres e dos papéis de ambos. Certamente as distintas matrizes teóricas sobre gênero possibilitam ressignificar as relações de poder, o que é o objetivo prioritário do feminismo. Também descrevemos as diferentes formas de organização do Movimento Feminista no Brasil.

No terceiro capítulo, refletimos sobre a relação entre os conceitos de memória social, coletiva e redes sociais, buscando fundamentos para compreender a constituição da identidade feminista, e suscitar reflexões sobre os processos de construção de memória no *Instagram*, na perspectiva de saber qual é a configuração dessa rede social, como ela é utilizada pelas feministas e como seu uso pode mudar comportamentos. Discutimos, ainda, sobre a presença das assimetrias organizadoras das normas e das regras sociais em relação aos comportamentos de homens e de mulheres.

Posteriormente, apresentamos as análises e as discussões dos dados da pesquisa, segmentados nas seções de análise do perfil sociodemográfico, da pesquisa etnográfica e das entrevistas semiestruturadas a partir da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) realizadas em novembro de 2020.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos a síntese das reflexões feitas ao longo do estudo, os desdobramentos e as sugestões de futuros estudos baseados nesta pesquisa.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida. Não desistir da luta. Recomeçar na derrota. Renunciar a palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos. Ser otimista. Creio numa força imanente que vai ligando a família humana numa corrente luminosa de fraternidade universal. Creio na solidariedade humana. Creio na superação dos erros e angústias do presente. Acredito nos moços. Exalto sua confiança, generosidade e idealismo. Creio nos milagres da ciência e na descoberta de uma profilaxia futura dos erros e violências do presente. Aprendi que mais vale lutar do que recolher dinheiro fácil. Antes acreditar do que duvidar.

(Cora Coralina)

Como fator de diferenciação de outros tipos de conhecimento, o conhecimento científico agrega e se fundamenta em metodologias e procedimentos sistemáticos que possibilitam, além das descobertas de soluções para problemas, a explicação e/ou relações dentre fenômenos, através do esforço entre a coleta, a organização e a sistematização das informações que podem ser submetidas à verificação.

A ciência, como uma forma de conhecimento em que o sujeito interage e emprega processos ou operações mentais com objetos físicos ou sociais, “mobiliza aspectos epistemológicos, métodos, instrumentos e técnicas de análise, questiona, reflete, problematiza e produz um conhecimento para ser reconhecido ou não pela comunidade científica” (AQUINO, 2013, p. 19).

Aliada à tecnologia, a ciência apresenta-se como condição para o progresso e o desenvolvimento social, sobretudo no paradigma econômico corrente, pois agrega valor competitivo e estratégico ao avanço social. Segundo Capurro (2003), a Ciência da Informação tem como o objeto de estudo a informação e objetiva analisar as propriedades e as relações entre os documentos, os sujeitos, os discursos e as interpretações. Ela também fornece um *corpus* teórico sobre informação, que pode contribuir para qualificar as instituições, e procedimentos que se propõem a acumular e a transmitir conhecimentos, principalmente com a reconfiguração da sociedade, em que surgem novas necessidades (BORKO, 1968).

Segundo Kuhn (2013), o campo científico é criado por métodos, tecnologias, conceitos e teorias que se tornam um modelo de conhecimento ou um paradigma científico. Portanto apresenta o que seus praticantes definem como tal. Partindo dessa concepção, esta pesquisa insere-se no paradigma cognitivo social (CAPURRO, 2003), que se preocupa com os elementos subjetivos das usuárias e sua interpretação da realidade. Na Ciência da Informação,

enfoca-se a perspectiva interpretativa voltada para o significado e o contexto social das usuárias e seus sistemas de recuperação da informação.

Capurro (2003, p. 9) refere que esse paradigma resulta em “abandonar a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação, como aspiram o paradigma físico e o cognitivo”. Nesse paradigma, devem-se considerar os possíveis e diversos contextos para o interesse na busca de informação de cada usuário/a ou comunidade, focando na interação do sujeito com o ambiente organizacional. “A informação é entendida como um fenômeno social coletivo, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades” (ALMEIDA et al., 2007, p. 28).

Esta dissertação se enquadra em uma pesquisa social aplicada, cujo campo empírico foi o *Instagram* de três coletivos feministas de João Pessoa (Paraíba), alicerçada na Ciência da Informação, problematizando o acesso, o uso e a disseminação da informação para construir a memória e a identidade feminista.

O percurso metodológico da pesquisa deve estar constantemente em vigilância epistemológica, atento à qualidade da abordagem, elaborando e dialogando com teorias, purificando conceitos e fazendo crítica aos dados. Além disso, deve-se pensar no espaço de representação.

No que tange à apresentação dos resultados e ao ordenamento dos elementos constitutivos do objeto científico, utilizamos gráficos, figuras, tabelas e quadros para descrever o perfil socioeconômico das feministas e das dinâmicas de ativismo no *Instagram*, além de quadros teóricos, com os imbricamentos entre os feminismos, a memória e a identidades; construção de nuvem de palavras com as hashtags utilizadas e redes de coocorrência dos assuntos.

2.1 A Etnografia virtual

Para entender as características específicas dos coletivos feministas de João Pessoa, no âmbito das redes sociais digitais, sob a perspectiva sem vínculo estrutural, acadêmica e de mercado, utilizamos o procedimento de etnografia virtual. A netnografia ou etnografia virtual é decorrente da etnografia desenvolvida em estudos na Antropologia, que consiste em “estudos de cultura de uma comunidade ou de seus aspectos fundamentais sob a perspectiva da compreensão global” (ESTEBAN, 2010, p. 160).

O termo ‘etnografia’ vem do grego, *ethno*, que significa povo/nação, e *graphein*, escrever. A junção desses dois radicais denota uma descrição sociocultural de determinado

grupo. “Ela se centra na compreensão de sociedades a partir de uma descrição densa de valores, práticas e culturas” (REBS, 2011, p. 78).

Geertz (1978), em sua Teoria Interpretativa da Cultura, defende a etnografia como uma “descrição densa” que envolve um conjunto de técnicas e procedimentos para descrever determinada cultura. Segundo ele, “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1978, p. 15). Nesta pesquisa, adotamos o termo ‘etnografia virtual’, segundo a definição da autora pioneira nas pesquisas com propósitos em análises e interações sociais em comunidades virtuais, Cristine Hine (2000), que trata da utilização do método etnográfico nesses ambientes e decidiu utilizar esse termo, conforme a publicação do livro *Virtual Ethnography* em 2000.

Hine (2000, p. 9) propõe uma discussão sobre Internet sob dois vieses: a Internet como cultura, baseando-se na perspectiva de que “representa um lugar, um ciberespaço onde a cultura é constituída e reconstituída”, geralmente entendida como um espaço distinto do *off-line*, e Internet como artefato cultural, que é “um produto da cultura: uma tecnologia que foi produzida por pessoas particulares com objetivos e prioridades situadas contextualmente” (HINE, 2000, p. 9). Sobre isso, Evans (2010, p. 12) faz as seguintes considerações:

A afirmação da Internet ser cultura e um artefato cultural é particularmente importante, uma vez que conecta a Internet em si e as práticas dos usuários na Internet com o método da própria etnografia. Assim como a etnografia é tanto um método como um produto, a Internet é tanto um modo de conduzir interações sociais quanto um produto dessas interações.

Neste trabalho, adotamos a ótica da percepção da rede como “um elemento da cultura, e não, como uma entidade à parte, em uma perspectiva que se diferencia da anterior [...] pela integração dos âmbitos online e off-line” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 42), e damos ênfase aos estudos sobre os usos e as apropriações que as mulheres - chamadas neste estudo de atrizes sociais - fazem da Internet, entendendo-a como um artefato com significados culturais.

A Internet é entendida ainda em três dimensões: como “objeto de pesquisa (o que se estuda), local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e como um instrumento de pesquisa (ferramenta para coletar dados sobre determinado tema ou assunto)” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 17). Por isso, neste estudo, a Internet é concebida como um objeto, local de pesquisa e instrumento de pesquisa. Através da etnografia virtual, descrevemos densamente as práticas sociais dos coletivos feministas, sob o ângulo das mulheres vinculadas

à universidade, ao mercado e as sem vínculo estrutural. A escolha dos perfis foi definida com o intuito de entender diferentes aspectos das culturas e elucidar, por meio das experiências e das dinâmicas sociais, as teias de significados:

[...] acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e que cultura são “essas teias e a sua análise”, não podendo, portanto, ser entendida como “uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1978, p. 14).

Nessa etapa, a fim de analisar a frequência das publicações, os tipos e os formatos de linguagem e as *hashtags*¹ mais utilizadas no *Instagram* dos coletivos, no período de julho de 2018 a julho de 2020 (dois anos), recorreremos à etnografia virtual, que “adapta técnicas, procedimentos e padrões metodológicos tradicionalmente empregados na etnografia para o estudo de culturas e comunidades emergentes na Internet” (CÔRREA; ROZADOS, 2017, p. 3).

Assim, considerando que a comunicação por meio da Internet compreende tanto os modos como são feitas as interações entre as atrizes e os atores sociais quanto os próprios resultados dessas interações, é preciso assumir uma postura de reflexão para lidar com questões éticas e epistemológicas predominantes nesse procedimento, confrontando os dados com a teoria e indo além de impressões mais superficiais ou aparentes disponíveis nos dados.

Portanto, visando minimizar as interpretações majoritariamente subjetivadas e conferir validade aos resultados obtidos nessa etapa (pesquisa etnográfica virtual), adotamos os entrecruzamentos com questionários e entrevistas semiestruturadas divididas em blocos.

2.2 Análise do discurso do sujeito coletivo

Por meio da abordagem qualitativa, é possível investigar e discutir sobre questões do significado e da intencionalidade inerentes aos atos, incorporando as relações e as estruturas sociais (MINAYO, 1994). Por isso ela se caracteriza como uma abordagem com grau elevado de complexidade, na medida em que trabalha com opiniões, representações, posicionamentos, crenças e atitudes e adota procedimentos de cunho racional e intuitivo para se compreender

¹ Hashtag é uma palavra-chave ou termo relevante referente a um assunto, informação ou conteúdo, precedida do símbolo # (cerquilha), e faz com que o conteúdo da postagem se torne acessível, transformando em hiperlinks anexados à rede para que pessoas com os mesmos interesses possam ver. Depois de sua repercussão, em 2014, o dicionário da língua inglesa, Oxford, incorporou o termo e define ‘hashtag’ como uma palavra ou frase após uma cerquilha, usada para identificar mensagens relacionadas a um tópico específico; [também] o próprio símbolo da cerquilha, quando utilizada dessa maneira. <http://pt.wix.com/blog/2013/11/o-que-saohashtags/>. Acesso: 18 de mar. de 2020.

bem mais a complexidade dos fenômenos individuais e coletivos (ALCÂNTARA; VESCE, 2008).

Assim, para a análise e o tratamento dos dados, escolhemos a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), um método que é empregado para resgatar representações sociais significativas presentes na sociedade e na cultura de determinado universo (ALCÂNTARA; VESCE, 2008), através de entrevistas individuais com perguntas abertas, reunindo discursos similares e complementares:

[...] esses conteúdos de mesmo sentido, reunidos num único discurso, por estarem redigidos na primeira pessoa do singular, buscam produzir no leitor um efeito de “coletividade falando”; além disso, dão lugar a um acréscimo de densidade semântica nas representações sociais, fazendo com que uma ideia ou posicionamento dos depoentes apareça de modo “encorpado”, desenvolvido, enriquecido, desdobrado (LEFÈVRE; LEFÈVRE; MARQUES, 2009).

O DSC resgata o pensamento e o comportamento discursivo e o fato social internalizado individualmente. Essa técnica reúne as respostas de forma que não anula ou reduz, mas reconstrói o discurso com componentes individuais para obter uma representação social sobre determinado fenômeno. É “[...] uma proposta de organização de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas etc.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 15-16).

A proposta do DSC tem sua gênese nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais (JODELET, 2001), que visa explicar como os indivíduos, em constante interação social, explicam os objetos sociais. “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

Os primeiros estudos nesse âmbito foram desenvolvidos por Moscovici (1961), na década de 60, na sociedade francesa. Ele buscava retratar os conhecimentos partilhados por diversos setores ao investigar grupos profissionais majoritariamente de Paris para explicar e descrever os sistemas de conhecimentos específicos de categoriais sociais. Moscovici (1961) se inspira nos pressupostos de Durkheim, que compreende os fenômenos através de representações coletivas, porém Moscovici (2009) revitalizou o conceito e adotou o novo termo “representações sociais”.

A mudança decorreu da crença de que é necessário assumir uma nova postura, pois o novo termo passou a indicar um fenômeno, enquanto que o sugerido por Durkheim indicava

um conceito. Dessa forma, passou-se a estudar, de maneira mais dinâmica, as representações produzidas pela sociedade (MOSCOVICI, 2009). Já no Brasil, os estudos sobre a análise do Discurso do Sujeito Coletivo são baseados nos pressupostos e nos conceitos da Semiótica de Peirce (2005) e na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2003) e Jodelet (2001).

A Semiótica preocupa-se com a constituição dos signos como fenômeno de produção de significação e de sentido. Segundo Peirce (2005, p. 46), o signo que constitui a linguagem “é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém” e pode ser entendido como alguma coisa que está em lugar de outra, isto é, “estar numa tal relação com outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro” (PEIRCE, 2005, p. 61). Uma das preocupações da Semiótica é de entender como se concretiza a percepção do signo na mente, como traz para a consciência o objeto que está longe e o modo como ocorre o processo do signo em produto da razão (linguagem). É uma ciência que investiga signos em evolução contínua. O processo de representação só concluído quando dá origem a outro tipo de signo, que interpreta o primeiro, chamado de interpretante.

Tomando como quadro referencial da Semiótica de Peirce (2005), tem-se o signo como aquilo que é/representa algo para alguém, e o interpretante como o signo que, no processo interativo da comunicação, é produzido pelo interlocutor para dar sentido às mensagens recebidas. “No DSC, o discurso é entendido como um signo de um objeto que evolui nas várias leituras que recebe e se afasta do objeto de representação cada vez que é realizada uma nova leitura” (ALMEIDA et al., 2005, p. 68).

Peirce (2005, p. 13) entende que “o pensamento é interpretado pelo discurso, ou seja, o discurso é, além da materialização do pensamento, uma interpretação do pensamento e não se coloca como o pensamento de primeira mão (o que originou o discurso), como ocorre com todas as suas potencialidades, mas é a tradução desse pensamento.”

Lefèvre e Lefèvre, (2003), em seus estudos, trouxeram grandes contribuições sobre o DSC como estratégia para compreender a evolução dos discursos, apoiados pela base peirceana, que

[...] aproxima o pesquisador das representações sociais do pensamento de coletividade mesmo sabendo que esse pesquisador obterá, desse conjunto de pensamentos, apenas os discursos (signos do pensamento); porém esses levam vantagem em relação à esterilidade e à frieza da forma de apresentar os dados e em discussões fundamentadas na categorização pura e simples. (ALMEIDA et al., 2005. p. 189).

O DSC “é utilizado para estudar conjuntos de discursos, formações discursivas ou representações sociais” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 16). Por isso sua escolha para a

pesquisa foi conveniente, por proporcionar o levantamento dos discursos das mulheres a partir das representações (pensamentos), consideradas como um discurso da realidade. “Quando se diz que uma pessoa ou uma coletividade têm um pensamento sobre um dado tema, está se dizendo que ela professa, ou adota, ou usa um ou vários discursos sobre o tema” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 14).

Representar não pressupõe somente estruturar objetivos da ação do sujeito social (as mulheres), mas também dados que concordam ou que se opõem às representações sociais. Isso quer dizer que as representações se formam nesse processo, portanto, é imprescindível nessa metodologia, porque é através das representações que se descreve e se explica a realidade e se acredita nela (LANE, 1986)

Representar é muito mais do que reproduzir um objeto apenas pela referência de estrutura e/ou forma. Requer uma relação com os elementos disponíveis no fenômeno observado e as representações já construídas e assentadas na consciência do grupo. Pressupõe, ainda, escolhas individuais que estão ligadas a normas de preferência e a valores de um grupo (ALMEIDA et al., 2005). Então ser entendida a partir do contexto em sua relação com as interações sociais, “pois é a sociedade que pensa, são construídas socialmente. O indivíduo tem um papel ativo na construção da sociedade, ao mesmo tempo em que é criado por ela. As RS tratam do processo de diferenciação social, de percepção do outro” (LANE, 1986, p. 30).

Sá (1995, p. 43) afirma que são explorados dentro dos estudos das representações sociais alguns parentescos com a teoria da construção social da realidade. Na tese sobre a construção social da realidade, desenvolvida por Berger e Luckmann (2014), é desenvolvida uma análise dos processos de legitimação pelos universos simbólicos que podem fundamentar a análise da construção social das representações. No argumento, os autores afirmam que a construção da realidade é resultado do modo cotidiano como o indivíduo define e percebe as ações humanas da sociedade e a forma como interage com outras pessoas. A percepção é moldada pelos sentidos subjetivos vinculados às experiências objetivamente vividas (Berger e Luckmann, 2014).

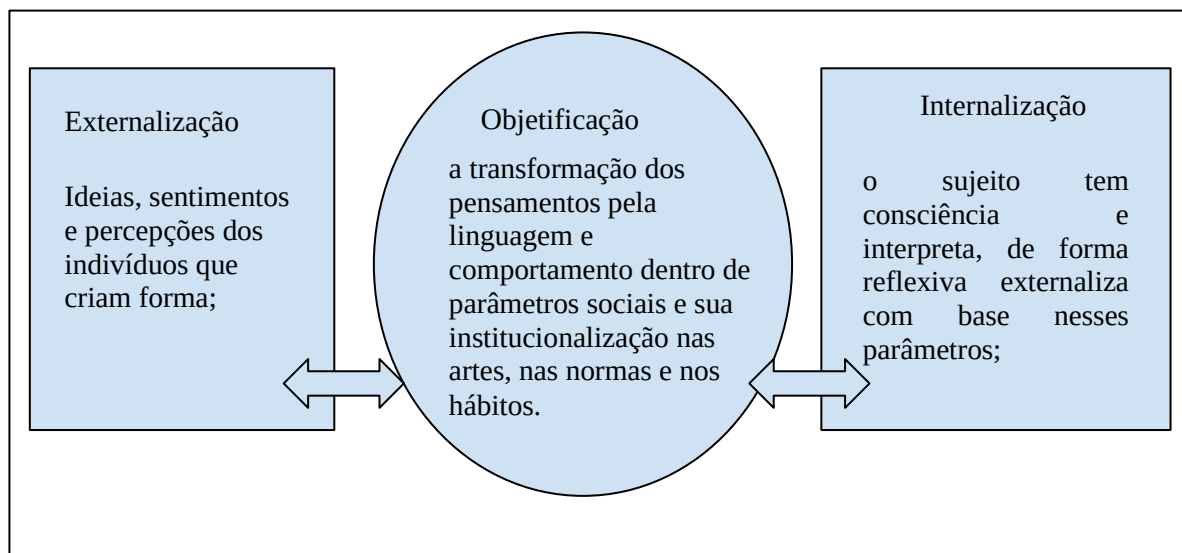
O sujeito representa o mundo com base em categorias, classes e modelos, que são originados no grupo e comunicados entre os integrantes participantes (ALMEIDA et al., 2005). É por meio das interações sociais que se constroem as representações da realidade social. A representação é procedência social, embora preserve a ação individual.

Para embasar o argumento, os autores explicitam alguns conceitos:

a) *externalização*: ideias, sentimentos e percepções dos indivíduos que criam forma;

- b) *internalização*: é a partir das classes, das categorias e dos parâmetros socialmente aceitos que o sujeito tem consciência e interpreta, posterior e reflexivamente, e externaliza com base nesses parâmetros;
- c) *objetificação*: é a transformação dos pensamentos por meio da linguagem e do comportamento dentro de parâmetros sociais e sua institucionalização nas artes, nas normas e nos hábitos.
- d) *habitualização*: as ações repetidas se tornam um parâmetro que será aceito por outros que vierem depois.
- e) *realidade*: uma qualidade inerente ao fenômeno a qual reconhecemos. O fenômeno é cognitivo, porém construído socialmente, independentemente de nossa vontade.
- f) *institucionalização*: o processo de implantação de uma convenção ou norma na sociedade. Isso acontece quando os hábitos se tornam normais ou realidade.
- g) *tipificação*: compreende o contexto biográfico e o acervo de conhecimento que o ser humano possui. E é a partir dessas informações que o homem age tipicamente no dia a dia.

Figura 1: Representação da construção da realidade



Fonte: Elaborada pelas autoras de acordo com Berger e Luckman - 2014

Almeida et al. (2005, p. 20) afirmam que “o processo de institucionalização tem sua origem na economia das práticas e atividades cognitivas no momento em que os indivíduos se utilizam do hábito já consagrado pela sociedade”.

Para apresentar a relação entre pensamento e o contexto social, Berger e Luckman (2014) trazem referência a Durkheim sobre a coerção de realidade, de forma que o fenômeno

social é uma realidade objetiva. Eles trazem, ainda, Max Weber sobre o papel das ações sociais dos indivíduos e a ideia de dinâmica da sociedade deve-se a Marx.

Elias (1980) corrobora esse pensamento porque trabalha com a noção de que os indivíduos e as comunidades são espaços de interações e de relações interdependentes, aceitando identidades pessoais e sociais. Depois dessa abordagem sobre os dados coletados, foram realizadas a análise e a discussão para compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por esses grupos sociais e a relevância do *Instagram* para a constituição de espaços de memória e identidade.

Assim, sob o ponto de vista da ciência, trata-se de uma pesquisa aplicada e, quanto aos objetivos, de caráter exploratório e descritivo, em que foi utilizado o método qualitativo. Os dados foram analisados por meio do método do discurso do sujeito coletivo.

2.3 Coleta dos dados

No Quadro 1, apresentamos as quatro etapas relativas aos objetivos específicos e ao instrumento de coleta dos dados da pesquisa.

Quadro 1 - Etapas da pesquisa

Etapas	Objetivos	Instrumento de coleta dos dados
Etapa 1	Traçar o perfil socioeconômico de feministas responsáveis pelo gerenciamento dos coletivos de João Pessoa no <i>Instagram</i> ;	Questionário fechado aplicado via Internet;
Etapa 2	Caracterizar a rede social digital <i>Instagram</i> como espaço de memória e identidade feminista.	Mapeamento da lógica de organização, técnica e social; questionário fechado aplicado; e observação para entender a organização do movimento, o formato e a linguagem utilizada; ações estratégicas, aparatos tecnológicos, relações, usos e apropriações;
Etapa 3	Mapear as dinâmicas de ativismo na apropriação do <i>Instagram</i> .	Entrevista semiestruturada para entender aos aparatos tecnológicos com as administradoras da página;

Etapa 4	Avaliar as contribuições de três coletivos feministas de João Pessoa na construção da memória e das representações sociais que envolvem a ação feminista no espaço do <i>Instagram</i> .	Entrevistas semiestruturadas com as responsáveis pelo gerenciamento do <i>Instagram</i> .
---------	--	---

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Quanto aos procedimentos, adotamos a pesquisa bibliográfica, cujo referencial teórico serviu de subsídio para o estudo exploratório e descritivo a que se propõe esta pesquisa. Nesse tipo de pesquisa, “utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O(a) pesquisador(a) trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2017, p. 122).

No primeiro bloco, coletamos dados como: sexo biológico, gênero, nacionalidade, naturalidade, idade, renda, raça, *background* religioso, estado civil, número de filhos, escolaridade e funções que ocupa ou ocupou. No segundo, questionamos sobre a tecnologia que usam (laptop, computador, celular, tablet), quais as fontes de informações utilizadas para criar os conteúdos, o tipo de planejamento do conteúdo e os motivos porque usam o *Instagram* e as fontes de informação.

Por fim, de forma complementar, fizemos as entrevistas semiestruturadas individuais. Para subsidiá-las, optamos por um roteiro de entrevista semiestruturado, pois oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias para enriquecer a investigação (TRIVINOS, 1987), “informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (MINAYO, 2001, p. 65). Nesse ponto, buscamos entender a história pessoal, com perguntas como: Quem é você? Como você chegou até aqui? O que aconteceu desde então? Teve ajuda ou empecilhos para chegar até aqui? Quais? Como você se sente hoje? Você considera que contribui para fortalecer sua identidade como mulher? Se sim, de que forma? Quais as qualidades do coletivo e de que forma isso afeta você? Quais defeitos? De que forma isso afeta você?

2.4 Universo da pesquisa

Para responder às questões levantadas, fizemos uma pesquisa exploratória no *Instagram*, a fim de mapear os coletivos feministas atuantes na rede social *Instagram*, localizados na cidade de João Pessoa – Paraíba. O levantamento está disposto no quadro abaixo:

Quadro 2 – Coletivos feministas

Coletivos	Breve descrição	Número de seguidores
Nossa Fala	Plataforma multimídia de produção e compartilhamento de conteúdo feita por mulheres.	5.397
Mulheres empreendedoras PB	Associação de Mulheres Empreendedoras da Paraíba Networking, colaboração e coletividade	4.559
Mulheres UFPB	Fórum de Mulheres em luta da UFPB - Por uma universidade livre de violência, machismo e opressão!	2.343
Paraíba Feminina	Informação e empoderamento	2.125
Movimento Mulheres PB	Perfil oficial do Movimento de Mulheres e Feministas na Paraíba	1.470
Movmulherespb	Perfil oficial do Movimento de Mulheres e Feministas na Paraíba	1.470
Mulheres negras PB	Movimento de Mulheres Negras na PB	1.470
Cunhã Coletivo Feminista	A Cunhã Coletivo Feminista é uma organização social que atua pelos direitos das mulheres na cidade de João Pessoa (PB) desde 1990.	1.337
Leia Mulheres JP	Clube de leitura voltado para as obras de mulheres escritoras - João Pessoa – PB	1.324
Maria Quitéria Paraíba	Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais – PB Desde 2002, luta por Direitos dessas Mulheresmariaquiteria.org	1.226
EmpodeRI	Coletiva iniciada no curso de RI (UFPB) e agora projeto de extensão aberto a todas as mulheres. Unindo formação acadêmica e movimento estudantil.	1.057
Mulheres na arte PB	Divulgação de arte feminina e feminista produzida e/ou realizada na cidade onde o sol nasce primeiro.	861
Mulheres que mudam	Unimos pessoas para discutir sobre temas relevantes de forma criativa, leve e divertida. Assim, geramos mudanças positivas no mundo.	814
Leituras feministas UFPB	Grupo de Leituras Feministas. Espaço auto-organizado de estudo e reflexão sobre gênero, mulheres e feminismos	795

Mulheres na Ciência- UFPB	Evento semanal, aberto a todos os interessados, com o objetivo de ampliar a divulgação científica pela perspectiva das mulheres.	600
Bamidelê	Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Mulheres negras em movimento contra o racismo e pelo bem viver.	302
Coletivo Pagu PB	Coletivo que defende um feminismo interseccional e socialista. “Esse crime, o crime sagrado de ser divergente, nós o cometeremos sempre.”	287
ElesPorElas UFPB	A UFPB participa do movimento de solidariedade pela igualdade de Gênero da ONU Mulheres.	187

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Os critérios empregados para a escolha e a triagem da pesquisa foram:

- Ser usado como estratégia para compartilhar assuntos sobre e para mulheres;
- Ter presença digital (número de seguidores superior a 1.000);
- Ter frequência nas publicações e garantir significativamente o engajamento e o alcance de público;
- Ser organizado por mulheres;
- Ter participantes e principais atividades desenvolvidas na cidade de João Pessoa e para mulheres residentes da cidade de João Pessoa.
- Ter disponibilidade para realizar as entrevistas.

Depois da primeira triagem, selecionamos dez coletivos que cumpriam os critérios a, b, c, d e e, sete dos quais não tinham disponibilidade, portanto só três coletivos corresponderam aos critérios estabelecidos e compuseram o universo da pesquisa.

O primeiro coletivo elencado é formado pela união de mulheres no Curso de Relações Internacionais da UFPB: o **empodeRI** é composto, majoritariamente, de estudantes do Curso de Relações Internacionais. Surgiu em 2016, depois da participação das integrantes no Curso Mulheres para hackear o patriarcado. Desde então, atua como projeto de extensão aberto para todas as mulheres da comunidade acadêmica.

O coletivo atua baseado em três eixos: ato político, diálogo e grupo de estudo, com o objetivo de promover as mulheres em diferentes aspectos e de oportunizar espaços de fortalecimento e dar voz às mulheres cujas falas e ações são obliteradas. As ações do grupo de estudo desenvolvem-se a partir de uma pré-seleção bibliográfica, a fim de dar suporte teórico sobre as vertentes e as teorias feministas. No eixo do diálogo, o coletivo se reúne para discutir sobre dificuldades vivenciadas pelas mulheres dentro e fora da universidade, englobando diversas situações. Para isso, utilizam-se diferentes suportes, como: filmes, documentários,

podcasts e outros. No ato político, o coletivo ocupa lugares públicos, sejam universitários ou praças e ruas para comunicar, sensibilizar, conscientizar e educar o maior número de pessoas sobre os problemas que dificultam o direito das mulheres.

O segundo coletivo é **Leia mulheres João Pessoa**. O grupo se reúne mensalmente para discutir sobre uma obra de autoria feminina previamente escolhida, a partir de um planejamento trimestral e votado pelas participantes no *Instagram*, mediado por Naila Cordeiro – formada em Letras pela UFPB e estudante de literatura feminina – e Marina Prado, empresária e proprietária do hostel.

Em 2014, a escritora Joanna Walsh publicou uma *hashtag* nas redes sociais *#readwomen2014* (*#leiamulheres2014*), que tinha o objetivo de estimular a leitura de obras de escritoras visto que o mercado editorial ainda é restrito, e mulheres não têm tanta visibilidade. Um ano depois, provocadas pela *hashtag*, Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques decidiram transcender as barreiras do digital e transformar a ideia em encontros presenciais. Com o passar do tempo, várias mulheres aderiram ao movimento e criam grupos de leitura em suas linhas, convidando a leitura de obras escritas por mulheres em diversos gêneros, de clássica a contemporânea. Nesse espaço, mulheres de nichos estudantis/profissionais diferentes se reúnem para discutir sobre livros com autoria feminina.

O *#LeiaMulheres* está presente em mais de 45 cidades brasileiras. Em março de 2017, João Pessoa passou a integrar a lista, utilizando o *#LeiaMulheresJP*. Os encontros são mensais, abertos e gratuitos para o público em geral. Não é necessário ser da área de Letras ou ter um vínculo acadêmico. O objetivo é de estimular a leitura de forma que cada participante contribua e coloque sua percepção individual, agregando conhecimentos sobre obras de autoria feminina.

O terceiro coletivo escolhido, **Nossa Fala**, foi criado pela publicitária Marcela Quirino e pela jornalista Érica de Oliveira, que desejavam criar conteúdo com e para as mulheres. O planejamento se iniciou no final de 2019, com data de lançamento prevista para 08 de março de 2020, pensando estrategicamente no Dia Internacional das Mulheres, já que o propósito era de dar visibilidade às mulheres e incentivar a união feminina e a formação de redes de apoio.

Ingrid Herculano, designer, foi a primeira falante escolhida para desenvolver a identidade visual do coletivo. Com o projeto montado, outras profissionais foram convidadas: jornalistas, publicitárias, arquitetas, designers, artistas, advogadas, empreendedoras e influenciadoras. Atualmente, o grupo é composto de 24 mulheres, porém estão previstas inscrições para outras mulheres interessadas. Objetiva-se reunir e ouvir mulheres com o propósito de fomentar o empreendedorismo feminino.

A escolha dos três cenários diferentes possibilita estudar os espaços de memória no *Instagram* sob três perspectivas, comparando com as dinâmicas que envolvem. A primeira é a Academia (Coletivo EmpodeRI) – espaço importante para mobilizações institucionais e questionamentos, com ambiente para debates críticos e ação política pela existência de mulheres. A segunda, o mercado (Coletivo Nossa Fala), que envolve uma dinâmica competitiva e desigual (COTRIM; TEIXEIRA, PRONU, 2020). O projeto une forças de diferentes mulheres, em um movimento com plataforma multimídia de produção e compartilhamento de conteúdo diário, produzido por mulheres, criando uma narrativa feminina nas redes sociais sobre temas da atualidade, como informação, entretenimento e opinião. Assim, veem-se a criação de networking e elos entre as mulheres e o mercado de trabalho. E a terceira (Coletivo Leia Mulheres JP), o grupo de mulheres não vinculadas à Academia nem necessariamente ao mercado: um grupo literário, sem pré-requisito para participação. Nele, elas estão interessadas em minimizar a desigualdade de gênero, no campo da produção literária, que envolve escrita, mercado editorial - publicação e comercialização - e leitura e propiciar espaços de construção de lugares e de fala em uma sociedade com o histórico de oferecer poucas possibilidades para mulheres.

2.5 O Instagram como campo empírico

As redes digitais de comunicação – sobretudo a Internet – influenciam as formas de relacionamento contemporâneas que constantemente sofrem mudanças profundas. É necessário um esforço em aprimorar a percepção e a compreensão dessas mudanças. “A natureza, motivos, prováveis e possíveis desdobramentos dessas alterações, por sua vez, são extremamente complexos, e a velocidade do processo tem sido estonteante” (RECUERO, 2009, p. 12).

Considerando esse pressuposto, há a divisão de entendimentos e explicações para a forma como a tecnologia molda a sociedade. Na visão dos otimistas, considerados tecnoutópicos, a interação pela Internet institui comunidades virtuais em que todos se relacionam em harmonia e igualdade e estão permanentemente dispostos a colaborar uns com os outros. A conexão digital anula as negatividades e as diferenças. Para os pessimistas, tecnofóbicos, a comunicação mediada por computador esfria as relações e acentua o que há de pior na natureza humana (LEMOS, 1985). As duas visões apresentam, de maneira superficial, a Internet e as tecnologias de comunicação e informação, desvinculando da realidade social que as rodeiam e, por isso, podem ser compreendidas como artefatos (ESPINOSA, 2007;

HINE, 2000, 2005; RECUERO, 2009, SHAH, 2005), portanto suscetíveis a reconfigurações e apropriações dos(as) usuários(as).

Essa definição “representa a oportunidade de uma aproximação do contexto sócio-histórico de apropriação dos artefatos tecnológicos a partir do olhar subjetivo dos próprios atores que interatuam com a TICs” (ESPINOSA, 2007, p. 272).

Ainda, nesse ambiente social da Internet, diferentes conceitos são utilizados para definir. Porém, aqui, adotamos o conceito de redes sociais como um ambiente online social para compartilhar informações, produzir conteúdos e veicular informações de forma descentralizada, de acordo com a perspectiva de Recuero (2009).

O *Instagram* está inserido nesse contexto digital e é entendido como um artefato cultural utilizado por pessoas, organizações, grupos e coletivos (RECUERO, 2009). Essa rede social foi criada por Kevin Systrom e Mike Krieger em 2010. Por meio dela, podem-se aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais. Pode ser usada para compartilhar fotos, imagens, vídeos e mensagens.

É uma rede social em que os(as) usuários(as) podem ver fotos e vídeos das pessoas que seguem. Nela, há a página do usuário, por meio da qual os(as) usuários(as) têm acesso às atualizações, ao feed (fotos e postagens definitivas) e aos stories (postagens impermanente) à medida que são publicados:

Figura 1 – Perfil do usuário no *Instagram*



Fonte: *Instagram* - 2021

O *Feed* funciona baseado em algoritmos. Um algoritmo é um conjunto de regras e operações matemáticas responsáveis por determinar os conteúdos que aparecerão no feed

dos(as) usuários(as). Inicialmente, o algoritmo era baseado na cronologia das postagens, ou seja, apareciam conforme a ordem de data e horário. Em 2016, o *Instagram* atualizou o algoritmo e passou a organizar a distribuição de postagens de acordo com os hábitos e as preferências do perfil de cada usuário(a) dentro da plataforma. Na atualização, o app passou a se guiar pelo interesse de cada usuário(a), a fim de que as preferências dele ou dela apareçam com prioridade no feed. Para isso, os algoritmos levam em consideração o nível de envolvimento/engajamento dos usuários(as) e decidem se determinado post é relevante ou não, contabilizando o número de curtidas, comentários, visualizações e compartilhamentos. Quanto mais interações, mais chances de aparecer mais vezes e por mais tempo para os(as) usuários(as). A plataforma oferece vários recursos que possibilitam mais interação.

2.5.1 *Story* (estória, em português)

Recurso com o qual se podem criar postagens de textos, imagens e vídeos que ficam visíveis por apenas 24 horas.



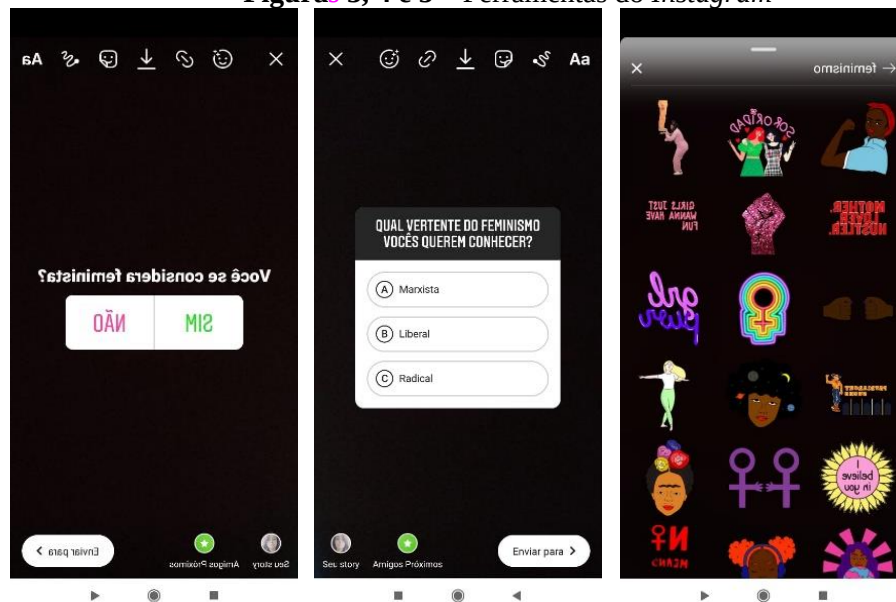
Fonte: *Instagram*, 2021

Os conteúdos dos *stories* localizam-se na parte superior do aplicativo, representado pela foto do perfil das contas com um contorno colorido circular. A função permite que tire foto ou grave vídeo com duração de até 15 segundos. É possível fazer vários vídeos sequenciais com uma única gravação. Ainda na função *story*, pode-se utilizar a opção texto em que o conteúdo do texto é destaque. Nesse caso, podem-se personalizar o estilo da fonte e os filtros com cores e efeitos. Também é possível fazer uma transmissão ao vivo, que possibilita a interação online com os(as) seguidores(as). A chamada *live* (ao vivo, em inglês) também fica disponível por 24 horas depois de gravada. Também é possível salvar no perfil posteriormente.

Para deixar mais interativo e maximizar o relacionamento entre os(as) usuários(as), o *Instagram* possibilita, ainda, que o(a) usuário(a) crie um campo aberto de interação em que pode

fazer perguntas ou incitar um tema. Em contrapartida, os(as) espectadores(as) tanto podem responder perguntas quanto fazê-las. Essa funcionalidade permite a criação de enquetes e escalas para conhecer melhor o público e delimitar o conteúdo de acordo com as necessidades dos(as) usuários(as). Não há limites de perguntas por perfil, e as respostas ficam agrupadas na lista de visualizações e podem ser respondidas em outro momento. Podemos visualizar algumas dessas funcionalidades citadas nas imagens abaixo:

Figuras 3, 4 e 5 – Ferramentas do Instagram



Fonte: Instagram - 2021

2.5.2 Recuperação de dados

Em 2018, depois do vazamento de dados da empresa Facebook para a Cambridge Analytics, o Instagram disponibilizou um recurso que possibilita fazer o backup de todas as informações da conta em um único arquivo.

Figura 6 – Tela do *Instagram* para baixar dados

Fonte: *Instagram* - 2021

Depois que se faz a solicitação, a previsão é de que, em até 28 horas, seja enviado para o e-mail cadastrado um link para *download* com dados da conta, como fotos e vídeos postados (com legenda), informações do perfil, histórico da pesquisa, comentários, curtidas, configurações, lista de seguidores, mensagens no bate-papo, fotos e vídeos compartilhados no chat. Com esse recurso, podem-se recuperar os dados publicados a partir de dezembro de 2017. A liberação do *download* possibilita mais transparência em relação aos dados dos(as) usuários(as) e que os conteúdos e as interações não sejam perdidos com o tempo, portanto, o usuário pode solicitar a qualquer momento e acessar o histórico da conta.

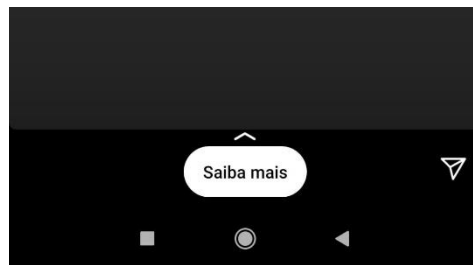
2.5.3 Destaques no *Instagram*

Essa rede social possibilita que as contas fixem stories considerados importantes em seus perfis, deixando-os disponíveis por tempo indeterminado. É utilizado, por exemplo, para chamar a atenção de algo importante, destacar perguntas feitas com frequência e salvar enquetes e temas abordados no *story* permanentemente (uma vez que o *story* sai do ar em um dia).

2.5.4 Swipe Up

A expressão *Swipe Up* é traduzida como ‘desliza para cima’, popularizado pelos brasileiros como “arrasta pra cima.” O recurso possibilita compartilhar um link para direcionar e compartilhar para novos conteúdos, aumentando o tráfego de conteúdo. Só é disponível para contas comerciais ou que têm mais de 10.000 seguidores.

Figura 7 – Tela do *Instagram* com *Swipe Up*

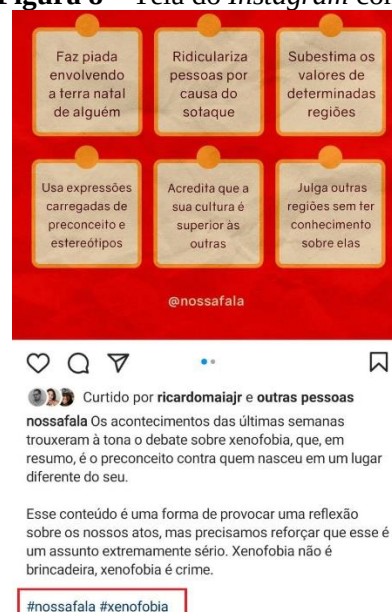


Fonte: *Instagram* - 2021

2.5.5 Hashtag

Hiperlink do *Instagram* que possibilita a busca e o acesso de conteúdos ao clicar na hashtag. O algoritmo do *Instagram* seleciona publicações relacionadas.

Figura 8 – Tela do *Instagram* com *hashtags*



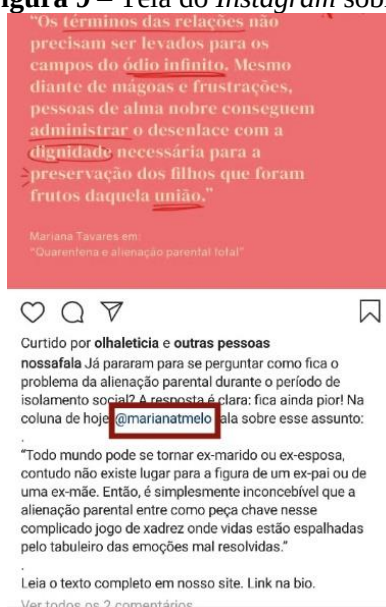
Fonte: *Instagram* - 2021

As *hashtags* vêm sempre acompanhadas de um termo, com o qual se criam uma categoria e um link para ela. Sempre que o usuário clicar, terá acesso a outros conteúdos dessa mesma categoria. O *Instagram* permite o limite de 30 *hashtags* por postagem.

2.5.6 Menções

Para ampliar as interações e os relacionamentos, é possível mencionar outros perfis, ganhar visibilidade e receber interações, como demonstrado na imagem abaixo:

Figura 9 – Tela do *Instagram* sobre menções

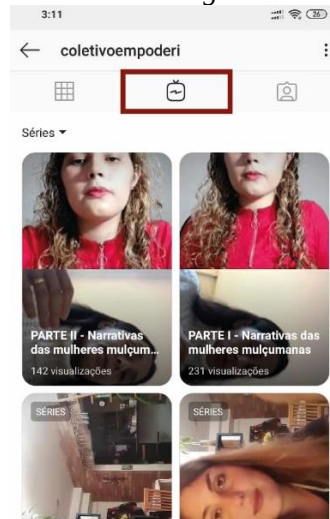


Fonte: *Instagram* - 2021

2.5.7 IGTV

O IGTV é um aplicativo integrado ao *Instagram* que oferece o compartilhamento de vídeos com até uma hora de duração.

Figura 10 – Tela do *Instagram* com o recurso do IGTV



Fonte: *Instagram* - 2021

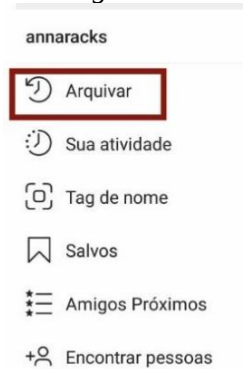
2.5.8 *Instagram Insights*

O Instagram Insights é uma ferramenta empregada para avaliar as estatísticas da conta. Com ele, é possível identificar a quantidade de visitas e quem é o público. Divide-se em abas. Na aba ‘Atividade’, concentram-se os dados do perfil, fornecendo quantas interações obteve na semana e quantas contas foram alcançadas com a publicações. A aba ‘Conteúdo’ fornece informações dos conteúdos públicos, a quantidade de publicações e de impressões, o resultado dos stories e possíveis anúncios/promoções. Já a aba ‘Público’ contém todas as informações para se conhecer o público, por meio dos horários que eles costumam interagir e os dias da semana.

2.5.9 *Arquivar/Desarquivar*

É possível arquivar uma publicação compartilhada na linha do tempo que os(as) usuários(as) não desejam que fique exposta e optam por desarquivar em outro momento. Isso possibilita moldar o perfil e preservar o que acham interessante.

Figura 11 – Tela do *Instagram* com o recurso de arquivar

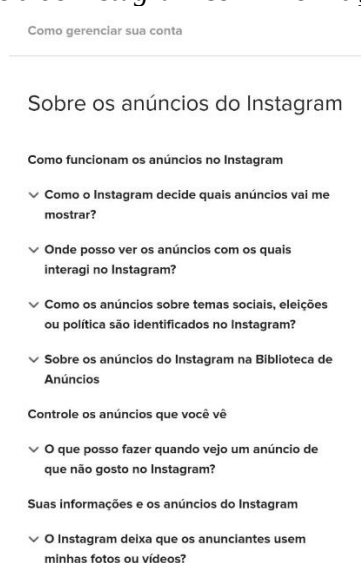


Fonte: *Instagram* - 2021

2.5.10 Anúncio

Ferramenta com o nome de *Instagram Ads*, em que, por meio de um valor, é possível alcançar mais públicos, aumentar o reconhecimento da conta e gerar tráfego para sites/blogs. Ela viabiliza anúncios tanto no feed quanto nos stories do *Instagram*. Os anúncios são veiculados em formatos de fotos, vídeos, carrossel – sequência de fotos ou vídeos – para gerar cliques e conversões.

Figura 12 – Tela do *Instagram* com informações sobre anúncio



Fonte: *Instagram* - 2021

O campo empírico da pesquisa também foi analisado por meio de uma síntese das vantagens/oportunidades e desvantagens/limitações de se construir um espaço de memória feminista.

Quadro 3 – Características do *Instagram*

Benefícios	Limitações
Rede social mais utilizada; Ampliação da capacidade de circular; Velocidade para acessar e recuperar certa lembrança; Possibilidade de interação.	O formato-padrão de imagem quadrada inibe a produção de conteúdo com muito texto; Limite de publicação; Muitas ferramentas-chave disponíveis somente para anunciantes; A quantidade de anunciantes poderá reduzir a performance orgânica.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Um dos benefícios dos coletivos de se usar o *Instagram* é o fato de ele ocupar espaços. O Relatório Digital in 2019, pesquisa do site *We Are Social*, apresenta como está a vida dos brasileiros nas mídias sociais. O *Instagram* está em quarto lugar, com 71%, precedido do Youtube (95%), do Facebook (90%) e do WhatsApp (89%). Portanto é importante estar presente digitalmente, para possibilitar agenciamentos coletivos, por meio da ampliação da capacidade de circular.

Outro benefício é a oportunidade e a facilidade para acessar e recuperar dados, já que são disponibilizados todos os dados agrupados em um link. Assim, os coletivos podem organizar os conteúdos publicados em algum tipo de arquivo ou repositório. Também é fácil armazenar as interações e as trocas de experiências, o que fortalece ainda mais a identidade das feministas e do coletivo. Porém, a rede social tem algumas limitações quanto à capacidade de compartilhar informações e construir uma memória coletiva orgânica. Ao valorizar um conteúdo em formato de imagem quadrada, o *Instagram* desvaloriza os que contêm muito textos e prejudica, de certa maneira, conteúdos que precisem de bastante informação para que sejam compreendidos. É necessário, também, planejar horário, data e quantidade de postagens porque a plataforma disponibiliza limite diário de publicação por conta. Ademais, com o objetivo de monetizar, o algoritmo favorece as publicações pagas, e isso contribui para disseminar as desigualdades e a exclusão digital. Grandes organizações têm a oportunidade de se tornar mais conhecidas devido ao impulsionamento nas postagens.

Considerando as vantagens e as limitações e por entendê-lo como um artefato cultural, o campo empírico desta pesquisa foi a rede social *Instagram* dos coletivos @leiamulheres, @nossafala e @empodeRi, para entender a produção da memória e o discurso por meio dos

diferentes significados em seus distintos contextos culturais e as relações sociais provenientes do desejo humano de se comunicar e os processos técnicos.

Os dados para a análise foram coletados em agosto de 2020, referentes aos registros gerados no *feed* de cada coletivo, entre julho de 2018 e julho de 2020 (dois anos), organizados em um quadro na sequência em que aparecem nas postagens e reagrupados em categorias. Posteriormente, procedemos à pré-análise, à descrição analítica, à interpretação e interferência.

2.6 Sujeitos da pesquisa

Depois de feitos o mapeamento e a triagem dos coletivos, os sujeitos que participariam da investigação foram selecionados com base em três critérios: mulheres que compunham a coordenação e gerenciavam as redes sociais, pois, para o objetivo desta pesquisa, acredita-se que, pelo histórico de apropriação e utilização das redes sociais, elas devem fornecer informações precisas e relevantes; e disponibilidade para participar das entrevistas semiestruturadas, privilegiando, na amostra, os sujeitos sociais que detêm os atributos definidos pela pesquisa. Fizemos contato pelo direct do *Instagram* e, com a manifestação expressa por escrito do termo de consentimento para participar da pesquisa, agendamos e aplicamos o questionário e a entrevista.

Fizemos as entrevistas de maneira digital, através da plataforma Google Meet², no mês de novembro de 2020, entre os dias 16 e 19.

Sobre amostragem, é um “tema realmente muito importante porque a ele está vinculada a credibilidade metodológica de uma investigação” (BERTAUX, 1981; CRESSWELL, 1998; MORSE, 2000, 2008; MINAYO, 2001). Inicialmente, não foi delimitada a quantidade de mulheres entrevistadas. A inclusão foi gradual, apoiando-se na estratégia de saturação, definida por Glaser e Strauss (2006, p. 31) “como sendo a constatação do momento de interromper a captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa sociológica”.

Ou seja, foi constatado que a inclusão de novas participantes não acrescentaria informações relevantes ao material já coletado ou não contribuiria de maneira significativa para a reflexão teórica e o confronto dos dados. Portanto, foi necessário levar em consideração os limites empíricos dos dados, a integração de tais dados com a teoria (que, por sua vez, tem

² Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.

determinada densidade) e a sensibilidade teórica (FONTANELLA; JANETE; TURATO, 2008). Portanto, só foi preciso uma integrante de cada coletivo – três entrevistadas.

O pressuposto para utilizar essa estratégia foi apoiado na linguagem de Kant (1980), em sua *Matemática Transcendental*, em que a pesquisa qualitativa busca a “intensidade do fenômeno”, em outras palavras, enfatizam-se aspectos de dimensão sociocultural, revelados a partir de crenças, opiniões, representações, simbologias, comportamentos e costumes, ao invés de se preocupar com dados que se repetem e podem ser contados (quantitativos).

2.7 Tratamento e análise dos dados

A entrevista, a organização e a análise do sujeito coletivo são, ao mesmo tempo, um depoimento pessoal e coletivo, pois, ao apreender o discurso da representação do indivíduo, obtém-se uma síntese complexa do contexto sócio-histórico concedido de uma interiorização e de uma configuração social exterior. As representações sociais se constituem como “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, liberando os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

Nesta pesquisa, assumimos uma posição epistemológica de compreensão ativa e dialógica, que envolve a reflexão das interações, diferentes racionalidades e intencionalidades, entendendo a existência do outro (o social) que condiciona a ação de conhecimento de um objeto, idealizando um trabalho de coconstrução do conhecimento, ou seja, construindo o conhecimento a partir dos diálogos e das interações com o contexto social.

A escolha também se adéqua pela perspectiva feminista que se apresenta nesta investigação, pois é uma das críticas à ciência, introduzindo os estudos feministas na ciência. Assim, a metodologia que aqui empregamos visa afastar metodologias positivistas. Busca, portanto, enfatizar o papel da construção social, permitindo a reflexão feminista sobre a ciência.

O DSC é elaborado a partir de figuras metodológicas de acordo Lefèvre e Lefèvre (2003):

a) Expressões-chaves (ECH): trechos literais do discurso que devem ser destacados na pesquisa, pois revelam a essência da resposta (depoimento), do conteúdo discursivo dos segmentos que se divide. “As expressões-chave são uma espécie de prova discursiva-empírica da verdade das ideias centrais e das ancoragens e vice-versa” (Lefèvre e Lefèvre, 2003, p. 17);

b) Ideia central (IC): expressão linguística que descreve, de maneira mais verossímil, sintética e precisa, o sentido de cada discurso analisado somado com cada conjunto

homogêneo de palavras-chave que vão dar suporte à construção do discurso do sujeito coletivo. Não é uma interpretação, mas uma descrição de sentido do conjunto de depoimentos.

c) Discurso do sujeito coletivo (DSC): discurso-síntese construído a partir dos depoimentos individuais, redigido na primeira pessoa do singular. Aconselha-se que a grafia esteja em *itálico*, para indicar que se trata de uma fala ou discurso coletivo. A construção é feita a partir dos discursos brutos que são submetidos a uma análise inicial para decompor e assinalar as expressões-chave e extrair as principais ancoragens e ideias centrais.

d) Ancoragem: Lefèvre e Lefèvre (2003), influenciados pela Teoria das Representações Sociais, usam o termo para se referir a uma teoria, ideologia que alicerça as concepções dos autores do discurso.

Para analisar as entrevistas, seguimos as etapas propostas pelo DSC, conforme orientação de Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 46-57):

Passo 1: Copiamos/transcrevemos integralmente o conteúdo da resposta de cada mulher entrevistada no Instrumento de Análise de Discurso 1 (IAD 1) na coluna ECH;

Passo 2: Identificamos, em cada resposta, as ECHs das ICs e as ECHs das ACs quando estiveram presentes;

Passo 3: Identificamos e descrevemos as ICs e as ACs com base em cada ECH colocando-as nas colunas correspondentes;

Passo 4: Agrupamos as ICs com o mesmo sentido, com sentido equivalente ou complementar e “etiquetamos” com os números 1, 2, 3 etc.;

Passo 5: Criamos para cada agrupamento (1, 2, 3, etc.) uma IC síntese que expressasse, da melhor maneira possível, todas as ICs e ACs com o mesmo sentido, com sentido equivalente ou complementar.

Passo 6: construímos o DSC, utilizando o Instrumento de Análise de Discurso 2.

Os passos foram feitos utilizando o *DSCsoft*,³ software desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo, coordenado por Ana Maria Cavalcanti Lefèvre e Fernando Lefèvre, recomendado para pesquisas qualiquantitativas. O programa nos ofereceu a possibilidade de criar um banco de dados com as respostas coletadas, classificá-las e agrupá-las para posterior construção do DSC. Para esta pesquisa, utilizamos a versão gratuita que permite demonstrar até 50 respostas.

³ O programa pode ser baixado através do link: <http://www.tolteca.com.br/dscsoft20.aspx>

3 O CAMPO DA PESQUISA SOB O OLHAR FEMINISTA

Fala-se muito em feminismo como se essa simples oposição com o machismo resolvesse todos os nossos problemas. [...] Também é preciso ver o movimento feminista de modo mais profundo, como reflexão, como pensamento, como desconstrução das injustiças da sociedade.

(Maria Tiburi)

Definir um termo é bastante arriscado e complexo, pois, ao fazê-lo, atribuímos a eles conceitos classificações e delimitações que estão em constante construção. Porém, para Louro (1997, p. 23), “a importância do conceito de gênero se afirmar, pois [...] obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando”, levando a reflexões e renegando proposições essencialistas sobre gênero, pois a prisma se baseia em um processo, uma construção.

Trazer o conceito de gênero para discussão exige deixar de pensar de forma naturalizada, pronta, estática e passar a pensar de modo plural, acentuando as diversas óticas de representações sobre mulheres e homens. “Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma da sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem” (LOURO, 1997, p. 26).

O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2014) define gênero como:

Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes; maneira de ser ou de fazer: é esse o seu gênero de vestir-se; gênero literário, variedade da obra literária, segundo o assunto e a maneira de tratá-lo, o estilo, a estrutura e as características formais da composição; gênero humano, a espécie humana. Gênero de vida, modo de viver, de proceder” (AURÉLIO, 2014. p. 78).

Já no campo das Ciências da Saúde, a palavra foi introduzida em 1968, na obra ‘*Sex and Gender: on the development of masculinity and femininity*’, de Robert Stoller (1968), psiquiatra, a fim de diferenciar o termo gênero do termo sexo, visão ligada diretamente às condições biológicas. O livro aborda as intervenções cirúrgicas em pessoas intersexuais e transexuais que desejavam modificar a anatomia genital para se adaptar ao gênero desejado. O autor reflete sobre a importância do desejo de ser homem ou mulher, independentemente das características biológicas/anatômicas, e divide o gênero em duas categorias: a biológica, responsável pela diferença sexual (sexo), e a psicológica, que envolve as expectativas de comportamentos relacionados a cada gênero (SPIZZIRRI; PEREIRA; ABDO, 2014). É

importante registrar que o trabalho de Stoller foi dirigido à questão da identidade de gênero, relacionada à masculinidade e à feminilidade, que sustentam o debate sobre as identidades de gênero, transexualidade e a cisgeneridade, diferenciando-se da noção de relações sociais de gênero ou sexo elaboradas por autoras feministas, como Joan Scott (1995).

Scott (1995) entende gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, imbricado nas relações de poder, uma primeira forma de dar sentido as essas relações. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade” (SCOTT, 1995, p. 5). A partir desse entendimento, o gênero, como categoria de análise, tem a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento global, impondo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (1995, p. 6)

Em 1992, Thomas Laqueur, historiador da Medicina, publicou a obra *‘Making sex – body and gender from the greeks to Freud’*, em que explicita e afirma que – ao contrário do discurso predominante, em que as diferenças se baseiam no sexo biológico – o gênero é que constituía o sexo.

O termo gênero surgiu na Academia, resultante da articulação entre ativistas sociais e feministas acadêmicas. O debate dos grupos sociais sobre gênero e sexismo pautou a construção do conhecimento, pensando em questões importantes sobre a subordinação das mulheres, as relações de dominação entre homens e mulheres, a desvalorização da mulheres e os mecanismos de manutenção da opressão, questionando a naturalização dos atributos que definem o masculino e o feminino: Há uma só mulher? É possível pensar de forma binária e singular? A categoria gênero será fundamental para instituir o campo de estudos de gênero e sobre as mulheres.

Desde os primórdios, percebe-se, através de registros históricos, que a sociedade é construída com a apropriação pelos homens do poder político, cultural e social, detendo o direito ao voto, trabalho produtivo, a vida pública, a educação e aos espaços públicos de modo geral, acumulando, assim, a visibilidade social. Também na esfera privada, detinham poder de decisão sobre a vida familiar e afetivo-sexual. Ao mesmo tempo, a mulher era tratada como “sexo frágil”, incapaz de exercer funções na vida pública, destinando-se a cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e com fins sexuais (SANTOS; OLVEIRA, 2010).

O Movimento Feminista é um movimento político, cultural, social e filosófico, no qual as mulheres tomaram consciência e se organizaram como coletivo para lutar contra a opressão, a dominação e a exploração às quais foram, historicamente, submetidas em diferentes esferas e formas.

As feministas, conhecidas, popularmente, como sufragistas ou sufragetes, buscavam o direito ao voto em diversos países do Ocidente, no fim do Século XIX e início do Século XX, e mudar a ideia de que as mulheres eram o sexo frágil, submisso e excluído da vida pública e profissional, limitadas aos afazeres domésticos e à criação dos filhos.

A revolução francesa teve como um dos seus ganhos a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos. Porém, esse documento abordou apenas os direitos dos homens, uma vez que os considerava sujeitos universais, sem abordar a situação em que as mulheres viviam. Em resposta a isso, Olympe de Gouges, em 1791, escreveu o documento Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã, em que solicitava igualdade jurídica e política.

Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que essa declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral. (GOUGES, 1791, p. 1)

A reivindicação dos direitos das mulheres traz a ideia de que a diferença entre os gêneros não é algo natural, mas cultural, a partir da socialização de meninas e meninos. Ela surgiu em favor de uma educação igualitária para a construção da igualdade de gênero. Mulheres negras e lésbicas se juntaram e trouxeram mais forças para o Movimento Feminista, ao mesmo tempo em que apresentaram novas demandas e discussões, como o Movimento Identitário.

O fim da década de 80 foi marcado pelo fim da União Soviética, com a queda do muro de Berlim, das ditaduras na América Latina e com a tecnologia e a Internet causando revoluções em termos de comunicação. Essas discussões tratam também de assuntos como estupro, patriarcado, sexualidade e empoderamento feminino. Aqui surge o conceito de interseccionalidade. Nesse contexto, surgiu a discussão sobre o corpo biológico não ditar a escolha do gênero.

Para algumas feministas, a noção do patriarcado é fundamental para descrever um regime de relações entre homens e mulheres que se desenvolve na sociedade como um todo, nas instituições, na organização da família, na relação da divisão sexual do trabalho, em outras no controle dos homens sobre o corpo das mulheres, expressados através de práticas de violência. A partir dos meados da década de 1980, o termo patriarcado foi criticado porque

vinha sendo utilizado de forma universal, generalizando situações e contextos e descontextualizado historicamente.

Visando encontrar conceitos para analisar a opressão vivenciada por mulheres, Saffioti (2004) destaca a relevância do conceito do patriarcado como categoria que apresenta uma forma de dominação própria das sociedades divididas em classes:

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é essa ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a essa estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito (SAFFIOTI, 2004, p. 136)

Trata-se, portanto, de uma constituição como fenômeno social, que desnaturaliza a submissão de um sexo a outro. A discussão nos possibilita entender conceitos imbricados de paradoxos entre gênero, patriarcado, poder e relação entre exploração e dominação.

Judith Butler e Guacira Lopes Louro são exemplos de feministas que questionaram a noção de patriarcado em detrimento de diferentes formas de subordinação das mulheres na contemporaneidade, com tanta diversidade, incluindo, sobretudo, os diferentes marcadores sociais. Pensar em gênero, sob essa ótica, requer relacionar o envolvimento com o campo em que atua, sendo dialógico e intersubjetivo.

O movimento feminista negro contribui com o debate ao inserir aspectos de interseccionalidade, que abrange diferentes formas de opressão. A feminista afrodescendente Kimberlé Crenshaw denunciava a insuficiência das análises nos Estados Unidos por não abordar as múltiplas formas de opressão que incidem sobre as mulheres, apontando o entrecruzamento do racismo com o gênero. No Brasil, Ribeiro (2019), em suas pesquisas, coloca que as referências podem se entrecruzar e amplificar visões de mundo.

Indicadores como gênero, raça, classe, região, religião e orientação sexual têm sua importância ao longo da vida dos sujeitos e dos grupos. Esses indicadores também representam situações de opressão. Isso significa que os sujeitos pertencem, simultaneamente, a múltiplos domínios e estruturas sociais. Quando os indicadores se interseccionam, é produzida uma multiplicação em vantagens ou desvantagens. Por exemplo, uma mulher pobre e negra é submetida a três tipos de opressão. Nas palavras de Davis (2016, p. 8),

raça é a maneira como a classe é vivida. Da forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que

entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

Os principais estudos denunciavam as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Por essa razão, as autoras faziam questão de escrever sobre suas indignações pessoais e sobre aspectos de vivências das mulheres. Inclusive assinavam com seus nomes, prática incomum em momentos históricos anteriores. Antes, como não podiam declarar sua autoria, as mulheres recorriam, em muitos casos, a pseudônimos. “O uso de pseudônimos era uma forma das mulheres se protegerem da crítica e resguardarem sua imagem diante de um contexto social e cultural que lhes negava o direito à escrita pública” (LIMA, 2016, p. 107).

Posteriormente, com os Estudos de Gênero e os Estudos de Gays e Lésbicos, as estudiosas feministas Scott (1995) e Louro (1997; 1999; 2004) têm procurado compreender o gênero como uma categoria relacional para combater e resistir ao sistema sexista, machista e homofóbico. Segundo Scott (1995, p. 197), “o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, caracterizando-se pela dominação e exploração” dos homens em detrimento das mulheres.

O principal argumento para manter as desigualdades entre homens e mulheres fundamentava-se nas características sexuais. Para além dessa definição do que é homem ou mulher, precisava-se entender que “sexo como um dado natural inelutável, que tinha feito homens e mulheres tais como os vemos, e passamos a falar em gênero [...] para entender como tínhamos chegado a ser o que somos” (NASCIMENTO, 1999, p. 33). Então, para se contrapor a esse argumento, era preciso mostrar que o problema consiste na forma como o masculino e o feminismo são vistos, a forma cultural, social e histórica que circundava a definição.

Porchat (2014) corrobora ao afirmar que “gênero” tem uma história e se transforma dentro do campo feminista. Surge em oposição a “sexo”, como um recurso para superar concepções que consideravam as diferenças sexuais biológicas como fator fundamental na compreensão dos aspectos constituintes do comportamento e da personalidade [...] (PORCHAT, 2014, p.52).

Não se trata, porém, de renegar as condições biológicas existentes, mas de reforçar as forças dos discursos hegemônicos e as construções históricas em nossa sociedade. Conduzindo, dessa forma, o debate para o campo social, realçando o processo de formação dos conceitos que não surgiram prontos. Aqui, cabe também destacar a pluralidade da compreensão de gênero.

Bourdieu (1999 p. 156) afirma que “o corpo biológico é socialmente modelado”. Ele conclui que “um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais.”

Seguindo esse pressuposto, entendemos que, culturalmente, por meio da representação binária, cultiva-se a ideia de que há um sujeito masculino fundante e central e um sujeito oposto feminino como o secundário, tornando assim um sujeito superior, enquanto o outro inferior logo é incluído na categoria de objeto. No entanto, ainda há de se pensar mais à frente dos debates sobre dominação dos homens sobre as mulheres: “A heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos ‘abjetos’ - aqueles que escapam da norma” (LOURO, 2004, p. 44). Assim,

em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas. De outro modo, o modelo dialógico corre o risco de degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes dos discursos ocupem iguais posições de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui, "acordo" e "unidade", que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos (BUTLER, 2018, p. 40).

Scott (1995) e Butler (2018) trazem em suas pesquisas e trabalhos a problemática do binarismo e a oposição entre o masculino e o feminino aliado ao discurso da dominação masculina sobre o feminismo. Argumentam que essa acepção é fragmentada, porque coloca o masculino e o feminismo como polos opostos e desconsiderando a multiplicidade de mulheres e homens, como também desconsidera que existem pessoas que não se identificam com essa forma e pessoas com diferentes expressões identitárias de gênero. Então, atentam para se preocupar com as diversas identidades.

Beauvoir, [...] queria sugerir que a categoria das mulheres é uma realização cultural variável, um conjunto de significados que são assumidos ou absorvidos dentro de um campo cultural, e que ninguém nasce com um gênero - o gênero é sempre adquirido. Por outro lado, Beauvoir desejava afirmar que a pessoa nasce com um sexo, como um sexo, sexuada, e que ser sexuado e ser humano são condições coextensivas e simultâneas; o sexo é um atributo analítico do humano; não há ser humano que não seja sexuado; como atributo necessário, o sexo qualifica o ser humano. Mas o sexo não causa o gênero; e o gênero não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo; aliás, para Beauvoir, o sexo é imutavelmente um fato, mas o gênero é adquirido, e ao passo que o sexo não pode ser mudado – ou assim pensava ela –, o gênero é a construção cultural variável do sexo, uma miríade de possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo

sexuado. [...] se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja torna se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de “mulher” não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e “homem” não precisa interpretar os corpos masculinos (BUTLER, 2018, p.194).

Fica evidente que é necessário compreender, de forma interdisciplinar e correlacional, a percepção de gênero como um artifício flutuante de identificação. Ademais, a identidade não é nata nem neutra, mas construída e reconstruída na interação social, por isso é uma ininterrupta construção social. O debate indica que é preciso ultrapassar as representações de sujeitos a partir de identificações binárias de gênero e sexo. Ao entender o gênero como o reflexo das relações entre homens, mulheres e sociedade, estudos demonstram uma assimetria nas relações, de forma que se cria uma categoria social baseada nas diferenças existentes entre ambos, ou seja, a partir de algo natural, constrói-se uma cultura rígida, binária entre e para os sexos (BUTLER, 2018).

Por isso, a cultura é construída nas relações de poder, e onde há relações sociais, o poder é manifestado (FOUCAULT, 2012) e “não pode ser retirado nem recusado, mas somente deslocado” (BUTLER, 2018, p. 215). Em um cenário ideal, o poder oscilaria de maneira orgânica, saudável e dinâmica. Porém, predomina o poder masculino, que exclui e violenta o feminino, o que resulta em um fenômeno que Bourdieu (1999) chama de dominação masculina, em que o poder se mantém de forma mascarada nas relações e influenciado pela concepção de mundo, ou seja, “uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas, principalmente, de submissão pré-reflexiva” (BOURDIEU, 1999).

Isso acontece por meio dos símbolos de nossas estruturas de pensamento, que provocam a violência simbólica, muitas vezes imperceptível, porque está dentro das categorias de entendimento, e que legitima as práticas, historicizando o que nos parece natural, como a dominação masculina, vista como comum e esperada e, por isso, muitas vezes, não contestada. Nesse contexto, o homem é tomado como medida de todas as coisas, em decorrência do sistema binário, numa perspectiva dicotômica. Nessas categorias, encaixam-se o feminino e o masculino – este, positivo, e aquele, negativo. Portanto, o feminino seria uma entidade como falta (BOURDIEU, 1995).

Nas socializações, as meninas são criadas como falta, e os meninos, como os referentes. Isso limita as possibilidades de as meninas ocuparem os mesmos espaços. A percepção do sujeito feminino não é caracterizada por uma identificação, mas considerada como de outro

gênero e marcada pela falta. Consequentemente, temos regras e leis diferenciadas, que geram uma diferença sexual (BORDIEU, 1995).

Esse quadro conceitual sugere que a transformação das relações de gênero requer o acesso à informação e o controle sobre recursos materiais e simbólicos além de mudanças profundas nos valores e nas relações mantidas por estatutos de poder e de privilégio. A transformação significa fundamentalmente um processo político coletivo e individual. São necessárias mudanças de atitude na consciência de mulheres e de homens e nas normas comunitárias. As mudanças incrementais devem ser percebidas e compreendidas como resultados valiosos, sabendo-se que a igualdade de gênero é uma meta a ser alcançada em longo prazo (RAO; KELLEHER, 2005). Nesse cenário, “a informação é utilizada estrategicamente para as discussões sobre gênero, no empoderamento e na luta por políticas públicas de gênero” (ARAÚJO; CÔRTEZ, 2019). Para isso, é necessário dar voz às mulheres, para que elas possam escrever a própria história.

Spivak (2010) afirma que escrevemos como povos que tiveram consciência formada como sujeitos coloniais. O Terceiro Mundo é representado pelo discurso do Ocidente, atravessado pelos interesses econômicos internacionais. Por isso, falar de saberes subalternos, não basta dar voz àqueles e àquelas que foram privados dela, mas participar do esforço de promover outras gramáticas, outras epistemologias, outras referências que não aquelas que aprendemos como únicas e verdadeiras.

Vladimir Safatle (2017) corrobora com esse pensamento ao indicar que há uma violência epistêmica implícita no “diálogo”, pois, quando discutimos, já começamos com a condição de: vamos conversar, desde que o outro fale na mesma linguagem. Mas, existe uma linguagem apenas? Qual linguagem vai prevalecer? Quem determina qual a linguagem será a predominante e válida para o diálogo? Fica evidente, pois, a violência epistêmica que pressupõe uma única e mesma linguagem.

Spivak (2010) rejeita qualquer essencialismos na caracterização do subalterno, porque entende que esse sujeito não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, porque é heterogêneo. Isso fica evidente em sua crítica a Jacques Derrida (1978) como uma radical da metafísica que perpassa o pensamento ocidental científico. Segundo ela, isso deveria ser superada porque, dentre outros motivos, não capta as percepções sócio-históricas da vida humana influenciada por sua dinamicidade ao deixar de observar, de forma ontologicamente estável, a partir da visão do (a) estudioso (a). O que a autora defende é uma recusa a supor um “objeto de pesquisa” em que se esperam comportamentos imutáveis não disputáveis. Deve-se considerar que comportamentos são passíveis de transformação e resignificação, pois as

relações estão o tempo todo em interação, superando as dicotomias superficiais que consolidam hierarquias entre os pares que os compõem: colonizado/colonizador, branco/negro, dominador/subordinado.

Isso não quer dizer que, por serem dinâmicas, são passíveis de qualquer tipo de arranjo, mas que há limites para reconhecer suas existências como grupo. É necessária, então, uma postura político-epistemológica de vigilância para entender e recusar esses pensamentos, por isso é preciso reflexão e correção como pesquisadora. Isso é necessário, sobretudo, para pesquisadores(a) que trabalham com o fenômeno da informação, como o arquivista, o historiográfico e o crítico disciplinar. Há também um trabalho inevitavelmente intervencionista envolvido, que engloba uma tarefa de medir silêncios e analisar e interpretar, em documentos, o discurso e as dimensões nem sempre explícitas.

Especialmente quando pensamos na consciência do subalterno, a noção do que o trabalho não diz se torna muito importante. Quando falamos em mulheres, essa vigilância deve ser ainda mais latente. É preciso, no tocante às mulheres que sofrem opressão de raça e de classe, “relatar, ou, melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres negras ou a mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está inegavelmente na ordem do dia” (SPIVAK, 2010, p. 85).

Sem escutar o outro, erigimos como sujeitos legitimadores de nossa prática e teoria, sem reconhecer no outro a possibilidade de tudo dizer e de ser ouvido. Essa unilateralidade legitima a autoridade intelectual e os transforma em objeto-sujeito ao ignorá-lo como sujeito produtor de conhecimentos, capaz de produzir as próprias epistemologias, linguagens e formas de se expressar e de representar. Spivak (2010) defende que os(as) intelectuais não só podem como devem representar o(a) subalterno(a). Todavia, nesse percurso, deve-se ficar atento para não emudecer mais o subalterno, mas ser veículo para que ele possa falar e ser ouvido. Isso requer um esforço constante de autorreflexão do lugar de fala, enxergando a tarefa política e intelectual das mulheres.

As críticas a Spivak (2010) consistem em considerar absoluta a afirmativa de que os subalternos não têm lugar de fala, como Patrícia Hill Collins (2016) e Granda Kilomba (2012), que mostram que, ao se pensar que os sujeitos são incapazes de transcender, legitima-se o discurso colonizador, que atribui o poder absoluto aos homens brancos, ao acreditar que os oprimidos não são capazes de pensar nas próprias condições de oprimidos e identificar apenas o discurso opressor (RIBEIRO, 2019).

É importante que pesquisadores e pesquisadoras reconheçam o caráter político no desenvolvimento da pesquisa e o exercício da crítica e da autorreflexão em todo o percurso

para entender os silêncios, as violências e as formas de poder. É preciso, ainda, encontrar fissuras para oportunizar lugares de fala aos sujeitos subalternos e ser capaz de ouvi-los e entendê-los.

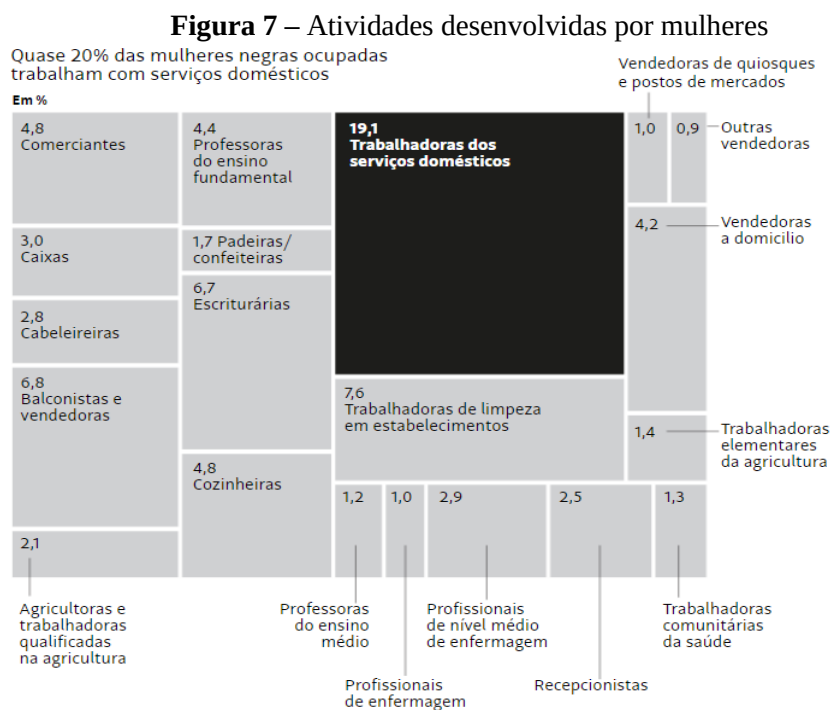
Atualmente, no feminismo, destaca-se o uso massivo das redes sociais para organizar e propagar as ideias feministas, além de pautas como: mulheres na mídia, cultura do estupro, abusos no ambiente de trabalho e na universidade, com palavras-chaves como liberdade e igualdade. Há, também, um conceito bastante usado, que é o de sororidade - a força da união entre as mulheres, baseado no companheirismo para o alcance em comum.

3.1 Formação do Brasil e organização do Movimento Feminista no Brasil

Quando se trata de gênero, raça e classe, essa vigilância também deve ser prioridade. Na literatura, existem poucos(as) autores(as) que se debruçaram profundamente sobre a posição real das mulheres negras escravizadas. Quando abordam o tema, a discussão se concentra no sexo involuntário *versus* o estupro feito pelos homens brancos. Em geral, só se observa esse aspecto.

Porém entendemos que é necessária uma discussão profunda sobre o que foi a escravidão e o que significou para as mulheres. Por exemplo, para entender qual foi o papel das famílias negras e entender como o machismo se expressa, porque as escravizadas tinham todos os outros aspectos de sua vida tolhidos pelo trabalho compulsório. Em levantamento feito com base nos microdados da PNAD (2019) pelo economista Cosmo Donato, da LCA Consultores⁴, constatou-se que as mulheres ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico, conforme o traço a seguir.

⁴ Empresa de Consultoria em Economia. Disponível em: https://www.lcaconsultores.com.br/quem_somos.php



Fonte: PNAD - 2019

Por isso, o ponto de partida da análise das mulheres negras na escravidão é uma reflexão sobre quais eram seus papéis como trabalhadoras. As negras eram, na visão escravista, desprovidas de gênero. Elas trabalhavam como e tal qual os homens negros, com a mesma intensidade e o mesmo número de horas, inclusive, mesmo gestantes ou com bebês recém-nascidos. Existe o mito de que elas só trabalhavam dentro de casa. No sul dos Estados Unidos, núcleo do escravismo, as mulheres eram predominantemente agrícolas.

É importante entender que a condição da mulher – de fêmea, melhor dizendo – só era lembrada em dois momentos: primeiro, quando, além dos açoites e do trono, tinham como castigo também os estupros; segundo, quando o tráfico internacional de mão de obras foi impedido, os proprietários de escravos precisavam contar com a reprodução como estratégia de vigor para produção escrava. Nesse período, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais validadas de acordo com sua fertilidade. Essa a era a forma de avaliação. Por isso também a exaltação da maternidade que se popularizou muito no Século XIX. Isso influenciou o mito da fragilidade feminina que foi difundida e não se aplicava às mulheres negras escravizadas (DAVIS, 2016).

A tarefa dos homens não era superior nem inferior no ambiente doméstico. A grande característica é a igualdade nas senzalas. A população negra conseguiu transformar uma igualdade negativa – opressão/escravidão – em uma igualdade positiva – igualitarismo nas

relações sociais. As mulheres, muitas vezes, defendiam seus companheiros das tentativas do sistema escravistas de apreciá-los. Elas afirmavam sua igualdade de forma muito combativa. Resistiam ao assédio sexual de homens brancos, defendiam sua família, participavam de rebelião. As mulheres negras que aceitavam docilmente a escravidão eram uma exceção (DAVIS, 2016). Estas são características das mulheres negras: resistência e luta.

Ângela Davis (2016) faz uma análise mais ampla sobre o que era o movimento antiescravagista negro das mulheres e o que foi o movimento pelo sufrágio nos Estados Unidos e de que forma o racismo se desenvolveu no movimento sufragista. Qual foi o papel de mulheres e de homens negros?

Primeiramente, questiona-se: Por que tantas mulheres se juntaram ao movimento antiescravagista? Tentando responder, Davis (2016) afirma que existia uma ideologia em muitas mulheres brancas na época, que encaravam a escravidão como um problema moral e não o viam como um problema político-econômico, porque acreditavam que os “instintos maternos” faziam com que as mulheres tivessem afinidade com a luta antiescravagista. A restrição da participação das mulheres na vida pública se acentuou, principalmente, no período industrial, pois elas foram encarregadas de cuidar do espaço doméstico. Porém, no período pré-industrial, a economia se concentrava nas produções feitas nos engenhos, fazendas.

Davis (2016) aborda o papel da industrialização na luta das mulheres brancas, porquanto o lugar das mulheres sempre foi em casa. Contudo, na era pré-industrial, a economia se baseava na agricultura doméstica. Os homens, muitas vezes, cuidavam do solo com a ajuda de suas companheiras. Então, o lugar das mulheres era em casa não só por causa dos trabalhos doméstico e materno, mas também porque eram produtivas no contexto daquela economia. A questão consiste em entender que, quando a produção se transferiu para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a tomar força e se construiu a ideia de um modelo ideal de esposa e mãe, e as mulheres passaram a ser vista como mães meramente reprodutoras passivas e, como esposas, elas deveriam ser apêndices de seus maridos.

A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era normal que houvesse resistência. Por isso, na metade do Século XIX, a ideia de que o casamento era opressivo era muito recente. As primeiras feministas começaram a comparar a situação dentro do casamento com a situação da escravidão. Nessa ordem, as mulheres brancas, trabalhadoras e donas de casa foram muito atraídas pelo movimento abolicionista. Contudo, as que se destacaram no início da campanha eram as que, geralmente, não precisavam de trabalho remunerado: esposas de juízes, médicos etc. A luta abolicionista conferia a elas a possibilidade de iniciar protestos

implícitos contra o caráter opressor de seu papel dentro do lar. Então, elas não sabiam como organizar suas reivindicações, mas podiam participar assim.

Djamila Ribeiro (2019), mulher negra e feminista, corrobora esse pensamento ao discutir sobre o saber pautado na lógica excludente, ensinado por uma voz única, por meio de uma epistemologia dominante e eurocêntrica de homens brancos. Ela considera importante inserir outras vozes, sobretudo vozes de mulheres negras. A presença de mulheres é importante para contribuir com a produção intelectual e filosófica, e as mulheres negras vêm fazendo isso.

Elas já vêm contribuindo de modo fundamental ao denunciar como a ciência está atrelada aos valores da cultura, ao negar a neutralidade e desmistificar esse sujeito universal. Há uma grande produção de mulheres negras, mas ainda temos pouco acesso por conta do conhecimento hegemônico ainda ser eurocêntrico, branco, masculino. Ao colocar a mulher negra no centro do debate e a partir desse lugar pensar a sociedade e realizar diagnósticos muitos mais sofisticados, inclusive de ação política. (RIBEIRO, 2019, p. 42)

Para entender a base que ergue o país, iniciamos com o Brasil-colônia, do Século XVI ao XIX (1500-1822), porque ele traz pilares para o desenvolvimento posterior. A “descoberta” do Brasil foi um empreendimento comercial, com o genocídio das populações nativas, atividades extrativas e expansão da lavoura canavieira e o comércio de africanos(as). Assim, criaram-se as bases para uma cultura com sistemas de organização sociais em que os homens comandavam as mulheres. Nesse período, prevaleceu o aspecto de dominação e opressão que continuou durante muito tempo, com resquícios até hoje.

No hemisfério ocidental, o Brasil foi o maior território escravocrata. Recebeu cerca de cinco milhões de africanos(as) – o que representa 40% do total dos que embarcaram para a América – em um período longo de exploração, com violência, tortura e crueldade. Mesmo depois da abolição, em 1888, o país adotou políticas de controle de corpos negros que perduram até hoje, perpetuando o racismo. Podemos observar nas estatísticas que 75% das vítimas de homicídio são negras, e a maioria das pessoas encarceradas no Brasil é negra (PRESTES, 2020).

Importante dizer que, desde 1500, em especial, as mulheres indígenas e as negras escravizadas encampavam um importante papel na luta de resistência, como Dandara dos Palmares⁵, Zacimba Gaba⁶, Maria Crioula⁷, Zeferina⁸ e outras.

⁵ Apesar de poucos registros historiográficos oficiais sobre ela, sabe-se que viveu no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, e que lutou e desafiou o sistema colonial escravista por quase um século. Ela participava também da elaboração das estratégias de resistência do quilombo. Além de lutar, participava de atividades cotidianas em Palmares, como a caça e a agricultura. (NASCIMENTO, 2019)

No Brasil-Reino, com a Constituição de 1824, não foi necessário negar direitos às mulheres, pois era evidente sua delimitação ao mundo privado das tarefas domésticas. As mulheres só eram citadas na condição de esposa do Imperador, princesas e suas filhas. A mulher não podia ser funcionária pública nem pertencia ao universo dos “cidadãos” (PRESTES, 2020).

Três anos depois da Constituição, em 1827, o Brasil teve sua primeira grande lei educacional, que determinava que meninos e meninas deveriam estudar separados e com currículos diferentes. Não era permitido que mulheres estudassem multiplicação, números decimais, frações, e as poucas que podiam ir à escola não podiam aprender nada, além das quatro operações básicas. Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pin) foi a fundadora da primeira escola para meninas no Brasil (PRESTES, 2020). É importante a relação da exclusão das mulheres brasileiras no sistema de ensino, pois contribuiu diretamente para a demora em conquistar direitos políticos e cidadania em geral.

Em 1831, José Bonifácio apresentou um projeto de reforma eleitoral que propunha, no art. 3º., que mulheres chefes de família (viúvas ou separadas) pudessem votar. O projeto previa:

As mães de família viúvas, ou separadas de seus maridos, que reunirem as condições necessárias para o exercício do direito de eleger nas assembleias primárias, poderão dar seu voto por intermédio de um de seus filhos, genros, netos ou qualquer parente, em falta deles. (PINTO 1983, p. 19)

Mas o projeto não foi aprovado. No Ato Adicional (à Constituição) de 1834, nada foi alterado em relação às mulheres. Em meados do Século XIX, no Brasil e no mundo, houve luta pela abolição da escravatura (desde Olympe), pelo direito à educação das mulheres e o início do sufrágio feminino (PRESTES, 2020).

Na segunda metade do Século XIX, as bandeiras políticas que sustentavam os movimentos eram o abolicionismo e o sufragismo. Muitas aderiram também ao republicanismo com a esperança de ganhar o direito ao voto. No Brasil, o sufragismo chegou antes da República Velha, liderado por mulheres urbanas, instruídas e de classe média, mas

⁶ Integrante da Monarquia, foi sequestrada em Cabinda, na África, e colocada em uma fazenda no Espírito Santo. Lutou para conseguir fugir dali. Durante anos, lutou em alto mar para libertar negros e negras que eram sequestrados(as) (ARAUJO, 2018).

⁷ Escravizada e quilombola, foi considerada uma das maiores fugas de escravos da região fluminense. Foi aclamada “rainha” do quilombo formado pelos fugitivos, na serra da Mantiqueira. Foi presa quando do ataque por tropas da Guarda Nacional, no entanto, resistiu bravamente (NASCIMENTO, 2019).

⁸ A líder Zeferina, inconformada com a exclusão social de seu povo negro e entusiasmada pelo poder de herança de ancestralidade, pelo conhecimento de raiz da cultura matrilinear angolana, pelo profundo conhecimento histórico de resistência e pela tradição de quilombolas e guerreiras, viveu e lutou pelo sonho de liberdade (BARBOSA, 2005).

operárias e mulheres pobres também participavam, dando “formato e cor à cultura política (...) as mulheres, algumas declaradamente feministas, tiveram uma atuação importante na luta pela ampliação da noção e dos direitos da cidadania” (NASCIMENTO, 2018, p. 2). Mesmo que de maneira parcial, no período de 1891 a 1932, as mulheres conseguiram, finalmente, o direito de votar. Nesse período, o sufrágio floresceu, com o feminismo burguês e o feminismo socialista (PRESTES, 2020).

Muitas vezes, por não terem suas pautas e reivindicações levadas em consideração, as mulheres divulgavam suas ideias por meio de reuniões, jornais, explicativos e da arte, de maneira geral, e aproveitavam as greves e os periódicos sindicalistas e anarquistas para manifestar sua luta, suas conquistas e suas carências (PRESTES, 2020).

Com a redemocratização do Brasil e a superação mundial dos efeitos da 2ª guerra, no ano de 1945, a luta das mulheres foi marcada pelas discussões sobre maternidade, casamento e dedicação ao lar. A brasileira Bertha Lutz brilhou ao liderar o grupo de delegadas brasileiras que defendeu direitos das mulheres” na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1945, em São Francisco (PRESTES, 2020).

No Brasil, com a Constituição de 1946, o dever de votar para homens e mulheres tornou-se igualitário e foi regulamentado pelo Código Eleitoral de 1965.

O Estado compeliu os homens a votar, mas não se achou no direito de fazer o mesmo com as mulheres [...] a Constituição de 1946 e o Código Eleitoral de 1950 – reafirma essa discriminação, que só deixa de vigorar com o Código Eleitoral de 1965. No período, há apenas uma mudança: a partir de 1934, o voto feminino voluntário fica restrito às mulheres sem renda própria, isto é, às donas de casa. (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019, p. 2)

Na década de 1960, o movimento incorporou questões sobre acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, proteção à mulher contra violência doméstica, equiparação salarial, combate ao assédio, entre outros temas pertinentes até hoje. Em 1970, as mulheres marcavam presença na cena política nacional, principalmente em mobilizações contra a carestia, pela anistia e pela redemocratização do país. Reuniam-se mulheres pobres ou de classe média, organizadas com associações de bairros, sindicatos, na busca de melhores condições de vida. (GOIRAND, 2009)

Já na década de 1980, surgiram os grupos feministas em ambientes acadêmicos, ancorados “no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram os Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher” (FACHINI; CARMO; LIMA 2020). Em 1990, houve um aumento das Organizações não governamentais

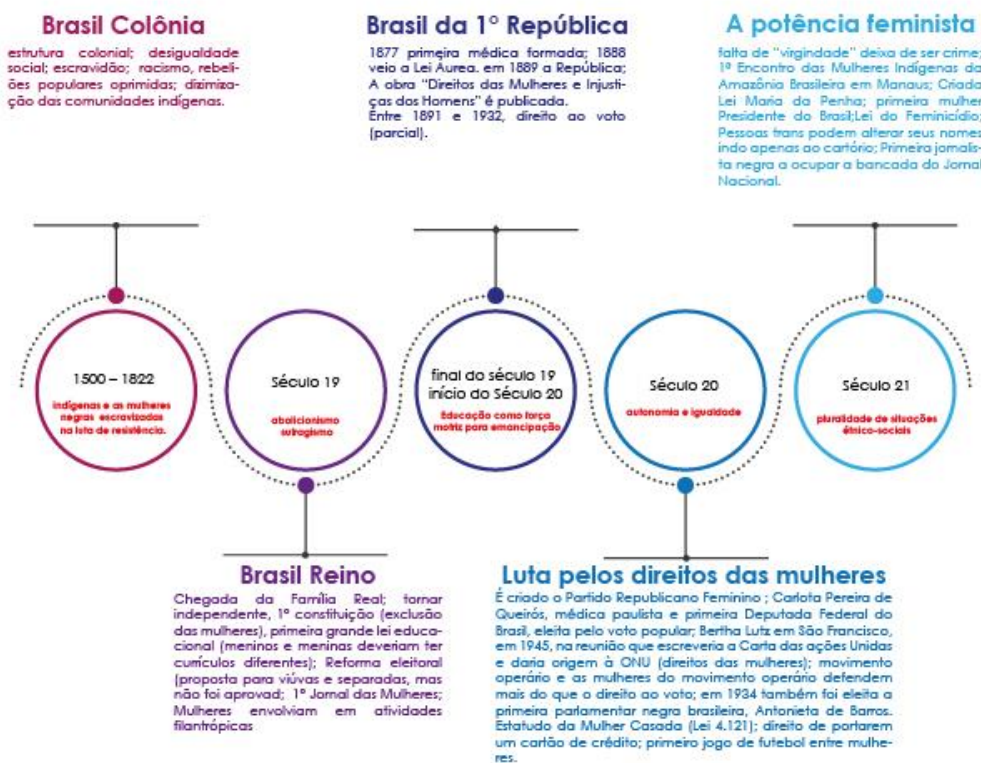
(ONGs). De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 62% das ONGs foram criadas a partir de 1990, e novas formas de pensamento e movimento feminista se formaram, como, por exemplo, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CCFMEA), criado em 1989, e as ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), que possibilitaram a organização de redes nacionais de articulação feminista. Na Paraíba, foram fundadas as ONGs Cunha Coletivo Feminista e Centro da Mulher 8 de Março em 1990.

Nas décadas de 1980 e 1990, os temas sobre as produções acadêmicas se ampliaram e foram desenvolvidos estudos com foco na atuação das mulheres na vida social e nas formas multifacetadas de resistir à dominação masculina e de classe, como a capacidade de lutar, de participar e de se transformar (RAGO, 2009). Em 2000, a luta do movimento feminista estendeu-se às manifestações que denunciavam a violência doméstica, defendiam a legalização do aborto e, “no interior dessas e de outras tensões, envolviam, principalmente, mulheres negras e lésbicas” (GONZALEZ, 1988). Nessa época, havia mais preocupação em reconhecer as mulheres com diferentes formas de opressão. Houve o crescimento de grupos mulheres negras, lésbicas, jovens, com deficiência, indígenas e quilombolas. Segundo Fachini, Campo e Lima (2020, p. 8),

o ápice do processo de “cidadanização” se dá nos anos 2000, com a criação de estruturas de gestão dedicadas a políticas para mulheres, igualdade racial e combate à homofobia, além da convocação de conferências, em âmbitos municipal, estadual e federal, destinadas a embasar a formulação e a avaliação de políticas públicas.

Conhecer a formação do Brasil e a história de luta das mulheres facilita compreender os motivos por que resistiam e lutavam para romper com a tradição cultural que impôs condições de subalternidades. A figura 11 apresenta a síntese dos períodos históricos comentados:

Figura 8 – Períodos históricos do Brasil aliado a luta das mulheres



Fonte: Dados da pesquisa - 2021

No Brasil, o Movimento Feminista contribuiu significativamente para reverter a desigualdade de gênero, com conquistas parciais e progressivas. Assim, foi vista também a relação entre a história das lutas das mulheres e os processos de mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil.

3.2 Temática de gênero na Ciência da Informação

Partimos da revisão sistemática da literatura para compreender de que forma se articulam os estudos de gênero no campo da Ciência da Informação, como forma de compreender o interesse da área pelos estudos com foco em gênero, mulheres e feminismo e situar esta pesquisa nesse contexto.

Para constituir o corpus da pesquisa, utilizamos como fontes de informações os trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), que são distribuídos em 11 grupos de trabalhos com focos em temas diferentes, a saber: GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento; GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento; GT 5 - Política

e Economia da Informação; GT 6 - Informação, Educação e Trabalho; GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT 8 - Informação e Tecnologia; GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação; GT 10 - Informação e Memória e GT 11 - Informação & Saúde. No primeiro levantamento, preocupamo-nos em apresentar os resultados obtidos nas pesquisas feitas por Bufrem e Nascimento (2012); Dias e Lima (2013); Espírito Santo (2008); Leta (2003); e Oliveira e Bufrem (2019). Para isso, recorremos aos trabalhos que apresentam, de forma sistemática, como os aspectos de gênero vêm sendo tratados na Ciência da Informação nos anais do ENANCIB e em outros veículos de divulgação desde os anos de 1990. Dessa forma, é possível refletir sobre as atividades científicas desenvolvidas na Ciência da Informação.

Por fim, pesquisamos nos anais do ENANCIB 2019 já que, por motivos de crise sanitária mundial, o evento não ocorreu em 2020. As palavras usadas para recuperar foram: “gênero”, “mulher” e “feminismo”, no campo do título, e palavras-chave, para saber em quais grupos temáticos e como foram desenvolvidos os estudos sobre gênero nesse ano, com a finalidade de solicitar ao sistema a recuperação de estudos com todas as terminologias apresentadas no Quadro 4:

Quadro 4 – Terminologias utilizadas nos procedimentos de busca

Terminologia
Gênero
Feminismo
Mulher/Mulheres

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Espírito Santo (2008) fez uma investigação em produções científicas através de suas linhas de pesquisa, no Brasil e no mundo, entre o período de 2000 e 2007, cujos resultados mostraram que, embora a questão de gênero implique as relações dos estudos da informação e vice-versa, os pesquisadores ainda se interessam pouco pelo tema. Na pesquisa, foram considerados os artigos de revistas internacionais, nacionais e em edições do ENANCIB que, como ponto em comum, buscam defender a necessidade de investir em estudos sobre gênero nas ciências, sobretudo a Ciência da Informação. Trata-se de artigos trabalhados de forma disciplinar, que detectam desigualdades de gênero, com caráter intervencionista e que propõem e apontam alternativas para modificar essa realidade.

Bufrem e Nascimento (2012), partindo de um estudo descritivo de análise bibliométrica, investigaram como a literatura da área da Ciência da Informação, sobretudo no Brasil, vem trabalhando com a temática de gênero. Para isso, utilizaram como levantamento a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), usando os seguintes critérios: a assiduidade com que o tema tem sido tratado nos artigos publicados, os(as) autores(as) mais produtivos e suas condições profissionais e acadêmicas.

Em relação aos anos de 1972 a 2011, contabilizamos 74 artigos sobre gênero, escritos por 102 autores(as) diferentes, porém somente oito (16,22%) publicaram mais de um trabalho, portanto, um percentual elevado de transitoriedade (83,78%). Esse resultado indica que é preciso refletir sobre a timidez e a incipiência do tema na Ciência da Informação. Não há uma frequência ou preocupação em aprofundá-lo, pois constatamos que é baixo o índice de pesquisadores(as) que publicaram mais de uma vez.

Leta (2003) acredita que essa “baixa incidência possa ser resultado de um pequeno número de estudiosos(as) interessados(as) no tema, ou ainda, reflexo da predileção desses(as) pesquisadores(as) em dar visibilidade às pesquisas por meio de canais informais de divulgação científica” (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 205). Dias e Lima (2013) constataram que, apesar dos avanços na década de noventa, ainda há poucos estudos que tenham esse enfoque nas relações de gênero. Em seu trabalho, também é enfatizada a importância da informação para compreender e subverter as desigualdades de gênero, além de concretizar e materializar práticas informacionais que possam atender, de forma efetiva, às necessidades das mulheres, que foram historicamente obliteradas e cerceadas de direito à cidadania, por isso a importância da Ciência da Informação e seu impacto no campo social com Estudos de Gênero.

Em trabalho intitulado ‘Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação?’ (SICILIANO, SOUZA; MELLHO; METH, 2017), os autores objetivaram analisar como o domínio “gênero” é trabalhado pela Ciência da Informação. Como referencial, utilizaram a Library and Information Science Abstracts (LISA), uma base de dados referencial que indexa 487 periódicos do mundo inteiro em diversas línguas nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Fundada em 1969, inclui produções de acadêmicos(as), alunos(as), pesquisadores(as), bibliotecários(as) e profissionais de áreas correlatas. Como resultado, identificaram um aumento desde a década de 1990 até os dias atuais. Especulam-se várias razões para tal, dentre elas, as políticas públicas em pauta ao redor do mundo, que interferem na diminuição das desigualdades de gênero e provocam a produção de dados e de informações e discussões sobre gênero na Ciência da Informação. Acredita-se também no interesse

crescente sobre o tema, em várias áreas do conhecimento, e a crescente visibilidade do feminismo no contexto social, incluindo as redes sociais.

Apesar de ter sido observada a evolução no interesse, ainda é um campo com expressiva participação feminina, conforme ressaltado por Bufrem e Nascimento (2012). A abordagem do domínio “gênero” na Ciência da Informação está ligada às questões das mulheres e aos debates diferenças de gênero. Ainda há poucas discussões a respeito de questões sobre orientação sexual e identidade de gênero, e a comunidade LGBTQI+, ainda é tratada de maneira periférica.

Oliveira e Bufrem (2019) apresentaram o trabalho ‘Visibilidade da mulher como fonte de informação: mapeamento das produções científicas apresentadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2009-2018)’, em que foram recuperados 32 trabalhos por meio dos títulos, dos resumos, das palavras-chave, dos objetivos e das considerações das produções analisadas. Constatou-se que as produções sobre gênero e práticas culturais femininas no ENANCIB aumentaram consideravelmente no ano de 2018, o que ampliou a visibilidade das mulheres na Ciência da Informação e contribuiu para potencializar as práticas culturais femininas e fortalecer a memória e a identidade das mulheres. O quadro 5 agrupa os trabalhos encontrados nos anais do ENANCIB 2019, conforme descrito na metodologia, com a palavra gênero:

Quadro 5 – Trabalhos recuperados do ENANCIB 2019 com o termo gênero

Título	Autores (a)	Universidades	Linha de pesquisa
Mulher e gênero na produção científica da Ciência da Informação	Araújo, Claudialyne da Silva Côrtes, Gisele Rocha	Universidade Federal da Paraíba	GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
Primeiras impressões da pesquisa autodenominada “Estudos de Gênero” Em uma base de dados internacional e multidisciplinar	Hoppen, Natascha Helena Franz Vanz, Samile Andréa de Souza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	GT7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação
Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra mulheres.	Nascimento, Maria Ivonete Gomes do Oliveira, Eliane Braga	Universidade de Brasília	GT10 - Informação e Memória

Fonte: ENANCIB - 2019

Araújo e Côrtes (2019) abordaram o tema ‘gênero’ voltado especificamente para a questão da violência contra as mulheres, que consideram como um problema social e violação dos direitos humanos. O trabalho apresenta, ainda, as políticas públicas de gênero e conclui que é preciso disseminar bem mais a informação para oferecer apoio às mulheres, oportunizando-lhes inclusão e autonomia.

Hoppen e Vanz (2019) exploraram a produção científica autodenominada de Estudos de Gênero, publicada até o ano de 2017. Os resultados mostraram, dentre outras coisas, grande diversidade nos idiomas de publicação, veículos e registros.

Nascimento e Oliveira (2019) coletaram dados, a partir do levantamento bibliográfico, na busca em repositórios de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação. Na busca pela palavra feminismo, foram encontrados apenas dois trabalhos, de acordo com o quadro 6:

Quadro 6 – Trabalhos recuperados do ENANCIB 2019 com o termo feminismo

Título	Autores (a)	Universidades	Linha de pesquisa
O feminismo negro no contexto da representação social do conhecimento: abordagens da representatividade social	Vanessa Jamile Santana Reis, José Carlos Sales dos Santos	Universidade Federal da Bahia	GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento
Memória e feminismo: Movimento HeForShe nas IFES públicas do Brasil	Anna Raquel de Lemos Viana, Izabel França de Lima	Universidade Federal da Paraíba	GT 10 - Informação e Memória

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Os trabalhos encontrados em quantidade pouco expressiva revelam a necessidade de estabelecer as representações temáticas do feminismo e, sobretudo, do feminismo negro, considerando parâmetros de precisão e acesso ao conteúdo informacional em ambientes institucionais e no contexto de representação social do conhecimento. “É um novo despertar para a necessidade de estudar a informação como objeto de expressividade e manifestação de grupos específicos para reapresentação do sujeito, tratando-se nesse caso especificamente na figura feminina negra” (REIS, 2019, p. 18).

Ao usar o termo de busca “mulher”, os números de trabalhos foram maiores, conforme o quadro a seguir:

Quadro 7 –Trabalhos recuperados do ENANCIB 2019 com o termo mulher

Título	Autores (a)	Universidades	Linha de Pesquisa
Mulher e gênero na produção científica da informação	Maria Ivonete Gomes do Nascimento, Eliane Braga de Oliveira	UNB	GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
Estudos sobre mulheres na Ciência da Informação	Mariana Xavier, Nair Y. Kobashi	USP	GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação.	Aurekelly Rodrigues da Silva, Gisele Rocha Côrtes	UFPB	GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação
Redes de informação e violência doméstica e familiar contra as mulheres: conexões e laços conceituais	Kaliandra de Oliveira Andrade, Alzira Karla Araújo da Silva, Joana Coeli Ribeiro Garcia, Gisele Rocha Côrtes	UFPB	GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento
Visibilidade da mulher como fonte de informação: mapeamento das produções científicas apresentadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2009-2018)	Ana Lúcia Tavares de Oliveira, Leilah Santiago Bufrem	UFPE	GT 10 - Informação e Memória
A memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres	Claudialyne Silva Araújo, Gisele Rocha Cortes	UFPB	GT 10 - Informação e Memória
Violência obstétrica e os dados sobre mortalidade materna no Brasil: percepções sobre direitos das mulheres à saúde e ao acesso à informação	Carla Maria Martellote Viola, Silvana Maria de Jesus Vetter	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/UFRJ	GT 11 – Informação & Saúde
Pesquisa, informação e comunicação em saúde: o perfil social e as práticas de mulheres de BAURU/SP	Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Célia Retz Godoy dos Santos	UNESP (Marília)	GT 11 – Informação & Saúde
A saúde da mulher negra em foco: análise da produção científico na BDTD	Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Ana Paula Meneses Alves, Graziela dos Santos Lima, Dirnéle Carneiro Garcez, Andreia Sousa da Silva, Priscila Rufino Fevrier	UFMG; UNESP; UDESC	GT 11 – Informação & Saúde

Fonte: ENANCIB - 2019

Com os avanços dos estudos feministas, houve o deslocamento de ênfase nas reflexões: dos estudos sobre mulher/mulheres para a problemática das relações de gênero, apresentando novos espaços discursivos e fronteiras para reflexão e análise. Em pesquisas na Ciência da Informação, no ano de 2019, predominaram os trabalhos com temas voltados para mulheres.

Ressalta-se a importância da informação como elemento de construção social. Conforme afirma Aquino (2010, p. 32), “a capacidade ilimitada de transformar culturalmente os indivíduos por meio de políticas públicas de informação, visando à inclusão social de todos”. Por isso, é importante que tanto homens quanto mulheres discutam sobre gênero, atuando como contra-narrativa dos discursos hegemônicos predominantes que definem posições a serem ocupadas pelos sujeitos masculinos e inferiorizam as mulheres.

Para promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, é imprescindível a informação como dispositivo de poder, capaz de ressignificar sentidos sobre os direitos das mulheres com vistas a subverter as desigualdades de gênero (CÔRTE; ALVES; SILVA, 2015).

Marteletto (1995, p. 4) corrobora esse entendimento ao dizer que “o objeto informação, enquanto forma instituída de memória, gestão, distribuição e recepção dos artefatos culturais, é o elemento de ligação entre as dimensões conjuntista-identitária e imaginária”. Sendo assim, a produção e a reprodução científica sobre esses estudos contribuem para a construção identitária e a forma como os sujeitos apreendem o mundo.

Analisando sob aspectos de autoria e coautoria, os resultados demonstraram que só as mulheres colocaram em pauta, pesquisaram e apontaram discussões sobre gênero e a importância de estudos sobre gênero para que haja mais inclusão e igualdade. Nascimento e Oliveira (2019 p. 5) também constataram que os estudos acadêmicos relativos a gênero são feitos pelas mulheres: “as teses relacionadas com mulher e gênero demonstra que, no campo da Ciência da Informação, essa temática ainda tem pouco apelo para pesquisa. As autoras das teses são somente mulheres”. Constata-se a quantidade escassa de pesquisas relacionadas ao tema, o que sugere uma reflexão sobre o pouco interesse na Ciência da Informação sobre estudos nessa temática. Espírito Santo (2008) complementa que as mulheres formam um público expressivo como consumidoras de informação, pois, por meio da informação, formam opiniões e interagem socialmente. A informação é, portanto, “condição primeira para o empoderamento feminino” (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 328).

Os resultados também mostraram que, no GT 10 - Informação e Memória - há mais preocupação com estudos sobre mulheres, gênero e/ou feminismo. Dessa forma, a memória é

posta sob um olhar informacional e, conseqüentemente, abre oportunidades para diversas pesquisas. A informação e a memória convergem no campo científico da Ciência da Informação, e isso contribui para as desigualdades sociais e o empoderamento de mulheres.

3.3 O feminismo nas redes sociais

O relatório digital 2019 é um levantamento sobre os hábitos de informação dos brasileiros encomendado pela *We Are Social* e da *Hootsuite*. Nele se revela desde a penetração da Internet até o uso de *smartphones* e redes sociais. O relatório mostra que 50,9% das mulheres com acesso à Internet usam-na intensamente, enquanto os homens representam 49,1%. Em relação à faixa etária, 54% são acessos de jovens e adultos com idade entre 18 e 34 anos. O acesso entre idosos(as) com mais de 65 anos é de apenas 3,3%.

Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2019), a Região Sudeste apresenta o maior índice de habitantes conectados (72,3%), seguida do Centro-Oeste (71,8%) e Sul (67,9%), enquanto o Nordeste e o Norte trazem os menores totais, com, respectivamente, 52,3% e 54,3% de cidadãos online.

Essas pesquisas mostram que o acesso à Internet, no Brasil, está entre os jovens e as mulheres e que a população que não acessa a Internet é, dentre outros motivos, por falta de interesse, de habilidade com o computador, de necessidade e de recursos econômicos para bancar os custos que envolvem o acesso à rede mundial de computadores.

Ao analisar a pesquisa ‘Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça’, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2016, os dados de exclusão digital nas famílias brasileiras, de acordo com o gênero do provedor, mostraram que, em 2015, 12% das famílias chefiadas por homens, independentemente da raça, não tinham computador em casa, e nas famílias chefiadas por mulheres, independentemente da raça, esse número sobe para 13%. Já em famílias chefiadas por mulheres negras, esse dado aumenta para 16%. Por isso, ao analisar fatores sociais e econômicos e dados acerca de gênero e raça relacionados ao acesso à Internet dos(as) brasileiros(as), percebemos que as mulheres negras estão em situação de desigualdade.

Contudo, em contraste ao acesso a outras tecnologias, Lévy (1999, p.12-13) pondera:

Ainda que apenas um quarto da humanidade tenha acesso ao telefone, isso não constitui um argumento contra ele. Por isso não vejo porque a exploração econômica da Internet ou o fato de que atualmente nem todos têm acesso a ela constituíam, por si mesmos, uma condenação da cibercultura ou nos impediriam de pensá-la de qualquer forma que não a crítica.

A Internet, diferentemente de outras mídias, preocupa-se com os fluxos de informação (LÉVY, 1999; MARTINO, 2014; RECUERO, 2009), assim como também nos “mundos virtuais” em que a própria informação é um espaço contínuo.

Além das características de mídia, a Internet possibilita a conexão entre os atores sociais participantes da comunicação no esquema ‘todos-todos’, posto que “realidades virtuais compartilhadas, que podem fazer comunicar milhares ou mesmo milhões de pessoas, devem ser consideradas como dispositivos de comunicação ‘todostodos’, típicos das cibercultura” (LÉVY, 1999, p. 105).

Em ‘Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea’, André Lemos (2004) analisa a teoria de vários escritores para entender o surgimento de uma cultura cibernética, cujos principais pilares são a informação e a comunicação. A cibercultura nasceu junto com a microinformática, na década de 1970, e trouxe impactos sociais e culturais. O advento da tecnologia trouxe também a automatização da informação, que seria o produto mais importante do meio para se definir uma cultura.

O ciberespaço indicou uma ruptura e apresentou a “interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias online tornam novamente possível, para os parceiros da comunicação, compartilhar o mesmo contexto, o mesmo imenso hipertexto vivo. Qualquer que seja a mensagem abordada, encontra-se conectada a outras mensagens” (LÉVY, 1999, p. 118).

Essa ruptura se manifesta na comunicação mediada pela Internet, porque os fenômenos “representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador” (RECUERO, 2009, p.16).

As relações entre o ser humano e a Internet alteram a lógica da relação da sociedade e dos grupos sociais historicamente obliterados e excluídos. Isso se dá porque as mídias sociais, sobretudo as redes sociais, “constituem um valioso ambiente em que muitos processos políticos acontecem na sociedade contemporânea” (GARCÊZ, 2011, p.231).

De maneira técnica, Recuero (2009) define rede social como

[...] um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p.24)

As redes sociais oferecem elementos que possibilitam reestruturar uma nova paisagem sociocultural, através de manifestações e pressões populares, ao permitir que indivíduos de grupos subalternos se encontrem em rede, conscientizem e colaborem com a luta por causas sociais com mais rapidez e capacidade de abrangência.

De acordo com Scherer-Warren (2006, p. 113), a rede de movimentos sociais

pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas.

Ainda segundo a autora,

as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural SCHERER-WARREN, 2006, p. 115)

Embora não tenha emergido nas dinâmicas das redes sociais, a Internet tem possibilitado que grupos sociais busquem justiça e reconhecimento. Fraser (2002) menciona que toda a sociedade, esteja ela conectada ou não, tem percorrido caminhos de “lutas por reconhecimento” e agora, de forma reconfigurada, estão atuando com uma nova justiça social caracterizada por uma “nova proeminência da cultura sobre a política” (FRASER, 2002, p. 8).

A autora acredita que esse cenário é um retorno denso da política de estatuto, que busca o reconhecimento e, ao mesmo tempo, declive proporcional da política de classe. Ou seja, está interessada na redistribuição. Esse contexto social também acontece com o movimento feminista: “Se a primeira fase do feminismo pós-guerra procurou aproximar o gênero do imaginário socialista, a segunda fase enfatizou a necessidade de ‘reconhecer a diferença’” (FRASER, 2007, p. 296).

O momento é de se buscar justiça em indicadores antes não considerados, como raça, gênero, sexualidade, religião e nacionalidade. Porém, Fraser (2002) sugere que é preciso um movimento de reconhecimento que aprofunde a redistribuição e não somente a substitua, ou seja, propõe confrontar elementos vinculados tanto à redistribuição quanto ao reconhecimento, que ela chama de concepção bidimensional de justiça:

Por um lado, ela [justiça] deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, deve igualmente abarcar as preocupações recentemente salientadas pelas filosofias do reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de estatuto (...) O resultado seria uma concepção bidimensional de justiça, o único tipo de concepção capaz de abranger toda a magnitude da injustiça no contexto da globalização (FRASER, 2002, p. 11).

A autora menciona a necessidade de superar o dilema redistribuição-reconhecimento, que recorre a concepções de justiça de teor economicista em oposição à de teor culturalista, no sentido de analisar os processos de exclusão de minorias como produtos “de construções de padrões culturais intencionalmente forjados para cumprir com o objetivo do não-reconhecimento e do desrespeito de determinadas categorias e grupos sociais como negros(as), gays, mulheres” (LIMA, 2016, p. 121). Fraser (2007) acrescenta que o aprofundamento da justiça de gênero parte desse conceito bidimensional de justiça articulada às lutas sociais e culturais e à política de redistribuição e à do reconhecimento.

Nas manifestações dos movimentos sociais, crescem as lutas por reconhecimento nas redes sociais (CASTELLS, 2013; GARCEZ, 2011). A partir da teoria discutida por Fraser (2002), compreendemos que a atual luta das mulheres não emergiu na Internet nem foi determinada por ela, mas foi condicionante, visto que uma tecnologia é produzida dentro de uma cultura (LÉVY, 1999). Por esse motivo, podemos afirmar que a luta tem sido potencializada pela Internet.

Nas redes sociais, as pautas feministas tendem a ser uma ferramenta por meio da qual as mulheres podem se expressar e se tornarem visíveis, em oposição às mídias tradicionais que, majoritariamente, tentam obliterá-las, agendá-las e aprisioná-las em um “mundo das mulheres” (BUIIONI, 1981): “No caso das mulheres, as mídias convencionais continuam a silenciar, secundarizar e excluir as suas vozes. Porém, elas podem usá-los numa tentativa de se expressar enquanto grupo e de conseguir ganhar visibilidade no espaço público” (CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS, 2009, p. 113).

Além de ganhar visibilidade, uma das características do feminismo nas redes sociais é a possibilidade de mobilizar mulheres e transpor os espaços virtuais para espaços urbanos - as ruas. Essa mobilização é vista por Castells (2013) como uma ação preponderante, pois são “espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder” (CASTELLS, 2013, p. 7).

Vale destacar que a existência da Internet não significa, necessariamente, o aumento da participação política e da organização de movimentos sociais. Ou seja, a Internet não mobiliza sem que os(as) usuários(as) já não tenham demonstrado engajamento prévio nessas questões: “Experiências diversas mostram que a facilitação do acesso à Internet em cidades ou em ambientes específicos não redundou em mudanças significativas nos contatos interpessoais, no comprometimento com as comunidades e no engajamento cívico” (MAIA, 2011, p. 71-72).

Em razão disso, é preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela em contextos específicos” (MAIA, 2011, p. 69). Por isso a pesquisa se esforça para compreender, a partir da etnografia virtual e das entrevistas com as mulheres dos coletivos estudados, sob três vieses, a perspectiva feminista na construção de uma sociedade democrática e com igualdade de gênero, com base em novas narrativas.

Nas redes sociais, as mediações são feitas por meio das representações e das construções identitárias, “Cada rede social tem sua própria dinâmica, e isto está ligado de alguma maneira à própria arquitetura da tecnologia sobre a qual é construída a interação social” (MARTINO, 2014, p. 56). Em geral, as pessoas criam sua conta e seu perfil de acordo com os que os representam no ambiente online e, através dessas representações, vão se moldando e deixando rastros digitais de acordo com suas características e preferências, identificações e lugares de fala.

De maneira orgânica e organizada, as feministas se organizam a fim de lutar por visibilidade, justiça e igualdade de gênero. Dentre algumas campanhas que viralizaram nas redes sociais, por meio das *hashtags*, destacaram-se:

- #chegadefiuuiu: campanha mobilizada pelo coletivo Think Olga, com o objetivo de reprimir o assédio sexual em espaços públicos, muitas vezes romantizado como elogio. Em apenas cinco dias, a iniciativa havia rendido 82 mil tuítes e retuítes.
- #somostodosMaju: a campanha foi criada em resposta aos comentários racistas feitos à jornalista negra, Maria Júlia Coutinho, em 2015. Tornou-se um dos assuntos mais comentados do twitter.
- #NãoMereçoSerEstuprada: O Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada (IPEA) propagou o resultado de uma pesquisa por meio de entrevistas com moradores de quase 4 mil domicílios do país, em que 65% concordavam que "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". As mulheres utilizaram a *hashtag* para mostrar a insatisfação.

- #EleNão: Em repúdio ao então candidato à Presidência, as mulheres se manifestaram e isso rapidamente ganhou força em todo o Brasil e no mundo, com perfis famosos compartilhando, como Madonna, ajudando a popularizar, sobretudo no feminismo jovem. Contudo, ele alcançou a Presidência.

4 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE

A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 a lua fêmea, semelhante nossa, em vigília atenta vigia
 a nossa memória.
 A noite não adormece
 nos olhos das mulheres,
 há mais olhos que sono onde lágrimas suspensas virgulam
 o lapso de nossas molhadas lembranças.
 (Conceição Evaristo)

Marteletto (1995, p. 90) assevera que cultura e informação "são fenômenos interligados pela sua própria natureza" (MARTELETO, 1995, p.90). A cultura funciona como uma memória, é transmitida por gerações e se encontra conservadora e reproduzível de artefatos simbólicos e materiais, portanto, depositária da informação social, mantendo a complexidade e a originalidade da sociedade humana. Já a informação remete à relação dos sujeitos com a realidade e com os artefatos criados pelas relações e práticas sociais. "Fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma probabilidade de sentido" (MARTELETO, 1995, p.2).

Dessa maneira, a cultura (linguagem, estética, visão de mundo, valores, costumes) perpassa a democratização do acesso e do uso da informação. Podemos dizer, que à medida que a informação adquire relevância para a produção social, cresce a responsabilidade social do campo científico dedicado ao seu estudo, organização e transferência (FREIRE, 2006).

O conceito de cultura é bastante discutido, sobretudo nas Ciências Sociais, mas não somente. Ele é frequentemente associado ao termo identidade. "Atualmente, as grandes interrogações sobre identidade remetem frequentemente a questão de cultural" (CUCHE, 1999, p. 170). Porém, o autor realça que

[...] não se pode pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. A cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas. (CUCHE, 1999, p. 176)

A cultura condiciona a visão de mundo do ser humano. É entendida como uma lente através da qual o ser humano vê o mundo e, portanto, seres humanos de culturas diferentes usam lentes diversas, razão por que têm visões desencontradas. Muitas vezes, entende-se a

cultura a partir de uma visão etnocêntrica – uma, mais racional e a outra, irracional. Isso resulta em numerosos conflitos, principalmente em questões sobre gênero, em que influencia a dominação do homem sobre a mulher em diferentes espaços (LARAIA, 2001).

Pensar em cultura e identidade requer o entendimento de que a cultura tem sua própria lógica e é dinâmica. Pode sofrer alterações devido a eventos históricos, naturais ou invenções tecnológicas ou contratos culturais. Por isso, algumas perguntas são pertinentes: Há uma cultura dominante que se sobrepõe às mulheres para que fiquem em uma condição submissa? Como a ciência, sobretudo a Ciência da Informação, tem incorporado o gênero em seus pressupostos?

Os primeiros estudos antropológicos sobre cultura estudavam a partir da perspectiva do evolucionismo, ou seja, entendiam a cultural com base em escalas de evolução, em que teriam estágios rumo à civilização. Nessa perspectiva, o estágio inicial se configura pela selvageria, pela barbárie e pela civilização. Porém, esse entendimento pressupõe um julgamento de valor, um critério de qualidade, como, por exemplo, a ideia de que os índios iam alcançar um pretensão nível de civilização.

Dentre os autores clássicos do pensamento evolucionista, pode-se citar Edward Burnett Tylor (1832-1917), que estabeleceu a ideia de estágios. Por mais que estejam ligados a questões geográficas ou biológicas, eles são influenciados por relações culturais. Lewis Henry Morgan (1818-1881) acreditava que esse processo era natural das culturas. Com o passar do tempo, segundo ele, as culturas chegam a um padrão de comportamento de civilização. Por fim, James George Frazer (1854-1941) mostra uma nova percepção de escala de evolução. Segundo ele, não seriam a selvageria, a barbárie nem a civilização, mas a magia, a religião e a ciência. O ser humano alcançaria o nível máximo de cultura quando atingisse o nível científico (CASTRO, 2005).

No âmbito da Sociologia, nos estudos de cultura e de História, essa visão foi amplamente negada, por entender que a ideia de civilização é algo relativo e que essa percepção vai de encontro à pluralidade. Assim, os estudos recentes abordam e adotam a diversidade como algo positivo, ao considerar que a cultura se modifica de acordo com o contexto histórico, desnaturalizando o diferente.

Laraia (2001) contribui com o entendimento sobre cultura ao apresentar o conceito desse termo sob o ponto de vista do Iluminismo até os autores pós-modernos e como a cultura influencia o comportamento social e diversifica a humanidade. Alguns princípios são considerados: *Determinismo biológico*: não existe correlação significativa entre a distribuição de caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Fica evidente a

afirmação equivocada e irresponsável de que os diferentes comportamentos entre sexos sejam determinados biologicamente. Esse argumento valida as considerações sexistas, na medida em que busca justificar as diferenças comportamentais e cognitivas dos sujeitos e não considera as interpretações interacionistas dialéticas. Restringe-se, portanto, à informação genética e aos processos neurofuncionais.

Especialmente os estudos em Ciências Sociais assumem a posição de que o sistema de divisão sexual é determinado culturalmente, por isso a construção social dos comportamento e da cognição é levada em consideração, minimizando a relevância dos aspectos biológicos. Outro aspecto apontado por Laraia (2001) é o *determinismo geográfico*, em que se criticam os estereótipos culturais e étnicos determinados geograficamente. Aqui, a tese envolve aspectos como raça, em que as diferenças entre os seres humanos não podem ser explicadas pelas limitações geográficas. Isso dá margem às relações de dominação, articulando e cristalizando o poder no espaço geográfico.

Rocha (2018) analisa a expansão do sistema moderno/colonial a partir das grandes viagens nos Séculos XV e XVI, quando se originou a construção de uma diferenciação primeira entre conquistadores e colonizadores. Esse princípio é baseado na ideia de raça. As raízes determinantes do pensamento ocidental iniciaram em Aristóteles e percorreram até Kant, com forte influência dos conceitos da Biologia. Esse discurso geopolítico moderno/colonial é alicerçado na ciência, naturalizou a colonialismo do poder e legitimou a violência epistêmica:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2011, p 109).

A identidade, antes de qualquer coisa, serve para identificar onde estamos, quem somos e localizar o nosso padrão de forma dinâmica. Ainda que exista ligação entre cultura e identidade cultural, não se pode confundir: “A cultura depende, em grande parte, de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 2002, p. 176). Além do “eu” do corpo, ela é resultante das conexões com o outro, com todo o simbólico que atravessa os sujeitos nas diversas interações com o ambiente social. Sendo assim, a identidade social não diz respeito apenas a um sujeito: “todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição, definição que permite situá-lo no conjunto social” (CUCHE, 2002, p. 200) Paradoxalmente, a

identidade social do grupo inclui e exclui ao mesmo tempo. Inclui aqueles que se conectam com um ponto em comum e exclui os diferentes, que não se conectam com o ponto de vista que inclui.

Compreendida a identidade como um motivo de lutas, não se pode esperar das ciências sociais uma definição justa e irrefutável de tal identidade cultural (...) O papel do(a) cientista é outro, ele tem o dever de explicar processos de identificação sem julgá-los e deve elucidar as lógicas sociais que levam os indivíduos e os grupos a identificar, a rotular, a classificar e a fazê-los de certa maneira.

4.1 Memória e identidade na Ciência da Informação

Saracevic (1996) apresenta a Ciência da Informação como um campo que busca, em sua essência, atuar nos problemas de comunicação do conhecimento e registros entre os seres humanos, seja no âmbito social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação, sobretudo no que concerne às modernas tecnologias informacionais.

Nesta pesquisa, a informação é compreendida como uma construção humana a partir das representações do mundo exterior em associação às significações e interpretações advindas dos processos mentais (CAPURRO, 1985). A memória, como perspectiva cognitiva, apresenta a percepção da memória como encarregada de armazenar as informações. Ou seja, as percepções vivenciadas que se somam com as percepções vividas no presente. Constantemente, o passado e o presente se encontram e sofrem influência um do outro para criar o futuro.

Nessa perspectiva, a memória, sob o viés cognitivo, relaciona-se com a informação como fenômeno cognitivo discutido por Brookes (1981) e o paradigma cognitivo de Capurro (2003). "A memória, enquanto faculdade mental, cognitiva, retém informações, ou seja, a memória como processo mental estaria a priori na informação, pois conseguimos produzir informações, porque somos capazes antes, de 'armazená-las' e 'processá-las' em nossa mente" (SILVA; CAVALCANTE; NUNES, 2018, p. 98).

A memória também é vista por seu caráter social. Halbwachs (1990) refere que a memória coletiva é um conceito que consiste na ideia de que o indivíduo que lembra está inserido em contexto social, habituado por grupos de referência. Portanto, a memória, ao mesmo tempo em que é construída em grupo, é um trabalho do sujeito, e a capacidade de rememorar depende da ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência, ou seja, um dado pode se tornar informação ou permanecer como dado. O destino

será decidido de acordo com o grupo de referência. “A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso” (HALBWACHS, p. 55, 1990).

O grupo de referência é entendido como um grupo de que o sujeito faz parte, não necessariamente de forma física, mas fundamentalmente estabelecendo-se uma comunidade de pensamentos. O autor conclui que,

se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que esse lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 33)

A lembrança é o resultado do processo coletivo, quando se necessita de uma comunidade afetiva para o processo de reconhecimento e reconstrução. Logo, a reconstrução não é mera repetição linear de situações que ocorrem no passado, mas um resgate de forma ativa ancorado em preocupações e interesses atuais no contexto das relações sociais. O autor continua:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 33)

Ao mencionar o lugar da memória na obra de Halbwachs, Cardini (1993, p.12) sintetiza da seguinte forma:

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido.

Nora (1993) corrobora a ideia de memória coletiva de Halbwachs, ao compreender, de maneira poética, a memória como “um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos 100 grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9).

Em seu texto, ‘Entre Memória e história: a problemática dos lugares’, Pierre Nora (1993) desenvolve a prerrogativa de que a memória não mais existe, e sim, é revivida e ritualizada por indivíduos que buscam a identificação. "Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora" (NORA, 1993, p. 12-13).

Os espaços de memória de Nora (1993) surgem como uma categoria em resposta à necessidade de identificar o sujeito contemporâneo. É uma mistura entre história e memória e momentos híbridos nos grupos específicos, sejam gêneros, étnicos, sexuais, comportamentais, de geração, que buscam ter acesso à memória viva e presente. “O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade como operação que, de um golpe a suprime” (NORA, 1993, p. 19).

O autor explica que a memória não é um ato passivo de construção espontânea, porque é possível acessá-la e reconstruí-la para dar sentido à identidade. Para Nora (1993, p. 20), "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais."

Os lugares de memória se exprimem, então, como espaços de ritualização de memória-história, em que se pode ressuscitar a lembrança. Esses espaços são definidos a partir do critério de que "só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual" (NORA, 1993, p. 21).

Isso quer dizer que o ritual seria a reprodução de uma essência e de símbolos baseados em regras, de acordo com a cultura/comportamento. É através da prática em reunião de grupos característicos que é conferido um sentido, que é “tido como função social ao lembrar aos membros de um grupo seus princípios, pode ser ferramenta de construção de uma totalidade para o grupo, e também tem como características formar os indivíduos envolvidos no grupo” (ARÉVALO, 2004, p. 22).

Os coletivos e as mulheres que estão envolvidas em seus contextos múltiplos usam o *Instagram* para contribuir, de forma significada, para produzir conteúdos sobre e para as mulheres, atribuir sentido e possibilitar a identificação e a associação. Esse lugar não deve ser

compreendido como algo alheio, distante e desprovido de significado, mas de memória e que nos possibilite entender as relações existentes entre o coletivo e suas trajetórias de vida.

Explorando esse universo de materialidade simbólica do presente, ao utilizar o *Instagram*, as feministas apresentam o desejo de resgatar uma memória e legitimar a própria ação no presente, utilizando as redes sociais como espaço para se reconhecer o grupo social numa entidade ainda maior: "Há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares de memória são nosso momento de história nacional" (NORA, 1993, p. 18). Portanto, o *Instagram* é um lugar de memória, ao materializar os sentimentos e os interesses dos coletivos.

A memória, no contexto digital, adotada neste trabalho, indica que “as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm modificado as experiências informacionais e, por consequência, as experiências memorialísticas” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SILVA, 2015).

Há uma relação intrínseca entre memória e identidade. Candau (2012, p. 16) concorda ao afirmar que a memória tem grande importância na construção do sujeito e do coletivo:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada, isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam e nutrem mutuamente. [...] os laços fundamentais entre memória e identidade e sobre o fato de que é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade.

O sujeito, ao reconhecer suas lembranças, reconhece sua identidade. Pollak (1992) também discute sobre identidade e memória e assevera que a memória é um elemento fundamental e singular na construção da identidade do sujeito, “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (NORA, 1993, p. 19).

Assmann (2011), em seu livro ‘Espaços de recordação’, tem como eixo principal de sua argumentação a assertiva de que não há uma essência da memória, ou seja, não só os indivíduos se lembram das coisas, mas também os grupos e as coletividades. Dessa forma, os modos de recordar são definidos de acordo com a cultura. Isso requer questões de tempo e formação cultural e considera mais a memória como vestígio ou armazenamento; como uma massa plástica constantemente reformulada sob as diferentes perspectivas do presente. A autora demonstra que questões ligadas à memória estão conectadas e intermediadas por diferentes interesses, sobretudo, em sua relação com o poder.

O desenvolvimento das materialidades das mídias memorativas assume, cada vez mais, a complexa construção, conservação e proteção da memória coletiva, que é viva, constantemente reformulada e alcança não somente a reprodução, mas também os meios de produção e de transmissão do conhecimento. A autora trabalha a memória partindo de duas possibilidades: *Ars*, que é o caminho da “arte da memória”, originada na mnemotécnica romana, e *Vis*, que leva à memória, à ‘potência’, a concepção nietzscheana da memória como força imanente.

Na *Ars*, a arte é usada como técnica, em referência à mnemotécnica romana, e transforma a técnica de aprendizado consciente, deslocando a audição para a visão. Um instrumento que possibilitava o “armazenamento confiável e a recuperação idêntica das informações inseridas na memória” (ASSMANN, 2011, p. 31). O armazenamento da memória “arte” é importante no processo, que tem como finalidade a identidade entre o depósito e a recuperação da informação.

Já em relação a *vis*, a memória, como potência, assume um caminho preponderante na constituição da identidade “paradigma da recordação formadora de identidade” (ASSMANN, 2011, p.33). A memória, com ideia de coletivo e de conhecimento, funciona como uma força que, com suas próprias leis, recupera as informações.

Ao trazer a reflexão da autora para o contexto do Brasil, percebe-se que as memórias marcadas por históricos de violência não são, muitas vezes, problematizadas, e isso traz consequências muito negativas, pois relativizamos os acontecimentos estruturantes de uma sociedade violenta e machista. As mulheres, a universidade e toda a sociedade desempenham um papel fundamental para abordar essa memória contada, principalmente, pelos grupos dominantes. Conforme alertou Assmann (2001.p. 75), é preciso “Lembrar para não repetir”.

Nesse contexto, por entender a memória e a contextualidade que a abrange, de forma dinâmica no tempo e no espaço, autores(as) da Ciência da Informação contribuem com estudos sobre a memória como um recurso social e econômico orientada para construir o presente, viabilizando o desenvolvimento social associado ao elemento da informação (GRIMALDI; ROSA; LOUREIRO; OLIVEIRA, 2019).

5 ANÁLISE DOS DADOS

Não precisa ser Amélia prá ser de verdade
 Você tem a liberdade prá ser quem você quiser
 Seja preta, indígena, trans, nordestina
 Não se nasce feminina, torna-se mulher.

(Bia Ferreira)

Para atender ao objetivo específico 1, traçamos e analisamos o perfil socioeconômico das mulheres e apresentamos os resultados da pesquisa etnográfica virtual e do questionário feito pelo *Google Forms*⁹ e enviado, com aviso prévio, às participantes via WhatsApp.

Por fim, os dados do discurso foram apresentados em blocos. Para isso, os discursos foram apresentados questão por questão, a fim de possibilitar uma compreensão integrada, uma por vez, bem como as respectivas expressões-chave e ideias centrais. Os resultados são detalhados no decorrer desta seção.

5.1 Análise do perfil sociodemográfico

Nesta seção, descrevemos a caracterização dos sujeitos entrevistados na pesquisa acerca do perfil socioeconômico. Partimos da concepção de que esses dados são resultados da realidade das mulheres, construídos historicamente e por elas mesmas. Assim, obtivemos o produto e o processo de construções sociais que permeiam o cenário das mulheres, como um “lugar social”, uma vez que essas considerações e as dimensões sociais que envolvem os sujeitos implicam condutas e práticas sociais.

Quadro 8 – Caracterização do perfil dos sujeitos da pesquisa

Entrevistadas ¹⁰	Idade	Escolaridade	Formação	Religião	Estado Civil	Filhos(as)	Renda mensal	Cor	Orientação sexual	Identidade de gênero	Função no coletivo
1	21	Superior incompleto	Relações Internacionais	---	Solteira	Não	+ 3 salários	Branca	Heterossexual	Mulher cis	Monitora
2	29	Superior Completo	Publicidade e Propaganda	Católica	Casada	Não	1 a 3 salários	Branca	Heterossexual	Mulher cis	Cofundadora
3	24	Superior Completo	Letras	Umbandista	Solteira	Não	até 1 salário	Parda	Heterossexual	Mulher cis	Mediadora

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

⁹ Software gratuito para criação de formulário oferecido pelo Google.

¹⁰ Os sujeitos da pesquisa foram legendados como Participantes 1, 2 e 3, para garantir seu anonimato.

Nesse ponto, os resultados até então apresentados nos fazem entender que as entrevistadas se classificam como jovens, o que confirma a categorização atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que jovem designa a faixa etária de 15 a 29 anos. Isso exprime o interesse de mulheres jovens em discutir sobre feminismo e lutar por causas sociais nas redes sociais. Ao discutir sobre as formas como a juventude enxerga as tecnologias, sobretudo a Internet, Souza (2011) apresenta diversas possibilidades de expressão e modos de interagir, por ser um espaço de livre expressão, sem barreiras e censuras governamentais, de fácil acesso e grande circulação de informações. Ou seja, mesmo com limitações, abre possibilidades para fortalecer a democracia.

Conforme sinaliza a literatura, a Internet – nesse caso específico, o **Instagram** – é vista como um canal de comunicação e sociabilidade que tem exercido influências sobre as mobilizações entre os jovens. Isso porque, segundo Nicolás, Becher e Braga (2011), ao proporcionar canais de comunicação e interação mais práticos e econômicos, a rede propicia modificações na forma como os indivíduos se relacionam em várias esferas da vida social.

De maneira diversificada, as entrevistadas são formadas em Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais e Letras, ampliando as perspectivas de gerenciamento e produção de conteúdo sobre o feminismo e sobre as mulheres. As entrevistadas também têm escolaridade de nível superior e/ou em andamento, o que demonstra que, de maneira geral, têm competências informacionais elementares para busca, acesso, seleção, uso e engajamento. “Não se trata, portanto, de sujeitos excluídos informacional e digitalmente ou, até mesmo, desprovidos de redes e relações sociais” (BRASILEIRO, 2017).

Em relação à religião, não existiu uma predominância entre as participantes. Houve, no entanto, uma diversidade. Uma das entrevistadas afirmou ser umbandista; outra, católica, e outra, sem religião.

No quesito estado civil, apenas uma mulher é casada, enquanto as duas outras são solteiras. Nenhuma tem filhos/as, por essa razão, dispõem de mais tempo para se dedicar ao coletivo, estudando e produzindo conteúdos.

A despeito da renda mensal, observamos uma variação das remunerações, que oscilou entre menos de 1 salário mínimo e mais de 3 salários mínimos.

Embora os coletivos trabalhem e discutam sobre interseccionalidade, as entrevistadas são brancas e pardas. São mulheres que fazem parte de um contexto privilegiado. E ainda que haja integrantes negras no coletivo, não se encontram mulheres negras gerenciando ou liderando os coletivos. Isso potencialmente perpetua a desigualdade. Os eixos que estruturam a opressão e a exploração fazem emergir desigualdades de gênero que colocam as mulheres

negras em um lugar diferente do das mulheres brancas (GONZALEZ, 1988). Em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, as mulheres se identificam como mulheres cis, e todas são heterossexuais.

Também perguntamos às mulheres quais eram as fontes de informação que utilizavam, e elas responderam: textos de jornais, artigos, editoriais, programas televisivos, repertório próprio, podcasts, blogs, redes sociais, filmes, podcasts e livros, que se constituem como material suficiente para subsidiar a produção e a disseminação de informações não submetidas ao discurso hegemônico – sobretudo nas redes sociais, espaço propício para as mobilizações – possibilitando a emancipação social e aproximando o universo material dos sujeitos.

Entre as tecnologias usadas, as entrevistadas citaram, unanimemente, celular e notebook e, algumas vezes, o computador. Apropriada pelos movimentos sociais, essa estrutura tecnológica está contribuindo com o enfrentamento e a resistência para construir novos espaços de informação contra-hegemônica.

Para organizar e planejar os conteúdos, apesar de apenas uma entrevistada ter competências específicas na área de Comunicação, todas relataram um planejamento mensal, do qual participam colaborativa as integrantes, e a definição de tarefas, assim como como distribuição de pautas para desenvolvimento. Elas têm grupos no *WhatsApp* para manter contato diariamente e trocar informações no decorrer da execução das tarefas. De maneira mais profissional, o coletivo Nossa Fala dispõe de uma profissional de design/ilustradora para criar as artes, enquanto no EmpodeRI e Leia Mulheres, a criação é feita por meio de aplicativos de edição, adaptando as artes ao objetivo proposto pelo coletivo. Enfatizaram que, antes da pandemia, as fotos e os vídeos dos encontros eram postados nos *stories* e no *feed*. Agora, no meio digital, adaptaram-se e passaram a publicar fotos de um print da tela do Google Meet, onde acontece cada encontro.

A seguir, apresentaremos os dados referentes às entrevistas semiestruturas e discutimos sobre eles, alicerçados no método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de acordo com cada núcleo temático problematizado, a fim de facilitar a compreensão de maneira holística do processo de constituição da memória no *Instagram*.

5.2 Análise da pesquisa etnográfica virtual

Depois de buscar no *Instagram* os coletivos EmpodeRI, Leia Mulheres JP e Nossa Fala, no período compreendido entre julho de 2018 e julho de 2020 (dois anos), obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 1 – Descrição dos coletivos analisados

Coletivo	Número de seguidores	Número de seguidos	Número de postagens	Número de postagens analisadas no período estabelecido
EmpodeRI	1.100	188	288	203
Leia Mulheres JP	1.338	437	414	61
Nossa Fala	8.507	554	301	264
Total:	10.958	1.179	1.003	528

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Conforme o critério estabelecido anteriormente, todos os coletivos apresentaram quantidade de seguidores superior a 1.000. O coletivo Nossa Fala teve o maior número de seguidores (8.507), seguido do Leia Mulheres (1.338) e do EmpodeRI (1.100). O fato de o Nossa Fala ter uma quantidade maior de seguidores pode se justificar pela maior quantidade de postagens (264), pois, para conseguir atrair e engajar o público, são necessários a frequência de publicações e o engajamento dia após dia. O coletivo Nossa Fala alcançou essa constância por ter como missão publicar, pelo menos, um conteúdo por dia.

O número de seguidores e de postagens também foi maior no coletivo Nossa Fala, seguido pelo Leia Mulheres JP e EmpodeRI. Foram analisadas 264 postagens do Nossa Fala; 61, do Leia Mulheres JP; e 203, do EmpodeRI, portanto, 528 postagens. A frequência das publicações é preponderante para conquistar a audiência do público. É necessário desenvolver estratégias informacionais de relevância e qualidade, isto é, pautadas em conteúdos contra-hegemônicos que consigam atrair os (as) seguidores (a).

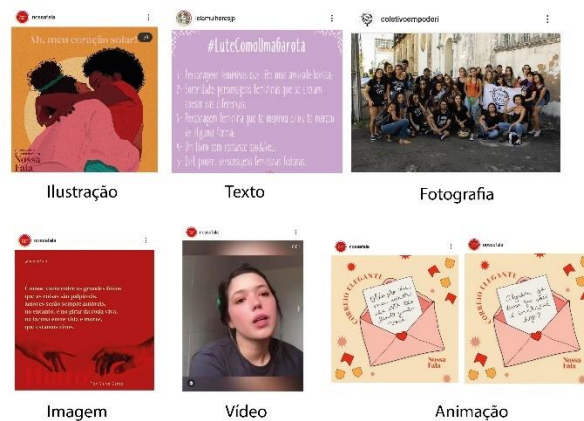
Buscando mapear as dinâmicas do ativismo na apropriação do *Instagram*, analisamos os formatos de linguagem utilizados pelo coletivo, expostas na tabela 2:

Tabela 2 – Formatos de linguagem utilizados

Coletivo	Imagem	Fotografia	Vídeo	Animação	Texto	Ilustração
EmpodeRI	99	89	15	-	-	-
Leia Mulheres JP	20	40	-	-	1	-
Nossa Fala	156	23	42	9	--	34
Total:	275	152	57	9	1	34

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Encontramos no *Instagram* dos coletivos analisados todos os recursos de formatos disponíveis, como uso de imagem (275), vídeo (57), fotografia (152), animação (9), ilustração (34) e texto (1).

Figura 13 – Exemplos de formato de linguagem

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Visualizamos que o Coletivo Nossa Fala explora diversos formatos de linguagem, e isso contribui para que se possa alcançar um público maior e mais diferente e mais engajamento. A imagem e a fotografia foram os formatos de linguagem mais utilizados pelos coletivos, e o texto, o menos utilizado. Isso se deve, dentre outras coisas, ao fato de que o *Instagram* é uma rede social baseada no visual. Além do mais, as fotografias geralmente são registros de encontros e de eventos produzidos pelo coletivo, portanto, um instrumento fundamental, no que tange à memória, para explicar períodos, construir vínculos com o passado e atingir dimensões pessoais e sociais. Nesse contexto, Le Goff (2003) afirma que a fotografia revolucionou a memória, porque considera que ela é algo que detém a verdade e não se pode

alcançar com outro tipo de representação imagética. Ao colocar imagens e fotografias dos encontros e das mulheres que participaram, passa a ser um objeto de preservação da identidade, cuja cena é congelada, torna-se uma espécie de passado preservado e fortalece a memória social, ao registrar momentos, pessoas e locais.

Nessa rede social instantânea e visual, a memória registrada pela fotografia tem a capacidade de fornecer detalhes. Essa propriedade é de suma importância, uma vez que os detalhes permanecem vivos e agregam valor à memória social.

5.2.1 Análise da interação

Ainda na pesquisa etnográfica virtual, estudamos as interações das redes sociais dos coletivos. Para o *Instagram*, quando alguém comenta, curte ou compartilha a postagem, o algoritmo entende que o perfil é relevante para o usuário e passa a priorizar a exposição desse conteúdo cada vez mais. Nesse caso, para conseguir alcançar um público maior de seguidores, é importante criar postagens que incentivem o engajamento dos(as) usuários(as), como, por exemplo, pedir que respondam perguntas, marcar alguém ou, até, reagir com algum *emoji*. O engajamento é sobremaneira importante para o cenário contra-hegemônico, porque dá voz, clareza e frequência a conteúdos sobre mulheres e para mulheres. Essas vivências não são usualmente repassadas via mídia hegemônica. Abaixo, são analisados os dados sobre comentários:

Figura 14 –Análise dos comentários nas postagens



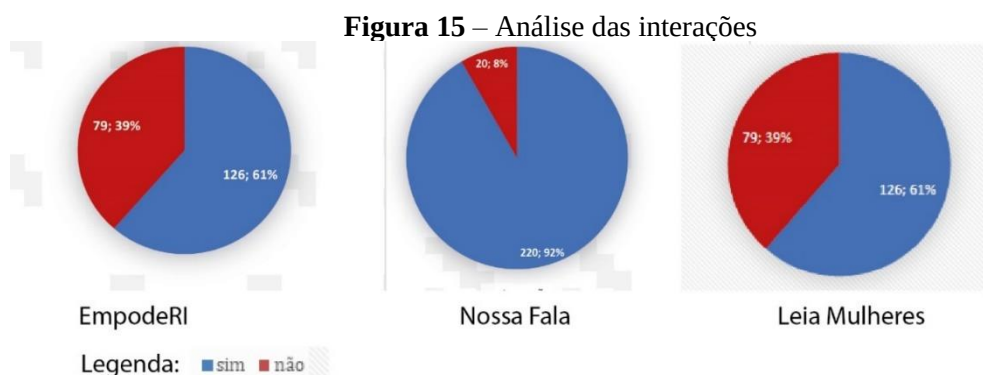
Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Com base nesses resultados, podemos entender que, em todos os coletivos, prevalece uma quantidade superior a 60 %. O Nossa Fala tem o maior número de postagens com comentários. Esse coletivo, além de ter mais seguidores e seguidoras, trata de assuntos do cotidiano das mulheres. É o coletivo que tem, no gerenciamento das redes sociais, profissionais de Comunicação. Esses são pontos que podem explicar o fato de as postagens

conseguirem ser direcionadas mais amplamente para o público. Com mais alcance, maior a chance de interações, e assim sucessivamente. É importante ressaltar a importância de se preocupar não apenas em postar os conteúdos, mas, do ponto de vista da memória, é necessário valorizar a memória postada.

Portanto, os coletivos estão tendo engajamento com as mulheres. Alinhado a isso, de acordo com Pollack (1989, p. 4), “no trabalho de constituição e de formalização das memórias,” não é suficiente trazer apenas um testemunho, mas encontrar muitos pontos de convergência entre o que queremos afirmar e as memórias dos testemunhos. Assim, é possível reconstruir sobre uma base comum.

A partir dessa menção, analisamos se os coletivos se preocupam em responder os comentários, interagindo e construindo uma base de relatos comum. Os resultados podem ser visto nos gráficos seguintes, que mostram a porcentagem de comentários respondidos:



Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Nessa circunstância, observamos que há uma grande preocupação em responder ao público e interagir com ele. Novamente o coletivo Nossa Fala se destacou por ter mais interação, com 92% dos comentários respondidos, enquanto o EmpodeRI e o Leia Mulheres atingiram a mesma média de 61% de respostas a comentário. Esse função da rede é um espaço de memória, pois “há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma” (NORA, 1993, p. 18).

As pessoas utilizam o *Instagram* para se expressar, comunicar as ações e se aproximar da sociedade de maneira ampla e construir uma memória que é compartilhada, visível e exposta à interação.

As novas relações estabelecidas no ciberespaço requerem curtidas, comentários e repercussão, cibridamente. Se a memória ali representada não for capaz de trazer isso, ela facilmente é deletada. Nesse sentido, o diálogo entre a memória e o esquecimento torna-se ainda mais evidente na

modernidade líquida das redes sociais (GRIMALDI; ROSA; LOUREIRO; OLIVEIRA, 2019, p. 73).

Cunha (2011, p. 102) diz que o que passou torna-se atual e altera, de certa forma, o processo de construção da memória. Trazendo esse raciocínio para esta pesquisa, esse seria, supostamente, o mesmo efeito causado pela rede social *Instagram*, pois é possível ter contato com o que foi produzido em sua plataforma a qualquer momento, a poucos cliques das usuárias, e retornar a acontecimentos passados ali retratados. Podemos entender a memória como uma construção social, criada, ao mesmo tempo, individual e coletivamente. Essa realidade também pode ser aplicada aos meios digitais. A memória seria, então, esse trabalho de reconhecimento e (re)construção, que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.

5.2.2 Análise das hashtags

Para identificar as dinâmicas do ativismo na apropriação do *Instagram* por parte do coletivo, analisamos as *hashtags* mais frequentes utilizadas pelo coletivo, “tendo em vista que a utilização das *hashtags* tem sido frequente em diversas campanhas de caráter feminista na rede e que tais “palavras de ordem” têm funcionado como elementos fundamentais na tessitura de um discurso digital.” (SANTOS; FREITAS, 2019, p. 436). Então, criamos uma nuvem de palavras, a partir do site WordCloud,¹¹ que nos possibilitou uma representação visual com a frequência e o valor das *hashtags* utilizadas:

¹¹ Site que permite gratuitamente criar nuvem de palavras utilizando diversas formas e imagens.

Figura 16 – Nuvem de palavras criada a partir das hashtags usadas no coletivo



Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Nessa representação, as palavras com a fonte maior foram usadas com mais frequência. Elas são: “EmpodeRI” (18), “notazero” (18), “pecsufpb” (17), “nossafala” (17), “dia das mães” (15), “leiamulheres” (14), “semanadasmães” (12), “coletivoempodeRI” (12). Nessa análise, o coletivo EmpodeRI foi o que mais utilizou as hashtags, destacando seu nome e campanhas promovidas por eles, como o “Campanha Nota Zero” contra o assédio na universidade. A campanha conta com divulgação, exposição fotográfica, debates, palestras, confecção de cartazes e outros. Outro destaque foi “PECSUF PB” para divulgar os encontros de debates sobre as propostas de Emenda à Constituição (PEC), contra as quais o coletivo se posicionou. Percebemos, então, as hashtags, nesse caso, como autorreferência ao demarcar a relação do recurso indexado com o coletivo, fortalecendo a identidade do coletivo.

No caso do Leia Mulheres e do Nossa Fala, apesar da menor frequência no uso das *hashtags*, também as utilizaram como autorreferência. Contudo as hashtags são utilizadas com mais frequência para identificar o assunto ou conteúdo (nome do livro, da autora e do evento).

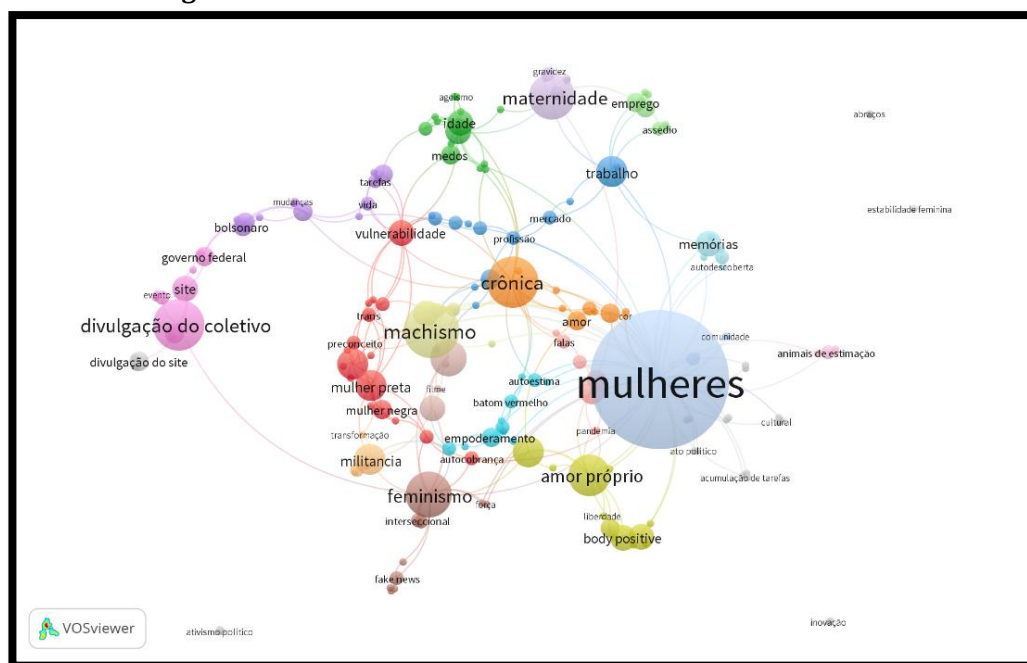
O Coletivo Nossa Fala, em específico, foi o que menos utilizou *hashtags*. Só foram encontrados 32, e todas com caráter de abrangência nacional e política. Outro ponto específico foi que todos os coletivos compartilharam *hashtags* de denúncia ao governo, demonstrando insatisfação com as ações e as medidas do atual governo, por exemplo “elenão”, “30M” e “14J”, em alusão aos projetos desenvolvidos em 30 de maio e 14 de junho; “haddadpresidente”, e “dia7voudepreto.”

A partir da análise dos dados, podemos afirmar que o recurso da *hashtag* vai além de um mecanismo de busca, mas funciona como “palavra-argumento” (HUSSON, 2015) ao desempenhar a função de organizar os textos e agrupá-los, materializando domínios de memória, ao ser capaz de articular o conteúdo com outros elementos disponibilizados no *Instagram*.

5.2.3 Análise da coocorrência dos assuntos

Os resultados demonstraram também que as *hashtags* precisam ser analisadas por meio do contexto e dos elementos linguísticos que a compõem, com o intuito de compreender o cenário no qual está inserida, para que o tema discutido seja compreendido. Dessa forma, categorizamos os conteúdos dos coletivos e analisamos sua coocorrência utilizando o software VOSviewer¹² para construir redes de relacionamento.

Figura 17 – Redes de coocorrência dos assuntos do coletivo Nossa Fala



Fonte: Dados da pesquisa - 2021

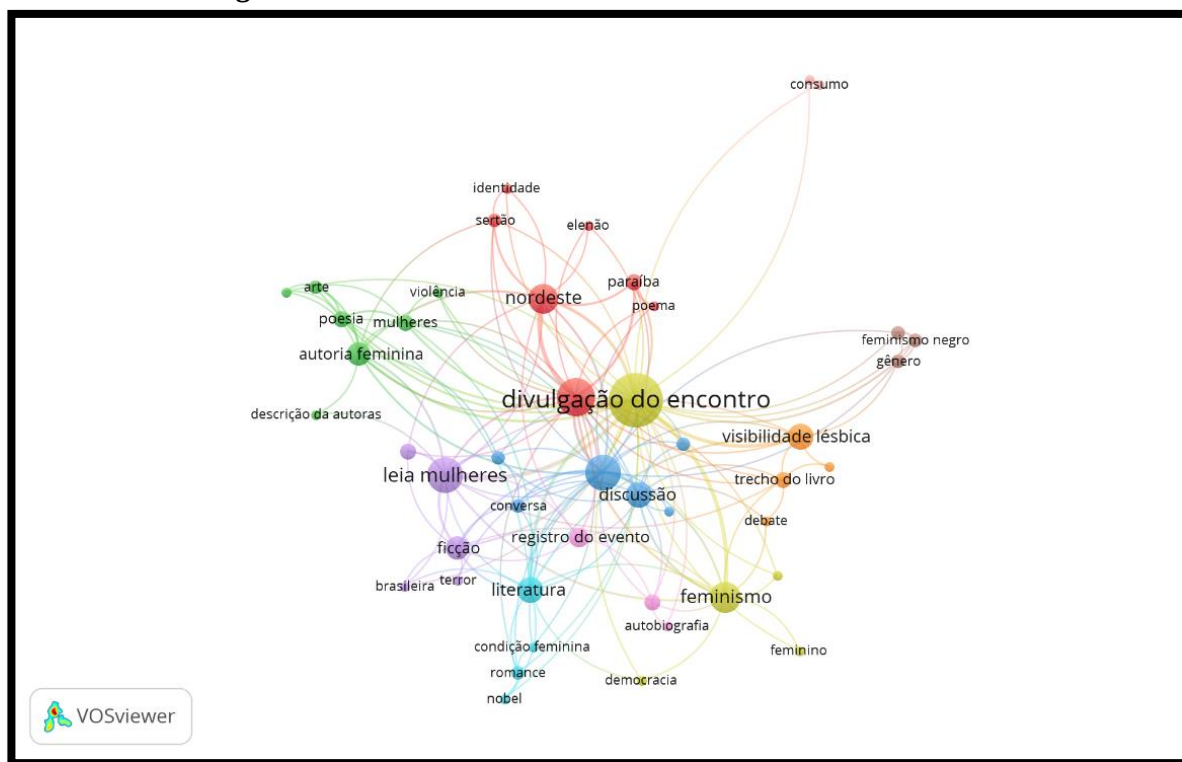
No Nossa Fala, os temas comuns foram: mulheres, Bolsonaro, corpo, empoderamento, emprego, memórias, mercado de trabalho, má gestão de Bolsonaro, trans, amor, arte, batom

¹² Ferramenta de software para construir e visualizar redes bibliométricas. Essas redes podem incluir, por exemplo, periódicos, pesquisadores ou publicações individuais e podem ser construídas com base em relações de citação, acoplamento bibliográfico, cocitação ou coautoria.

vermelho, machismo, mulher negra, relacionamento abusivo, site, sobrecarga feminina, vida, amor próprio, feminismo, maternidade, vulnerabilidade, gênero, idade, sonhos, futebol feminino, militância, trabalho, autocinhecimento, racismo, *body positive* e covid-19.

Há a preocupação em apresentar conteúdos da atualidade e de todos os aspectos, sejam culturais, sociais, morais e econômicos que envolvem o universo da mulher, com informação, entretenimento e opinião, feminismo, política e militância nesse entorno. Percebemos, também, a ligação do feminismo com o preconceito, mulheres negras e trans e transformação, conectando também com empoderamento, amor próprio e vulnerabilidades. Apesar de as dirigentes serem brancas e cisgêneras, como mencionado anteriormente, ao trabalhar com o feminismo, o coletivo preocupa-se com o feminismo interseccional e a inclusão de feministas trans, trazendo mulheres para expor suas vivências e relatar sobre o assunto, assim como foram as hashtags utilizadas. Agora vamos às redes do Leia Mulheres:

Figura 18 – Redes de coocorrência dos assuntos do coletivo Leia Mulheres



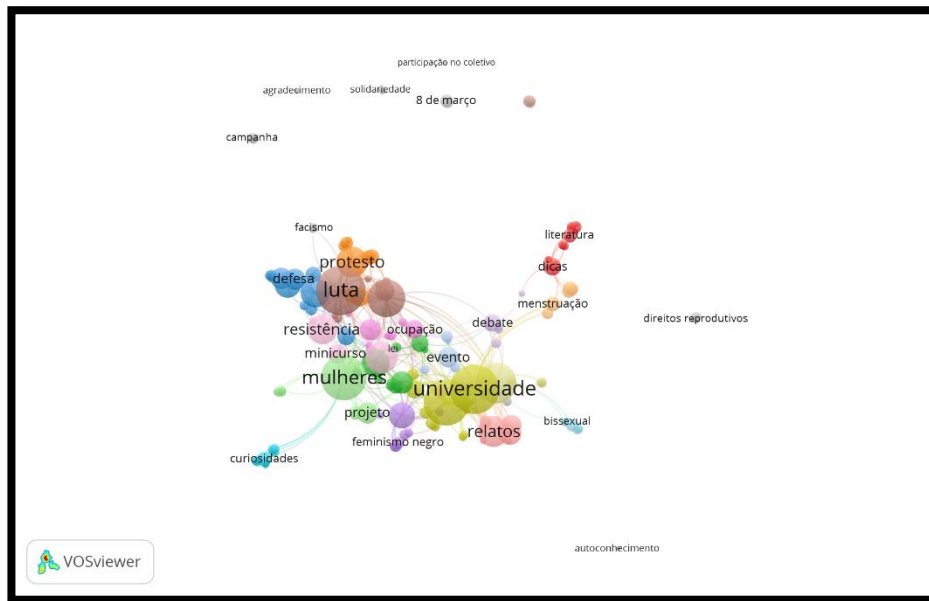
Fonte: Dados da pesquisa - 2021

No coletivo Leia Mulheres, os conteúdos mais abordados foram para divulgar o evento, com 30 ocorrências, literatura nacional (15), registro do encontro (13), feminismo, nordeste, autoria feminina, sertão, Paraíba, arte e visibilidade lésbica. Aqui houve preocupação em discutir sobre autorias femininas, especialmente a nacional e, mais especificamente, em apresentar mulheres do sertão do Nordeste e da Paraíba, local de atuação. É constatada

também a visibilidade sobre mulheres lésbicas, assim como feminismo negro. São coerentes as hashtags utilizadas, tratando sobre política e divulgando nomes de mulheres da região onde atua.

A seguir, apresentamos as redes do EmpodeRI:

Figura 19 – Redes de coocorrência dos assuntos do coletivo EmpodeRI



Fonte: Dados da pesquisa - 2021

No EmpodeRI, diferentemente dos outros dois coletivos, os assuntos estão mais interligados e mais equilibrados em relação à quantidade. Esse coletivo aborda assuntos que envolvem o contexto da universidade e ações desenvolvidas dentro e fora dela: projetos, relatos, mulheres, eventos, ocupação, resistência, ocupação e minicurso e, comum a todos os outros coletivos, o feminismo negro. Condiz, então, com as hashtags utilizadas, em que predominaram as de autorreferência e promoção do coletivo.

5.3 Análise das entrevistas

A seguir, os resultados qualitativos referentes aos discursos emitidos pelas entrevistadas serão apresentados, analisados e discutidos com base no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

A partir das entrevistas, buscamos saber, no contexto informacional, quais eram as motivações e a experiência que despertavam a intenção de participar do coletivo. Para a pergunta 01 do roteiro da entrevista, “Qual sua motivação em participar do coletivo?”, obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 9 – Pergunta - Motivação para participar do coletivo

	Respostas
E01	Ter conhecimento teórico e engajar na luta feminista
E02	Movimentar o cenário local e levar mais informação ao grande público
E03	O clube Leia Mulheres foi um objeto de pesquisa para mim. Porém, antes disso, era um sonho, uma vontade de conhecer algo que suprisse a minha carência de literatura de autoria feminina . Compreendo as mulheres que têm vergonha ou receio de participar porque eu fui uma delas. Foi a partir da minha pesquisa que encontrei coragem para enfrentar o medo do desconhecido . Com o Leia Mulheres João Pessoa eu vi na prática o poder da união entre mulheres , o encanto da literatura, a justiça em recuperar narrativas esquecidas ou postas de lado. Foi por meio do Leia que conheci mulheres a quem admiro profundamente, sejam elas escritoras, participantes ou mediadoras. Foi por meio do Leia que eu consegui uma maior emancipação , percebi que tinha mais fôlego e vontade do que imaginava. É também pelo Leia que eu posso, junto à todas as mulheres envolvidas, construir um mundo mais justo e autêntico .
Categoria 1: Informação e Conhecimento teórico Categoria 2: Emancipação das mulheres no cenário local;	
Discurso Sujeito Coletivo: Ter conhecimento teórico, informação que suprisse minha carência de literatura de autoria feminina, também para movimentar o cenário local e conseguir a união das mulheres, para conseguir uma maior emancipação e construir um mundo mais justo e autêntico.	

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

As mulheres têm um histórico de discriminação e de lutas. Apesar do tempo e de todo o crescimento dos grupos feministas, elas continuam subjugadas pela supremacia masculina que permeia a sociedade e precisam se esforçar para participar ativamente da vida pública. Nesse cenário, a informação é empoderadora, pois possibilita que elas conheçam a fundo seus direitos e possam exercê-los amplamente. De acordo com Dodebei e Gouveia (2008, p.8), “no ciberespaço, a acumulação do conhecimento se dá no domínio coletivo no qual a informação é permanentemente construída e reconstruída”. Ao mesmo tempo, destacam-se a informação e a memória como elementos estruturados e estruturantes do conhecimento e dos saberes.

Para Abath e Ireland (2002, p. 230), a mulher só alcançará o empoderamento e a melhoria de seu status se as três dimensões do poder – a economia, a política e a social – forem remodeladas: “Essas três dimensões têm o mesmo ponto de intercessão: informação e conhecimento.”

Ao focar a perspectiva de autonomia e emancipação feminina, com base na informação e no conhecimento, as mulheres entrevistadas disseram que a motivação para participar do coletivo é justamente a possibilidade de se juntar com outras mulheres para, de forma coletiva, ter um aprofundamento teórico sobre o feminismo, de maneira que subsidie ações que movimentem o cenário local, neste caso, a cidade de João Pessoa, e, conseqüentemente, de maneira gradual, contribuir para construir um mundo mais igualitário.

Outro aspecto relevante para discutirmos nesse aspecto é a ligação da informação como memória, considerando, primeiramente, que, embora as mulheres sejam agentes de seu contexto, suas expressões são regidas por um corpo de conhecimento tradicional adquirido da sociedade, que chamamos de memória social (POLLACK, 1989).

Ainda sobre o aspecto da memória, a motivação para criar coletivos e a busca por adquirir conhecimento e modificar a realidade nos mostram o potencial delas de intervir no funcional social. É nele que todos os conhecimentos são adquiridos por saberes antes produzidos por outras mulheres, e a memória social é um veículo de aprendizagem e de mudanças.

Sobre a utilização do *Instagram* como rede social para o coletivo, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 10 – Pergunta: Por que usar o Instagram?

	Respostas
E01	Mais prático e possui grande alcance .
E02	Por ser uma mídia de alto alcance .
E03	O público é maior lá e as pessoas já estão acostumadas com o funcionamento da rede . Usávamos mais o Facebook, no entanto, devido a pedidos, passamos para o Instagram.
Categoria 3: Praticidade;	
Categoria 4: Grande alcance;	
Discurso Sujeito Coletivo: Porque o público é maior, é uma mídia de alto alcance e as pessoas já estão acostumadas com o funcionamento da rede.	

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Ainda que existam assimetrias em relação ao consumo de conteúdos com estruturas de poder e grandes empresas de comunicação, o *Instagram* possibilita aos coletivos novas formas de se articular e se organizar, com novas dinâmicas de ação coletiva, com a ampliação para diferentes mulheres e a possibilidade de construir um espaço para debater e construir memória. “Compreende-se que a ocupação de determinado espaço, em determinado tempo deixa marcas indelévels que se fixam na memória coletiva de um povo” (COSTA, 2013, p. 22). Ao criar conteúdo não hegemônico, as mulheres constroem uma história diferente da contada pelas grandes estruturadas de poder, o que ameaça a supremacia masculina no espaço público, originalmente designado pelo e para os homens.

No discurso do sujeito coletivo, podemos observar que elas conseguem atingir um público maior e ter mais alcance, portanto a “construção de espaços virtuais, as relações laborais relacionadas com o tele trabalho, a ambiguidade entre o próximo-distante e o distante-próximo, os processos de descentralização local e integração supranacional resultam numa nova redefinição do espaço público” (ABELÉM; FARRELL; YANNOULAS, 2004, p. 263).

Cabe retomar o conceito de ‘lugares de memória’ de Pierre Nora (1993, p. 7), que pressupõe a memória como algo que “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto [...]”. Os lugares de memória, portanto, estão ligados a dois domínios, simples e ambíguos, naturais e artificiais. É critério indispensável materializar o imaterial “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. As redes sociais são lugares de memória no sentido material, simbólico e funcional, capaz de parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento e fixar o estado das coisas (NORA, 1993).

Considerando os motivos de participar do coletivo e da rede social *Instagram*, investigamos o percurso e as circunstâncias enfrentadas para participar do coletivo, como demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 11 – Pergunta: Como você chegou até aqui? Quando e em quais circunstâncias?

Respostas
<u>E01:</u> Eu comecei [a participar ativamente] depois do EmpodeRI. Eu já era feminista antes, só que como estava na escola [e] não tinha organizações feministas, então comecei mesmo com o EmpodeRI na faculdade.
<u>E02:</u> Foi quando eu resolvi sair de lá [antigo trabalho] para montar meu próprio negócio que é um estúdio também de criação publicitária chamado Batente estúdio. E aí criei o batente estúdio tem três anos mais ou menos, três anos e pouco. E aí foi quando foi surgindo aquela inquietação de fazer alguma coisa mais voltada para a militância feminista mesmo, tal. E foi quando eu conversei com a Érica, Érica de Oliveira, que é minha amiga de infância do colégio. Foi quando ela estava com esse mesmo sentimento com essa mesma necessidade. E aí a gente concluiu que era hora de criar algum projeto que foi o que veio a se tornar Nossa Fala. Então hoje a gente, Érica jornalista e radialista, mas também pediu demissão do último emprego. Era um portal de notícias e hoje a gente tem se dedicado muito à Nossa Fala e aos nossos projetos paralelos. Eu, publicidade, Érica no jornalismo. Enfim. E aí a gente tem conciliado essas demandas.
<u>E03:</u> Então, durante o curso de graduação foi quando eu comecei a perceber que existia uma lacuna muito grande entre as minhas leituras de livros escritos por homens e de livros escritos por mulheres. Só na graduação percebi que essa lacuna vinha desde a educação básica e foi a partir do estudo, da teoria feminista, foi a partir de uma participação maior, nesse tipo de movimento, movimento de protesto que tinha bastante. Agora o COVID fica mais difícil. Mas foi a partir daí que passei a me envolver nas temáticas das mulheres. Aí eu conheci uma professora que me falou desse grupo, que era o clube de leitoras das mulheres. Eu achei muito necessário, muito massa, mas eu tive muita vergonha de participar porque eu não tinha ninguém que queria ir. Eu tinha até vergonha de abordar, pra dizer: “ei, vamos para um clube de leitura comigo”. Porque mesmo eu estando nessa área, eu tinha um pouco, né... Assim... Principalmente quando se é mais jovem, me faltava esse traquejo. Então eu guardei a informação. Passei a seguir, na época era no Facebook, passei a olhar as coisas, mas não participei de nenhum encontro. Todos os encontros eram físicos e na época não consegui ir. Eu tinha muita vergonha. Às vezes eu até fazia a leitura do mês, mas não falava a ninguém. Ficava sozinha em casa. Foi chegando a época de fazer minha monografia e eu estava sem saber o que fazer e aí, essa professora de novo: “ah, porque tu não fazes sobre clube? Acho que você ia gostar. Vai lá conhecer”. E aí eu estava me encaminhando pra estudar literatura de

autoria feminina mesmo. Então talvez seja uma boa. E aí eu me propus a pesquisar o clube que eu tive coragem. Pelo menos agora eu tenho o porquê, agora vim porque preciso: vim pesquisar. Comecei a pesquisar das reuniões, com bloquinhos, anotando coisas e foi assim que passei a frequentar e só depois da minha pesquisa foi que aconteceu das meninas, que eram as criadoras e mediadores, terem precisado viajar. Mudaram de cidade e estava ficando muito complicado. Então perguntaram se eu não gostaria de entrar na moderação. Ai foi quando entrei e tô até hoje.

Categoria 5: Encontro com outras mulheres

Categoria 6: Universidade como base para coletivos feministas

Discurso do sujeito coletivo: Eu já era feminista antes, mas na escola não tinha organizações feministas então foi surgindo aquela inquietação de fazer alguma coisa mais voltada para a militância feminista mesmo. Eu comecei mesmo na faculdade. Conversei com minha amiga de infância do colégio, durante o curso de graduação foi quando eu comecei a perceber que existia uma lacuna muito grande entre as minhas leituras de livros escritos por homens e de livros escritos por mulheres, só na graduação percebi que essa lacuna vinha desde a educação básica. Conversei com minha amiga de infância do colégio, e foi a partir do estudo, da teoria feminista, foi a partir de uma participação maior, nesse tipo de movimento, movimento de protesto que tinha bastante. E aí eu me propus a pesquisar.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Embora apenas um coletivo tenha sido fundado e desenvolva ações voltadas para a comunidade acadêmica, o discurso expressa a importância da universidade para consolidar o coletivo. É na universidade, segundo o discurso, que as mulheres se unem com outras com os mesmos propósitos – buscar sua emancipação – para construir coletivos e ações que fortaleçam a memória, pois a memória “evoca histórias e situações diferentes cheias de detalhes e sentimentos que só podem ter relação e importância quando aqueles que ali passaram se unem ou se comunicam” (COSTA, 2013, p. 23).

As mulheres disseram que se sentem insatisfeitas com a realidade social à qual são submetidas, porém não encontraram “lugares de apoio” que fortaleçam a memória do coletivo. Isso implica dizer que, “no Brasil, as organizações não-governamentais feministas têm tido a dupla e importante função de buscar atingir tanto o público universitário quanto a base do movimento e de estimular o diálogo entre estudantes e pesquisadores” (MIGUEL, 2003, p. 21).

Na universidade, essa base é importante e proveitosa tanto para a Academia quanto para os coletivos, porque produção sem os critérios e o rigor da metodologia científica pode produzir o efeito de “oxigenação” do pensamento acadêmico, ao levar a pauta a diferentes meios e mulheres e alcançar espaços não formais de educação de maneira que consiga atingir o universo material delas. Ao mesmo tempo, a universidade e a produção científica disponibilizam método, estudo e evidências que podem balizar as ações desenvolvidas pelos coletivos.

A provocação evidenciada nesse discurso é o desafio de aprofundar e estimular as relações entre os coletivos feministas e os centros, as disciplinas e os núcleos da universidade, intensificando a ligação entre ela e a militância, com o fim de que as mulheres alcancem a autonomia e a liberdade nas várias dimensões de sua vida social.

Ainda querendo entender os aspectos sociais que envolvem as ações das mulheres, indagamos quem eram elas antes do coletivo e quais mudanças significativas vêm ocorrendo desde então. Em relação à pergunta, apresentada no quadro 12, obtivemos os seguintes discursos:

Quadro 12 – Como você era antes? O que aconteceu desde então?

Expressões-chave
<u>E01</u> Eu não conhecia mulheres latinas. Eu não tinha referências de mulheres latinas. Para mim era só olhar as europeias. Eu só conhecia o que vinha da Europa. Só conhecia o feminismo europeu e depois do empodeRI eu pude ver aqui vários tipos de feminismo principalmente por conhecer da América Latina em mulheres da América Latina. Foi o maior destaque, o que eu consigo enxergar com mais clareza.
<u>E02</u> Eu acho que a principal mudança no quesito de posicionamento, sabe? Como eu falei no período em que eu não me enxergava no feminismo. Eu não me posicionava também saber se a gente via todos os absurdos que sempre aconteceram. A desigualdade salarial, o estupro ou o feminicídio. Eu sempre vi aquilo. Mas justamente por ser uma área muito polêmica por ser uma área muito delicada, eu preferia me abster e não me envolver. Não opinar. E aquilo foi incomodando, porque você sente que você faz parte daquilo. Você sente que você é vítima daquilo e vai se sentir aquela necessidade de falar literalmente, <i>né?</i> E foi assim inclusive que surgiu Nossa Fala, porque eu queria falar e não sabia como. Se fosse simplesmente nas minhas redes sociais, eu não teria essa visibilidade. Tendo uma plataforma como a nossa aula. Então a principal mudança foi posicionamento, sabe? Eu ficava bem isenta e eu ficava observando de longe e foi provocando essa necessidade de me posicionar. É uma coisa que hoje eu consigo fazer.
<u>E03</u> Eu consigo traçar uma diferença muito grande sim, acho que principalmente nessa questão de autoconfiança e da confiança nas mulheres também, né gente? A gente consegue ter um espaço muito seguro nos encontros e nas reuniões um espaço onde é possível conversar sobre coisas que muitas de nós não temos com quem conversar em outros espaços ou não somos ouvidas quando falamos. Então eu acho que tudo isso desde o começo contribui muito para que eu visse que é possível, <i>né?</i> É possível essa construção de um lugar em que a gente seja ouvida, que a gente possa falar e ser ouvida e dialogar, né? Eu acho que o diálogo é muito importante, então poder ter esse diálogo com pessoas que estão ali abertas para falar sobre sim as obras literárias, <i>né?</i> Sobre os textos, mas também muitas vezes sobre si mesmas, sobre suas dores e os seus traumas, as suas alegrias, as suas experiências, enfim. Tudo isso também está ali dentro da literatura. Eu passei a conhecer muitas mulheres artistas, também escritoras assim mulheres que para vêm de áreas completamente diferentes e agregam muito. Então como o próprio ato também de mediar, de moderar o clube, me fez ter uma confiança maior de que a gente pode, <i>né?</i> Assim como eu fui besta não ter ido antes. Assim eu entendi por essa minha atitude de vergonha, que a gente é socializada assim, de ter vergonha de ocupar um lugar, de ter vergonha de levantar sua voz, de sempre achar que está incomodando. Hoje em dia eu não acho que estou incomodando, assim. Acho que eu estou muito mais equilibrada de poder me expressar melhor.

Categorias:**Categoria 7:** Conhecimento de outras mulheres**Categoria 8:** União e diálogo**Categoria 9:** Ocupar espaços nas redes sociais para ser ouvida**Categoria 1:** Informação e conhecimento teórico

Discurso do Sujeito Coletivo: eu não conhecia mulheres latinas, sabe? Eu só conhecia o que vinha da Europa, só conhecia o feminismo europeu. Eu acho que a principal mudança no quesito de posicionamento, sabe? A gente via todos os absurdos que sempre aconteceram. A desigualdade salarial o estupro ou o feminicídio. Eu sempre vi aquilo. Mas justamente por ser uma área muito polêmica por ser uma área muito delicada. Eu preferia me abster e não me envolver. Não opinar. E aquilo foi incomodando porque você sente que você faz parte daquilo. Se fosse simplesmente nas minhas redes sociais eu não teria essa visibilidade. Tendo uma plataforma torna-se possível essa construção de um lugar em que a gente seja ouvida que a gente possa falar e ser ouvida e dialogar, né. Eu acho que o diálogo é muito importante então poder ter esse diálogo com pessoas que estão ali abertas para falar. Eu passei a conhecer muitas mulheres artistas, também escritoras assim mulheres que para vêm de áreas completamente diferentes e agregam muito. Eu entendi por essa minha atitude de vergonha, que a gente é socializada assim, de ter vergonha de ocupar um lugar, de ter vergonha de levantar sua voz, de sempre achar que está incomodando. Hoje em dia eu não acho que estou incomodando, assim. Acho que eu estou muito mais equilibrada de poder me expressar melhor.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

As ideias centrais, destacadas em negrito, foram retiradas das ECH e dos dados discursivos, dos quais extraímos quatro categorias. As mulheres, antes de participar do coletivo, alegavam não ter uma base, conhecimento teórico, conforme indica o quadro 10. Porém, também fica claro que enfrentavam alguns obstáculos, como timidez e vergonha, medo de usar a voz para serem ouvidas, pois, “se o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 70). Para isso, é preciso reestruturar uma nova paisagem sociocultural, para que os indivíduos de grupos subalternos se encontrem em rede, conscientizem-se e colaborem com a luta de causas sociais com mais rapidez e abrangência.

Diante do contexto social marcado por padrões e comportamentos que impõem condições de subalternidade às mulheres, elas encontram dificuldades de se posicionar. Porém, por meio da troca de informações com outras mulheres com diferentes vivências, sejam artistas, escritoras, publicitárias, professoras, dançarinas, engenheiras e tantas outras, encontram forças para ocupar espaços, nesse caso, o *Instagram*, como local onde possam falar e ser ouvidas, a partir de suas histórias e de suas linguagens.

De acordo com o discurso, pela dinamicidade do *Instagram*, elas encontram um espaço seguro para exercitar o diálogo e se posicionar, tornando-se mulheres mais fortes e empoderadas. Isso fortalece sua identidade como mulher, porque a diminuição do sujeito tradicional racional masculino e europeu, aliado à descentralização da informação e das identidades no *Instagram*, oferece possibilidades para que a mulher possa construir as próprias

identidades, “refletindo sua heterogeneidade e uma mudança no destaque de gênero em suas vidas (SAMPAIO; ARAGON, 2002, p. 76).

A criação e o gerenciamento do coletivo colaboram para que as mulheres consigam construir um lugar de memória com as próprias linguagens e produzir um conteúdo contra-hegemônico. Isso implica, fundamentalmente, um processo político coletivo e individual ao longo da vida. Portanto, buscamos entender os empecilhos encontrados pelas mulheres:

Quadro 13 – Teve ajuda ou empecilhos para chegar até aqui? Quais?

Expressões-chave
<u>E01</u> Um pouco [de ajuda], por causa de algumas participantes do EmpodeRi. Eu acho que tem 20 membros.
<u>E02</u> Para mim, eu acho que não [tive empecilhos], porque eu pessoalmente fui uma coisa, é uma decisão própria. Eu entendo que tem mulheres que passam por empecilhos maiores famílias, muito conservadoras, problemas até com o marido que impede que a mulher se exponha, mas no meu caso eu realmente decidi, caiu a ficha. “Meu Deus, eu estou perdendo muito tempo, estou precisando tomar uma atitude”. Foi uma decisão minha que eu tomei. Eu consegui virar a chave e conseguir mudar minha postura com relação a isso. Com relação à Nossa Fala, eu não diria que teve um empecilho, mas assim existe sempre uma preocupação. Como eu te falei, o feminismo é um assunto polêmico. A política é outro assunto que a gente sempre tenta entrar. Então, assim, são coisas polêmicas. Assim, não é empecilho, mas é uma coisa que eu acho que vai tratando com muita cautela sim pra não... pra gente conseguir atingir diversos públicos. Pra gente dialogar, porque a gente acredita muito no diálogo como forma de evolução mesmo e de desconstrução. Então se você perguntar por exemplo qual é o posicionamento político da nossa fala. Notoriamente nós somos de esquerda. Mas se a gente chegar à publicação no Instagram que faz uma crítica ao atual governo e ver pessoas de direita discutir com a gente, é interessante que essa discussão, sabe? A gente não se abstém disso. Então, assim, muitas respostas podem parecer que <i>seja</i> uma dificuldade, mas eu acho que é mais um desafio sabe? Eu não encaro esse tipo de coisa como um empecilho. Eu acho assim que são desafios que vão surgir no meio do caminho, mas que a gente tem que realmente abraçar para cumprir com o nosso papel. Não vai ser fácil em momento nenhum. A gente até brinca que no começo do projeto foi tudo muito fácil. A gente, assim, ficava “tudo que a gente vem fazendo dá muito certo”, sabe? A gente tentava parcerias... Pronto! A própria parceria foi com o UNIESP, na época se chamava IESP. Foi onde a gente estudou eu e Erika. Quando a gente começou, a gente precisava de um estúdio pra gravar os testes e a gente lembrou que o IESP tinha e aí a gente já começou a pensar “Meu Deus, como é que a gente vai pagar um estúdio?”. E o IESP disse: “não, vocês vão fazer de graça”, sabe? Foram coisas que foram surgindo parcerias gente que veio querendo agregar. Então no início teve inclusive muitas facilidades que a gente não imaginava que a gente ia ter tanta receptividade e teve. E aí com relação a empecilhos, não é mais assim, desafios que a gente vai encarando e que tem dado muito certo.
<u>E03</u> No clube a gente teve alguns empecilhos, <i>né</i>? Como, por exemplo: a gente tem mais de mil seguidores no Instagram, mas geralmente aparece menos de 10 participantes. Então, assim, isso a gente fica pensando no que a gente pode fazer pra levar isso pra mais lugares para mais gente né? A gente tem muitas pessoas que como eu era antes também, sempre observa. Sempre curtem, sempre estão por ali, mas não participam. E aí outro empecilho também é que sempre vem com as mesmas perguntas no perfil. A gente precisa sempre responder as mesmas perguntas, porque vem gente nova quase todo dia. Então a gente fez <i>um stories</i> e colocou nos destaques as perguntas, porque eram sempre as mesmas perguntas. Então pra gente estar respondendo às perguntas, tirava o tempo [da] gente estar fazendo novas postagens, sobre os textos ou respondendo

outras coisas.

Então isso é também algo que dificulta um pouco às vezes, mas que a gente entende porque são pessoas que estavam chegando no perfil e elas precisam dessa informação ali bem à mostra.

Acho que é outra coisa, né? Às vezes durante a leitura durante um encontro assim **em alguns momentos ainda rola uma certa vergonha a depender do texto ou a depender das pessoas.**

Então apesar da gente ter participante que já estão há mais de um ano, dois anos participando *direta*, a gente tem algumas pessoas que são novas ou que não gosta de falar tanto. Às vezes é um desafio está puxando assim: “e aí, o que achou disso? Leram trecho sobre essa coisa aqui no livro? Você acha interessante?”, porque a gente não tem assim nada a ver com a leitura acadêmica. É um clube de literatura para todo mundo, para todas as pessoas que querem discutir aquilo ali não tem nada com teoria literária, tem a ver com experiência de leitura. Então muitas pessoas confundem isso. Eu nem gosto de dizer que sou de Letras pra as pessoas não se sentirem intimidadas. Assim a Naila de Letras não interessa ali naquele momento. Interessa incitar a discussão. É lógico que a gente não pode fugir do que a gente estuda, não dá para simplesmente esquecer todas as coisas, mas ali não é o momento de *tá* sacando bilhões e bilhões de teorias e escrever uma tese certa. Ali é um compartilhamento de pessoas das mais diferentes.

Categoria 10: Decisões e posicionamentos de esquerda

Discurso do sujeito coletivo: Para mim, eu acho que não, porque foi uma decisão própria. Eu entendo que tem mulheres que passam por empecilhos maiores, famílias muito conservadoras, problemas até com o marido que impede que a mulher se exponha, mas no meu caso eu realmente decidi. Por causa de algumas participantes eu tive um pouco de dificuldade. No Instagram a gente tem mais de mil seguidores, mas geralmente aparece menos de 10 participantes nos encontros. Então assim isso a gente fica pensando no que a gente pode fazer pra levar isso pra mais lugares para mais gente, né? Notoriamente nós somos de esquerda. Mas se a gente chegar à publicação no Instagram que faz uma crítica ao atual governo e ver pessoas de direita “descurtir” com a gente é interessante que essa discussão, sabe? a gente não se abstém disso.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Os posicionamentos e os conteúdos produzidos pelo coletivo demonstram o caráter político de esquerda e oposição ao atual governo de Bolsonaro, além da luta e da formação de grupos sociais, pregando uma economia mais justa e solidária, com maior distribuição de renda e interferência do Estado. No Brasil, com a polarização política atual, a democracia fica comprometida, pois perde o respeito às regras comuns de reconhecimento da legitimidade dos adversários, a tolerância e o diálogo. O atual governo trata os “adversários” como inimigos, portanto, o diálogo não é incentivado e, muitas vezes, até condenado. É importante lembrar que a origem do feminismo brasileiro é de um feminismo de esquerda: “os grupos feministas estavam articulados às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e nasceram fundamentalmente comprometidos com a oposição à ditadura e com as lutas “pelas liberdades democráticas” e pela anistia (SARTI, 2001, p. 31).

O movimento feminista, sobretudo, tem sofrido ataques diretos, e o pensamento social e político do governo e de seus apoiadores segue com ofensas em relação a gênero, piadas sexistas e objetificação da mulher, fundamentados em princípios religiosos ligados ao conceito de família e de mulher como cuidadora da casa e dos filhos.

Todas as vezes em que as mulheres parecem ter algum sucesso na sua marcha rumo à igualdade, surge uma inevitável geada atrapalhando o florescimento do feminismo. ‘O progresso dos direitos da mulher na nossa cultura, ao contrário de outros tipos de ‘progresso’, sempre foi estranhamente reversível’, observou a estudiosa de literatura americana Ann Douglas [...] ‘Enquanto os homens prosseguem no seu desenvolvimento, construindo sobre tradições herdadas’, escreve a historiadora Dale Spender, ‘as mulheres ficam confinadas em ciclos contínuos de recomeço’ (FALUDI, 2001, p. 65).

Apesar de a literatura indicar a possibilidade de grupos mobilizarem e transporem os espaços virtuais (CASTELLS, 2013), o discurso nos mostra a dificuldade que os coletivos sentem de trazer mais pessoas para os encontros físicos. Isso se deve ao fato de que não é necessário somente decidir participar, porque muitas mulheres não têm as mesmas oportunidades e facilidades e, às vezes, sequer acesso à informação ou por terem familiares conservadores.

Devido à facilidade de proporcionar acesso e compartilhamento, o Instagram viabiliza o agenciamento coletivo, a consciência, a emancipação e a autonomia. Assim, contribui para reduzir as desigualdades sociais e promover o empoderamento das mulheres.

Com o propósito de entender como o coletivo influencia o fortalecimento da identidade da mulher, questionamos, primeiramente, se elas se consideram feministas e o que isso significa para elas. As respostas e as análises estão expostas no quadro 14.

Quadro 14 – Você se considera feminista? Como você descreveria o feminismo?

Respostas
<u>E01</u> Sim, me considero. Eu acho que agora emancipação feminina.
<u>E02</u> Hoje sim, mas há um tempo atrás eu não me considerava. Foi um processo de desconstrução e construção, né? Porque eu acho que muita gente hoje ainda te assusta um pouco com o termo feminismo. Acabou se criando uma imagem muito negativa infelizmente. Eu era uma dessas pessoas, entendeu? Tipo, Graças a Deus eu nunca abri minha boca para dizer eu não sou. Eu sempre entendi a importância do feminismo, mas aquela coisa era uma imagem tão radical que era passada para a gente que a gente se assustava. Então não é que eu dizia que eu não era feminista, mas eu não me encontrava e foi com os estudos, de a gente ir atrás, de assistir, de ler. Foi quando eu fui me encontrando mais nesse espaço. Hoje definiu como um movimento de muitos anos de muitas lutas, mas que está sempre crescendo e mudando de roupagem, o que é ótimo, porque a gente sabe que o feminismo tem muitas vertentes em muitas frentes, o que muitas vezes faz com que o movimento se contradiga. Infelizmente eu acho que é um ponto negativo que a gente tem assim de um lado a gente tem feministas que não apoiam mulheres trans. Por outro lado, eu me encontro desse outro lado. Então eu vejo dessa forma. Vejo como um movimento muito antigo, um movimento lendário, mas que está ficando cada vez mais moderno, cada vez mais atual, sabe? Olhando pra pontos que não se olhava anteriormente. Então eu vejo que é um processo de emancipação da mulher que não parou no passado, sabe? Não parou naquelas lutas que tínhamos. Cada dia tem lutas

diferentes, mas sempre com o mesmo objetivo.
<u>E03</u> Sim. É uma luta pela emancipação das mulheres.
Categoria 11: Construção e reconstrução para emancipação das mulheres.
Discurso do Sujeito Coletivo: Discurso do Sujeito Coletivo: Sim, me considero. O feminismo é uma luta pela emancipação das mulheres, mas há um tempo atrás eu não me considerava. Foi um processo de desconstrução e construção, né. Porque eu acho que muita gente hoje ainda te assusta um pouco com o termo feminismo, acabou se criando uma imagem muito negativa infelizmente. Eu era uma dessas pessoas. Foi com os estudos, de a gente ir atrás, de assistir, de ler. Foi quando eu fui me encontrando mais nesse espaço Então eu vejo dessa forma vejo como um movimento muito antigo um movimento lendário, mas que está ficando cada vez mais moderno cada vez mais atual sabe olhando pra pontos que não se olhava anteriormente, então eu vejo que é um processo de emancipação da mulher que não parou no passado, sabe não parou naquelas lutas que tínhamos. Cada dia tem lutas diferentes, mas sempre com o mesmo objetivo, como um movimento de muitos anos, de muitas lutas, mas que está sempre crescendo e mudando de roupagem o que é ótimo porque a gente sabe que o feminismo tem muitas vertentes em muitas frentes o que muitas vezes faz com que o movimento se contradize.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

O discurso nos mostra que as mulheres são feministas e puderam se afirmar e se reconhecer feministas depois que se inseriram no coletivo e tiveram oportunidade de estudar e se aprofundar na temática. Isso se deu inclusive a partir da universidade ou de mulheres participantes da universidade, conforme resultados da pergunta dos quadros 13 e 14. O feminismo acadêmico foi propositor na criação de núcleos e de grupos de pesquisa sobre mulheres, gênero e feminismo.

Atualmente descrevem o feminismo como um processo de construção e reconstrução que visa emancipar as mulheres. Reconhecem que é um movimento de muito tempo e que busca abranger as mulheres em suas diversas identidades.

Quando questionadas sobre se o coletivo contribuiu para fortalecer sua identidade como mulher, obtivemos os seguintes discursos:

Quadro 15 – Você considera que o coletivo contribui para fortalecer sua identidade como mulher? Se sim, de que forma?

Respostas
<u>E01</u> Sim, ele [o coletivo] me fortaleceu, me dando conhecimento teórico e conhecimento de outras mulheres que estavam perto de mim [e] eu não conseguia ver.
<u>E02</u> Sem dúvida, é como te falei eu tive um start Individualmente, eu parei, refleti e vi que eu estava parada que precisava tomar uma atitude e tomei, mas o nossa fala contribuiu muito e eu falo isso não só por mim mas eu vejo o depoimento das meninas que estão envolvidas porque é um lugar onde a gente tá na época (seis meses atrás quando eu te mandei o briefing) eu te falei que a gente tava com 24 falantes hoje nós já somos 30 porque a gente tem esse objetivo de estar sempre crescendo. Então assim é um espaço onde a gente está entre 30 mulheres completamente diferentes, profissões diferentes realidades diferentes, etnias diferentes. Então é inegável o quanto a gente aprende, sabe? Todo dia a gente está lá no grupo de WhatsApp conversando sobre

todos os temas. **Tudo o que acontece tudo que é notícia a gente começa a conversar e ouvir a opinião da outra então isso é muito enriquecedor.** No meu caso principalmente, sabe? Como eu te falei que tudo pra mim é muito novo. **Foi uma coisa que eu fui trabalhando sozinha, eu fui lendo, fui assistindo algumas coisas, mas a partir do momento que você conversa em que você escuta outras visões com certeza me transformou muito, sabe?** até pra ser mais enfática em um aspecto que foi mais transformador. Foi quando recentemente teve um movimento vidas negras importam que é uma coisa que também é muito nova pra quem é branco né. é novo assim entre aspas porque é um assunto completamente antigo assunto de muitos anos que essa dívida histórica. Mas só agora está caindo a ficha pra muita gente branca sabe? Olha o que quer que a gente está fazendo, olha o que que a gente precisa corrigir. Então foi um assunto que surgiu no nosso fala e que só comprova que nossa fala e até **o feminismo em si não é um compromisso só com mulheres. É um compromisso interseccional a gente tem que falar de muita coisa a gente tem que olhar para mulheres negras a gente tem que olhar para outras realidades. Então isso também abriu e abriu meus olhos de muitas mulheres que eu vejo assim na plataforma sabe dizer caramba eu nunca tinha pensado nessa interseccionalidade. Eu pensava que era só o gênero e ponto final. E não é questão de raça é em todas essas discussões.** De tudo que aconteceu no movimento Vidas Negras Importam foi um foi uma chave de transformação também para mim e para muitas mulheres que eu vejo dentro da nossa fala.

E03

Eu acredito que sim, eu acho que em certo ponto, literatura é diferente de teoria, literatura é uma coisa, teoria feminista é outra coisa, mas existe feminismo dentro de certas escolhas, como por exemplo **ter um espaço que é um clube de literatura, focada em escritoras mulheres, isso é algo que dialoga muito com o feminismo, porque dá espaço para autores que foram perdidas na história, autoras que não foram vistas, autoras que são invisibilizadas até hoje, autoras contemporâneas e jovens que estão aí na luta pra arrumar um espaço assim no mercado editorial.** Então eu acho que as duas coisas apesar de não ser a mesma coisa dialogam e é bom que elas dialoguem também, ao meu ver.

Categoria 12: Coletivo enquanto espaço para trocas de informações;

Categoria 13: Conhecimento teórico;

Categoria 14: Visibilidade de mulheres subalternas.

Discurso do Sujeito Coletivo: Sim, sem dúvida, me fortaleceu, me dando conhecimento teórico e conhecimento de outras mulheres que estavam perto de mim eu não conseguia ver. Eu parei, refleti e vi que eu estava parada que precisava tomar uma atitude e tomei, e eu falo isso não só por mim, mas eu vejo o depoimento das meninas que estão envolvidas. É um espaço com mulheres completamente diferentes, profissões diferentes realidades diferentes, etnias diferentes. Então é inegável o quanto a gente aprende. Foi uma coisa que eu fui trabalhando sozinha, eu fui lendo, fui assistindo algumas coisas, mas a partir do momento que você conversa em que você escuta outras visões com certeza me transformou muito. O feminismo em si não é um compromisso só com mulheres. É um compromisso interseccional a gente tem que falar de muita coisa a gente tem que olhar para mulheres negras a gente tem que olhar para outras realidades. Então isso também abriu e abriu meus olhos de muitas mulheres que eu vejo assim na plataforma sabe dizer caramba eu nunca tinha pensado nessa interseccionalidade. Eu pensava que era só o gênero e ponto final. E não é questão de raça é em todas essas discussões. Isso é algo que dialoga muito com o feminismo, porque dá espaço para autores que foram perdidas na história, autoras que não foram vistas, autoras que são invisibilizadas até hoje, autoras contemporâneas e jovens que estão aí na luta pra arrumar um espaço assim no mercado editorial.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Conforme visto na pergunta anterior, o coletivo impulsionou a busca por conhecimento teórico sobre feminismo que desencadeou no processo de aceitação como mulher feminista.

O espaço de trocas, inclusive com mulheres invisibilizadas e pouco representadas pelas grandes mídias, contribuiu para a construção e o fortalecimento da identidade feminista, não só das responsáveis pelo gerenciamento do *Instagram*, mas também das participantes dos coletivos, conforme mostram os relatos. Isso fortaleceu a ideia do coletivo no *Instagram* como um espaço de memória que contempla três instâncias: “material, simbólica e funcional” (NORA, 1993, 21). É material por seu conteúdo demográfico; funcional, por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; e simbólica, por definição, porque se caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número de pessoas (NORA, 1993, p. 22).

Ao designar um espaço em que sujeitos subalternos possam falar, sejam mulheres negras, trans ou lésbicas, viabilizando a continuidade, a comunicação efetiva para que as experiências do lugar de memória sejam transmitidas, através dos significados dos conteúdos no *Instagram*, as mulheres encontram suporte para formar sua identidade, portanto, é um elo entre elas e a memória coletiva.

Para alcançar as contribuições dos coletivos nas representações sociais que envolvem as ações feministas no espaço do *Instagram*, questionamos sobre as características positivas e os desafios do coletivo e de que maneira isso afetava as mulheres. As respostas e suas análises encontram-se nos quadros 16 e 17.

Quadro 16 – Quais as qualidades do coletivo? De que forma isso afeta você?

Respostas
<u>E01</u> Eu acho que a receptividade de quando você entra e isso contribuiu pra você acolher outras mulheres. Eu acho que todo mundo tem a oportunidade de participar de todas as funções dentro da coletiva, não tem algo que só alguém pode fazer. Eu acho que a rotatividade, pode-se dizer assim.
<u>E02</u> O fato de a gente estar entre mulheres muito diferentes. Isso é importante para o diálogo, é importante para quem está fora, porque se sente representada, né? A gente tem mulheres negras, mulheres gordas, mulheres trans. Então eu acho que isso é um ponto muito positivo porque quem está fora quem está assistindo, quem está lendo, está vendo que tem aquele espaço. Está vendo que a gente quer agregar, que a gente quer essa representatividade. Então isso é uma coisa que mais orgulha: a gente... assim... é ter essa diversidade de mulheres de diálogos de discursos. Eu acho que esse é o ponto mais positivo. E, claro, o fato de a gente estar bem presente nas redes sociais, na Internet todo dia a gente faz questão de ter no mínimo um conteúdo. Então isso é uma coisa que a gente sempre prezou. A gente não relaxa. Se por acaso houve algum descompasso no cronograma e alguém não conseguiu enviar, a gente dá um jeito. A gente queria uma coisa de última hora, mas a gente tá pra gente, sabe? A gente está levantando esses temas. Então eu acho que esse é um ponto positivo

E03

A gente tem **muita flexibilidade**. Eu acho que a gente tem **muito apetibilidade**. Eu acho que **existe algo assim que é muito bom que junta justamente esses dois lados que são a razão e a emoção** que é pra mim e para um gama de filósofos estão sempre juntas, né? Não tem como separar. Eu acho que **a gente tem essa união entre razão e emoção** porque [n]o Leia a gente tem o livro do mês. A gente se dedica o mês inteiro e cada uma no seu tempo prá conseguir fazer aquela leitura, ou seja, um trabalho intelectual. Aí é um trabalho assim de recuperar o que você sabe sobre aquilo aprender coisas novas, existe esse trabalho. Mas também durante a reunião muitas vezes a gente se emociona. Às vezes a gente vê ali uma parte da nossa vida e diz: pô, eu podia ter escrito isso. Eu me sinto exatamente assim. Então eu acho que a maior qualidade é **a gente conseguir juntar essas duas coisas o conhecimento, a afetividade, a emoção, o carinho, mas também uma razão que está ali que realmente isso é político. Isso... é acontece, o que a gente faz a partir disso. Então pra mim eu acho que a junção é o que define melhor.**

Categoria 15: Razão e emoção para alcance de mais representatividade.

Discurso do sujeito coletivo: A receptividade de quando você entra e isso contribuiu pra você acolher outras mulheres, a gente tem a oportunidade de participar de todas as funções dentro da coletiva, não tem algo que só alguém pode fazer. Porque o fato da gente está entre mulheres muito diferentes, é importante para quem está fora porque se sente representada, né? A gente tem mulheres Negras, mulheres gordas mulheres trans, muita flexibilidade. A gente tem essa união entre razão e emoção e conseguir juntar essas duas coisas o conhecimento, a afetividade, a emoção, o carinho, mas também uma razão que está ali que realmente isso é político. Isso é acontece, o que a gente faz a partir disso é o que define melhor.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

Quando entram no coletivo, as mulheres se sentem bem acolhidas por outras integrantes, e isso lhes dá a oportunidade de conhecer o coletivo como um todo, de mostrar suas habilidades e competências e de absorver seu conhecimento e sua cultura. Por meio das diferentes vivências e das experiências sociais das mulheres, o coletivo traz para as mulheres a reflexão como um posicionamento do agir político, pensado de forma plural para que possa garantir as diferenças nas relações de poder, vivenciadas entre mulheres com interesses diversos e, até, contraditórios.

Compreende que a luta pela pluralidade humana não se limita à compreensão da existência da bicategorização hierárquica de sexo, mas deve tratar da construção homogeneizadora e da categoria normativa das mulheres, para expor as diversas experiências das mulheres, as diferentes formas de assujeitamento das mesmas, a diversidade das condições de vida e das relações de poder das mulheres que as faz alcançar a liberdade de forma desigual. (ESMERALDO, 2006, p. 15)

O coletivo proporciona reflexões sobre ações feministas que pressupõem um projeto além de uma via única, mas uma reunião de solidariedades a se construir, por meio da razão e da emoção, entendendo as múltiplas mulheres e suas dimensões.

Quadro 17 – Quais desafios? De que forma isso afeta você?

Respostas
<u>E01</u> Às vezes, não aceitam outras opiniões.
<u>E02</u> Eu diria que aquilo que eu te falei que não chega a ser um defeito, mas são os desafios, não são defeitos, mas eles são uma coisa que estão ali provocando a gente, sabe? Que a gente sempre se sente um pouco insegura. Será que isso vai ser bem visto. Será que isso vai ser bem aceito? Tudo bem se não for, sabe? A gente... Ao longo dessa caminhada, a gente vai ver que muita gente não vai concordar com a gente, né? E faz parte desse processo mesmo. A gente quer falar se a gente quer dialogar. A gente tem que entender que muita gente não vai concordar e vai trazer outro ponto de vista e são bem vindos, como eu falei. A partir do momento em que não seja agressivo, lógico, porque a gente sabe que o atual governo e todo esse atual cenário legitimou comportamentos muito agressivos, muito ofensivos. Então se realmente chegar uma coisa a esse ponto de incomodar a gente, realmente vai ser um defeito... Vai ser um problema grande, mas até agora não tem acontecido nada disso. Sabe como uma coisa para a gente criar um dialogar, para a gente repensar para a gente ter outras realidades. Isso eu acho que é muito bem-vindo. Então eu não diria que é um defeito, mas um desafio que provoca a gente que tira a gente da zona de conforto e que faz parte que é bem-vindo.
<u>E03</u> Eu acho que uma meta já há muito tempo é conseguir chegar a mais pessoas. Essa é uma meta, conseguir levar a literatura pra mais gente, porque acaba que muitas vezes a gente tem sempre as mesmas participantes e isso por um lado é muito positivo, porque significa que elas tão gostando, né? Que é bom, enfim. Mas por outro lado falta vim gente nova e ficar também, sabe? Falta a gente conseguir alcançar um público maior e alcançar pessoas que estão de fora dessa coisa da literatura mesmo, né, pessoas que podem e tem capacidade de ler e muitas vezes se veem nos atributos do dia a dia, principalmente nós mulheres, muito atribuladas e a gente não consegue separar um tempo para nós mesmas. Gente que cuida da casa, dos filhos, do marido, da companheira, da família, do trabalho, enfim. São jornadas muito intensas e se fosse pra dizer uma meta, acho que seria chegar mais mulheres.
Categoria 16: Dificuldade alcançar público maior Categoria 17: Divergência de opiniões
Discurso do Sujeito Coletivo: Às vezes não aceitam outras opiniões. A gente se sente um pouco insegura. Será que isso vai ser bem visto? Será que isso vai ser bem aceito? Falta a gente conseguir alcançar um público maior. Muitas vezes se veem nos atributos do dia a dia, principalmente nós mulheres, muito atribuladas e a gente não consegue separar um tempo para nós mesmas. Gente que cuida da casa, dos filhos, do marido, da companheira, da família, do trabalho, enfim. São jornadas muito intensas.

Fonte: Dados da pesquisa - 2021

No pensamento da sociedade idealizada por homens, são atribuídas às mulheres demandas fundamentalmente da esfera privada, como cuidar dos(as) filhos(as) e/ou arrumar a casa, às vezes, de maneira exclusiva, às vezes, acumulando diversas funções, pois, além dos afazeres domésticos, elas executam atividades laborais. Isso provoca uma jornada muito intensa e cansativa e pode desestimulá-las a participarem do coletivo.

De acordo com os dados do IBGE (2019), ao somar a jornada no mercado de trabalho com os afazeres domésticos, a jornada feminina semanal resulta, em média, em 56,4 horas, superior em quase cinco horas à masculina. Fazendo o recorte para o estado da Paraíba, o total de horas trabalhadas por mulheres é de 56,3, enquanto a dos homens é de 49,5. Além disso, as

mulheres ainda se sentem inseguras para se posicionar de maneira assertiva, com medo de julgamentos e das opiniões diferentes.

Os coletivos, de acordo com a análise anterior, incitam a oportunidade de diálogo entre as participantes para que, apesar de opiniões contraditórias, possam se unir e construir um mundo mais justo, com ações feministas que abordem as diversas facetas das mulheres. Dessa forma, conseguem atingir um público maior, principalmente na cidade de João Pessoa, já que é um objetivo dos coletivos movimentar o cenário local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.

Audre Lorde

Nesta pesquisa, propusemo-nos a trazer uma discussão sobre gênero, feminismo e interseccionalidade junto com as noções de memória e identidade para o escopo da Ciência da Informação, a partir da análise da atuação feminista de três coletivos no *Instagram*. Nosso objetivo foi de analisar como o *Instagram* se caracteriza como um espaço de Memória e Identidade de três coletivos feministas na cidade de João Pessoa/PB.

Na perspectiva teórica, o foco da pesquisa foram quatro eixos que se entrelaçam, tendo a informação como objeto de estudo sob o caráter social. O primeiro eixo trata-se de como o *Instagram* se constitui como uma estratégia para construção da memória a partir dos lugares de memórias (NORA, 1993); o segundo eixo se refere às mulheres feministas, como atrizes sociais que buscam espaços de memórias para serem ouvidas; o terceiro eixo diz respeito à identidade que se relaciona intrinsecamente e que vem sendo afetada por esses novos comportamentos. (POLLAK, 1992); e o quarto eixo são as noções de gênero, feminismo e interseccionalidade.

Podemos notar, ao longo desta pesquisa, as construções de marcações simbólicas e o discurso histórico, o científico e o político que serviram para legitimar as relações de opressão e os modelos sociais que privilegiam o sujeito eurocêntrico, masculino e branco que impõe condições de subalternidade às mulheres. Em observância à existência dessas marcações simbólicas, é essencial a organização de mulheres adentrando a esfera política e elaborando ações de resistência que interfira e altere substancialmente os campos políticos, sociais e econômicos.

A pesquisa nos mostrou que os coletivos Nossa Fala, EmpodeRI e LeiaMulheresJP utilizam o *Instagram* como estratégia de transformação com conteúdos informacionais, ao dar visibilidade à causa feminista e às memórias e ao se constituir como um lugar de fala e de resistência. Também constatou que o *Instagram* dos coletivos corresponde aos pontos expostos e abordados por Pierre Nora (1993) e foi compreendido como um lugar de memória e de identidade feminista.

Para chegar a esse entendimento, inicialmente traçamos o perfil socioeconômico de três feministas responsáveis pelo gerenciamento dos coletivos de João Pessoa no *Instagram*, a fim de entender a realidade socioeconômica na qual elas estão envolvidas. Constatamos que se

trata de mulheres jovens, residentes em João Pessoa, sem filhos, com formação acadêmica de nível superior em andamento ou concluída. De maneira geral, são mulheres privilegiadas por serem brancas/pardas e com acesso à educação. Como são jovens e não têm filhos, dispõem de mais tempo para administrar o *Instagram* e se familiarizar com as ferramentas.

Em seguida, visando caracterizar a rede social digital *Instagram* como um espaço de memória e identidade feminista, observamos que ele é um terreno fértil para criar e propagar conteúdos contra-hegemônicos no campo de conflito. Nas análises dos comentários e das interações, percebemos que os conteúdos foram recebidos de maneira favorável pelas integrantes e por seguidores, que se identificam com informações, comentam, interagem e se sentem mais confiantes para relatar suas vivências e suas memórias. Assim, validam o *Instagram* como espaço de memória e identidade feminista.

As feministas utilizam celulares e/ou computadores e organizam e delegam mensalmente a produção dos conteúdos a serem publicados. Embora utilizem uma variedade de formatos (textos, vídeos, imagens, fotografias, animação, ilustração), dão ênfase à imagem e à fotografia para compartilhar conteúdos. Desse modo, a rede social serve como recurso para construir a memória e informar os coletivos que se constituíram como espaços de disseminação de informação e construção de memórias e identidades, como um movimento organizado e legítimo.

Por isso, também nos preocupamos em mapear as dinâmicas do ativismo na apropriação do *Instagram* e concluimos que é imprescindível as mulheres se unirem para pensar em táticas de transformação e que o cumprimento dessas táticas exige organização. Como é fácil de usar, de acessar e de alcançar, o *Instagram* é um terreno fértil e propício para o ativismo das mulheres. É um local onde podem se posicionar e ter um espaço para serem ouvidas, apresentar suas histórias, relatar suas diferenças e revelar as desigualdades e as opressões que permeiam suas vidas. Além da possibilidade de fala, pela caracterização do perfil das entrevistadas, o *Instagram* cria possibilidades materiais e simbólicas para que elas consigam se manifestar e modificar/movimentar o cenário local de João Pessoa.

Por fim, avaliamos as contribuições de três coletivos feministas de João Pessoa no que diz respeito à construção da memória e às representações sociais que envolvem a ação feminista no espaço do *Instagram* e que os coletivos servem para fortalecer a identidade das mulheres, como feministas, e, Percebem no *Instagram*, maximizar suas ações. Isso se justifica porque a rede possibilita um espaço de trocas e agenciamento coletivo, unindo mulheres de diferentes realidades que se sentem bem recepcionadas para desenvolver diversas funções, aprimorando competências e trocando experiências.

Com a possibilidade de contar novas narrativas, com base nas percepções e nas representações das mulheres, os coletivos utilizam a memória como imperativo para a relação de uma subjetividade política e social, com ações de conscientização e atividades coletivas, visando ao empoderamento delas.

Especificamente no Brasil, a construção da memória pelos coletivos feministas é ainda mais importante, devido ao contexto atual marcado por conservadorismo, em que se tenta apagar a memória da resistência política. Outra contribuição essencial do coletivo foi fornecer um arcabouço teórico para embasar as ações, a maior parte atrelada aos estudos de grupos da universidade, a qual assume, aqui, um papel preponderante na formação feminista das mulheres.

Nossa pesquisa abre caminhos para que outros estudos sejam realizados, a fim de avaliar questões de preservação que não nos propusemos a responder, como, por exemplo, sobre os aspectos de preservação, analisando o conteúdo do que deve ser preservado e sob quais critérios ou analisar como a memória e a identidade são construídas nas perspectivas das demais integrantes dos coletivos. Quem sabe, ainda, comparar a realidade dos coletivos daqui de João Pessoa com a de coletivos de outras cidades e estados do Brasil.

É importante ressaltar que a pesquisa nos possibilitou entender que, embora ainda não tenhamos conseguido alcançar uma sociedade sem injustiças e desigualdades, a memória no *Instagram* possibilitou um espaço para as mulheres serem ouvidas com mais frequência. Nesse processo, elas vêm se sensibilizando, interagindo com outras mulheres, construindo uma memória e fortalecendo a identidade, na medida em que permite a representação de diferentes mulheres, a partir de experiências vividas e partilhadas ampliando a visão de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Jofilly; IRELAND, Timothy. **A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher**. O Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, p. 201-214, 2002.

ABELÉM, Antônio; FARRELL, Lilia. Rodrigues.; YANNOULAS, Silvia Cristina. Geografia de uma política pública de trabalho e renda integrada de descentralizada, com considerações de gênero. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. (Org.). **A Convidada de pedra - mulheres e políticas públicas de trabalho e renda**: entre a descentralização e a integração supranacional. Brasília: FLACSO/Abaré, 2004. p. 251-268

ALCÂNTARA, Anelise Montañes; VESCE, Gabriela Eyng Possolli. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2008. p. 2208-2220.

ALMEIDA, Carlos Cândido. **O campo da ciência da informação**: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo do Brasil. 2005, 396f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.

AQUINO, Miriam de Albuquerque. Ciência e método: elementos para reflexão nas pesquisas em Ciência da Informação. In.: AQUINO, Miriam de Albuquerque; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel França de. (Org). **Experiências metodológicas em Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1629>. Acesso em: 22 nov. 2019

ARAÚJO, Claudialyne Silva.; CORTES, Gisele. Rocha. A Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, **Anais ENANCIB**, 2019. Rio de Janeiro: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/ENANCIB/2019/paper/view/1315/719>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ARAUJO, Noélia da Silva Mirandade. Escrevivências de uma professora afroindígena. Odeere: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB, v. 3, n. 5, p. 186 – 197, jan./jun. 2018,

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Mariana/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Editora da UNICAMP, 2011.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Folha, 2014.

BARBOSA, Silvia. O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu. **identidade!**, v. 7, n. 7, p. 24-30, 2005.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**. v.14, n. 1, p. 17-24, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4 ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A **construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERTAUX, Daniel. From the life-history approach to the transformation of sociological practice. In: BERTAUX, D. (Ed.). **Biography and society**: The life history approach in the social sciences. London: Sage, 1981. p. 29-45.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5. Jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103> Acesso em: 01 nov. 2019

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, Gilda. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Brasília: v.24, n.1, p.84-88, jan./abr. 1995.

BRASIL. Brasil: **Os números do relatório Digital in 2019**. Disponível em: <https://www.pagbrasil.com/pt-br/insights/relatorio-digital-in-2019-brasil>, 2019.

BRASILEIRO, Fellipé Sá. **Resiliência informacional**: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9710>. Acesso em: 20 nov. 2019

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, Abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

66282017000100085&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 Feb. 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>.

BROOKES, Bertram Claude. **The foundations of information science**. Part IV. Information Science: the changing paradigm. Journal of Information Science, v.3, p.3-12, 1981.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminista brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 2018.

CAJAZEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins; SOUZA, José Jullian Gomes. Acervo audiovisual e virtualização. **Rizoma**, v. 7, n. 1, p. 122-135, 2019.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/ENANCIB_p.htm Acesso em: 03 de nov. 2019.

CARDINI, Franco. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. /Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed, 2005.

CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luisa Teresa; CABECINHAS, Rosa. Mulheres & Blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede”. **Ex Aequo**, n. 19, p.111-128, 2009. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10033>. Acesso em 6 de julho de 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99- 127, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/RmjB7R>. Acesso em: 12 set. 2020.

CORREIA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n. 49, p. 1-18, 2017.

CÔRTEZ, Gisele. Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, p. 59-77, 2015.

COSTA, Bruno Marcelo. A Escola como espaço de memórias e formação de identidades(s). **Movendo Ideias**, v. 18, n. 2, p. 22-26, 2013.

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane; PRONI, Marcelo Weishaupt. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. **Instituto de Economia**, UNICAMP, 2020.

CRESWELL, Jonh. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. **A noção de cultura nas ciências sociais**, 1999. v. 2, p. 175-202,

CUNHA, Márgda Rodrigues da. A Memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/22062>. Acesso em 29 abr. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DELGADO, María Berenice Godinho; SOARES, Vera. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. São Paulo, Marco Zero, 1995.

DERRIDA, Jacques. **De la gramatología**. Siglo XXI, 1978.

DIAS, Karla Cristina Oliveira; LIMA, Francisca Rosimere Alves de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 1-15, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17428/14210>. Acesso em: 18 mar. 2020

DODEBEI, Vera; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **DataGramZero**, v.9, n.5, outubro de 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005171/23e8a709909ca1cf8e230acbf94e5579/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 829-831, 2006.

ESPINOSA, Horacio. Interstícios de sociabilidade: una autoetnografía del consumo de TIC. **Athenea Digital**, 12, 272-277. 2007. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/448> . Acesso em: 18 mar. 2020.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6134705> Acesso em: 03.nov. 2019.

ESTEBAN, Maria Paz Sandin. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

EVANS, Leighton. Authenticity Online: Using Webnography to Address Phenomenological Concerns. In: **New media and the politics of online communities**. Brill, 2010. p. 11-17.

FALUDI, Susan. Backlash: **O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**; Tradução de Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FIGUEIREDO, Marília Z. A; CHIARI, Brasília M.; GOULART, Bárbara N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Distúrbios da Comunicação**, v. 25, n. 1, 2013.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos, JANETE, Ricas; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and punish: The birth of the prison**. Vintage, 2012.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2007000200002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 29 mar. 2020.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da informação**, v. 35, n. 2, p. 58-67, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1141>. Acesso em: 28 mar. 2020

GARCÊZ, Regina de Lucas. Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no Orkut: Quando temas sensíveis definem a trajetória das discussões. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J.A. **Internet e Participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 231-256

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

GLASER Barney Galland.; STRAUSS, Anselm.. **The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter, 2006 [Reprinted].

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, 2009.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 9-66.

GONZALEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. **Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-41, 1988.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. **Direto e democracia**. 1791.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LOUREIRO, José Mauro Matheus; OLIVEIRA, Bernardina Freire de. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, p. 51-77, 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3340>. Acesso em: 20 abr. 2020

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 220 p. 2011.

HAWKINS, D. T. Information science abstracts: tracking the literature of information science. Part 1: definition and map. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 52, n. 8, p. 44-53, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/1532-2890%282000%2952%3A1%3C44%3A%3AAID-ASI1057%3E3.0.CO%3B2-6>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

HINE, Christine. Virtual Methods and the Sociology of CyberSocial-Scientific Knowledge. In: HINE, C. (org), **Virtual Methods: Issues in Social Research on the Internet**. Oxford: Berg, 2005.

HOPPEN, Natasha Helena. Franz; VANZ, Samile Andrea Souza. Primeiras impressões da pesquisa autodenominada estudos de gênero em uma base de dados internacional e multidisciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, **Anais ENANCIB**, 2019. Rio de Janeiro: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/592>. Acesso em: 22 nov. 2019.

HUSSON, Anne Charlotte. # ThéorieDuGenre, # Gender: deux hashtags à rôle argumentatif. **Dis) cursives [Carnet de recherche]**, v. 1, n. 07, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2016.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acesso em: 25 set. 2020.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Ed. Perspectivas. São Paulo, 2013.

LANE, Silvia T. Maurer. Psicanálise ou marxismo: Dilema da psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-5, 1986.

LARAIA, Roque de B. **Cultura um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa; desdobramentos**. 2003.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1193-1204, 2009.

LEMOS, André. Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma “Cultura Copyleft”?. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, 2004.

LEMOS, André. Ficção científica cyberpunk: o imaginário da cibercultura. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 3, n. 06, 2004.

LETA, Jacqueline. As Mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300016&script=sci_arttext. Acesso em: 02. nov. 2019.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Adriane Raquel Santana. **Educação para mulheres e processos de descolonização da América latina no século XIX**: Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. 262f. 2016, Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2016. Disponível em: <http://www.ppged.propesp.ufpa.br/arquivos2/File/ADRIANE.pdf>. Acesso em: 02. nov. 2020.

LIMA, Francisco Jozivan Guedes. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **ethic@-An international Journal for Moral Philosophy**, v. 15, n. 1, p. 126-141, 2016.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72814>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LOURO, Guacira Lopes et al. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. v. 2,

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política**. Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 47-77.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos e imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 20.nov. 2019.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias das Mídias Digitais**: Linguagens, ambientes e redes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 271-283, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 1994.

MORSE, J. M. Determining sample size. **Qualitative Health Research**, Thousand Oaks, v. 10, n. 1, p. 3-5, jan. 2000.

MORSE, Janice Margaret. Styles of collaboration in qualitative inquiry. **Qualitative Health Research**, Thousand Oaks, v. 18, n. 1, p. 3-4, 2008.

MOSCOVICI, Serge. La psychanalyse: son image et son public. Paris: PUF. Trsl by David Masey as Moscovici, Serge (2008). **Psychoanalysis: its image and its public**, 1961.

MOSCOVICI, Serge. On social representations. **Social cognition**: Perspectives on everyday understanding, v. 8, n. 12, p. 181-209, 1981.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2009. p. 404-404.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, p. 29-35, 2002.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A Cruzada Feminista Brasileira e a cultura política em Pernambuco (1927-1932). **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 22 nov. 2019.

NASCIMENTO, Ellen da Silva do. **Não se nasce mulher negra**, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero. 2019.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes; OLIVEIRA, Eliane Braga. Mulher e gênero na produção científica da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, **Anais ENANCIB**, 2019. Rio de Janeiro: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/499>. Acesso em: 22 nov. 2019.

NASCIMENTO, Pedro. **"Ser Homem ou Nada"**: Diversidade de experiências estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. 1999, Dissertação

(Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

NASCIMENTO, Washington Santos. " Maria Crioula", " José Pretinho" e o " Mulato claro de olho de gato": Representações de mestiços, pretos e negros no sertão baiano (1870 1930). **Afro-Ásia**, n. 48, p. 237-272, 2013.

NICOLÁS, Maria Alejandra. BECHER, André; BRAGA, Sérgio. Elites políticas e NTICs: uma análise do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35.. **Anais do Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, outubro de 2011. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt01-21/834-elites-politicas-e-ntics-uma-analise-do-uso-da-internet-pelos-candidatos-aos-governos-estaduais-e-ao-senado-nas-eleicoes-brasileiras-de-outubro-de-2010/file>> Acesso em: 20 dez de 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n 10, p. 12. 1993.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares.; BUFREM, Leilah Santiago. Visibilidade da mulher como fonte de informação: mapeamento das produções científicas apresentadas no encontro nacional de pesquisa em ciência da informação (2009 – 2018). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, **Anais ENANCIB**, 2019. Rio de Janeiro: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/906>. Acesso em: 22 nov. 2019

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; SILVA, José Marcos Dias. Memória, memória eletrônica e memória digital nas ecologias informacionais complexas. **Revista InterScientia**, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/9/7>. Acesso em: 20 dez de 2020.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica [Translating the debate: the usage of gender category in the historical research]. *História*. 2005, 77-98.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 2005

PINTO, Antonio Pereira. **Reforma eleitoral**. Editora Universidade de Brasília, 1983.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/414>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

PORCHAT, Patrícia. **Psicanálise e transexualismo**: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler. Curitiba: Juruá, 2014.

PRESTES, ANA. A Formação Patriarcal do Brasil e a Luta Feminista Atual. In: **"Para Entender o Brasil e o Mundo**, 12., 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DueulVDNXdg&t=1910s>. Acesso em 20 dez. 2020.

RAGO, Margareth. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil, 1890-1930. In: PISCITELLI, Adriana et al (Orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO, 2009. 501p

RAO, Aruna; KELLEHER, David. Is there life after gender mainstreaming?. **Gender & Development**, v. 13, n. 2, p. 57-69, 2005.

REBS, Rebeca Recuero. Reflexão epistemológica da pesquisa netnográfica. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 4, n. 1, p. 74-102, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REIS, Vanessa Jamile Santana dos. **A Invisibilidade do Feminismo Negro nos Instrumentos de Representação do Conhecimento**: Uma Abordagem de Representatividade Social. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial, 2019.

ROCHA, Pedro Diniz. O Determinismo racial e geográfico no discurso geopolítico moderno põe uma reflexão sobre o pouco interesse da Ciência da Informação nesses estudos Colonial. **Conjuntura Global**. v. 7, n. 3. p. 244-248, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/60794> Acesso em: 04. nov. 2019

SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.), **Conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense. 1995.

SAFATLE, Vladimir. É racional parar de argumentar. In: DUNKER, Christian et al.. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO, A.; ARAGON, J. Feminismos filtrados: cibersexo, comércio eletrônico e a construção do corpo da mulher no ciberespaço. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, Kátia Alexsandra; FREITAS, Maria Gabriela Perussolo. A onda das hashtags: O feminismo em 140 caracteres. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. Ano 15, n .24, 2019

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, 1996. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf Acesso em: 02.nov.2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SHAH, Nishat. **PlayBlog**: Pornography, performance and cyberspace. Cut-up.com Magazine. 2005. Disponível em: <http://www.cut-up.com/news/detail.php?sid=413> Acesso em 18 mar. 2020.

SICILIANO, Mell Longuinho André et al. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na ciência da informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n.2, p. 144-165, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31447>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SILVA, Ana Pricila Celedonio; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; NUNES, Jefferson Veras. Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. **Encontros Bibli**. V. 23, n. 52, p.95-106, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p95/36463>. Acesso em 18 nov. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO, Carmita Helena Najjar. O termo gênero e suas contextualizações. **Diagn Tratamento**, v. 19, n. 1, p. 42-44, 2014.

TRIVINOS, Augusto NS. **A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAHER, Célia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição, **Ciência da Informação.**, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/213/1/ZAHERC1972.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

APÊNDICE A - Roteiro do Questionário

PARTE I

1. Idade:
2. Identidade de Gênero:
3. Raça:
4. Orientação Sexual:
5. Grau de Escolaridade:
Nenhum
Fundamental
Médio
Superior
Pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*)
6. Profissão:
7. Estado Civil:
8. Renda Mensal:
9. Nacionalidade; naturalidade;
10. Religião:
11. Desenvolve outras atividades fora o coletivo?
12. Possui filhos/as? Quantos?
13. Tempo de atuação no coletivo?

Parte II

1. Por meio de qual tecnologia (laptop, computador, celular, tablet) você acessa as redes sociais?
2. Quais as fontes de informações são utilizadas para criação de conteúdo?
3. Há um planejamento para os conteúdos? Me conta um pouco como é feito.
4. Quais os motivos de usar o *Instagram*?

APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista

- 1- Quem é você? Me conte um pouco sobre sua história.
- 2- Por que escolher o *Instagram* como estratégia para o coletivo?
- 3- Como você chegou até aqui? Quando e quais circunstâncias?
- 4- Como você era antes? O que aconteceu desde então?
- 5- Teve ajuda ou empecilhos para chegar até aqui? Quais?
- 6- Você se considera feminista? Como você define o feminismo?
- 7- Você considera que contribui para o fortalecimento da sua identidade enquanto mulher? Se sim, de que forma?
- 8- Quais as qualidades do coletivo e de que forma isso afeta você?
- 9- Quais defeitos? De que forma isso afeta você?

APÊNDICE C - Termo de consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidada como voluntária a participar de uma entrevista que faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Realizada pela pesquisadora Anna Raquel de Lemos Viana sob orientação da professora Doutora Izabel França de Lima

Sua participação será de fundamental importância para compreendermos os aspectos de memória e identidade dos coletivos feministas de João Pessoa nas redes sociais digitais.

Participação do estudo – Solicitamos, assim, sua colaboração para o desenvolvimento da entrevista, que será grava em áudio, como também sua autorização para apresentarmos e publicarmos os resultados desse estudo em eventos e periódicos científicos da área da Ciência da Informação.

Sigilo e Privacidade – Ciente de que a sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer dado ou elemento que possa, de qualquer forma, te identificar será mantido em sigilo.

Autonomia – É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo que queira saber antes, durante e depois da participação. Declaro que fui informada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Declaração – Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste termo. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, eu manifesto meu livre consentimento em participar.

João Pessoa _____, de _____ de 20____.

Assinatura

Contato com a pesquisadora responsável

annaraquellemoss@gmail.com

Telefone: (83) 986686085 (WhatsApp)/ (83) 996938232

ANEXO A – Comprovante de submissão ao comitê de ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: MEMÓRIA FEMINISTA EM REDE: entrelaçamentos entre memória e identidade no Instagram a partir de coletivos feministas

Pesquisador: Anna Raquel de Lemos Viana

Versão: 1

CAAE: 42495321.5.0000.5188

Instituição Proponente: Centro De Ciências da Saúde

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 006473/2021

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL

Informamos que o projeto MEMÓRIA FEMINISTA EM REDE: entrelaçamentos entre memória e identidade no Instagram a partir de coletivos feministas que tem como pesquisador responsável Anna Raquel de Lemos Viana, foi recebido para análise ética no CEP Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CCS/UEPB em 27/01/2021 às 12:35.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br